

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANSELMO PANSE CHIZENGA

**MINERAÇÃO E CONFLITO AMBIENTAL:
DISPUTAS EM TORNO DA IMPLANTAÇÃO DO MEGAPROJETO DA VALE NA
BACIA CARBONÍFERA DE MOATIZE, MOÇAMBIQUE**

PORTO ALEGRE/RS

2016

ANSELMO PANSE CHIZENGA

**MINERAÇÃO E CONFLITO AMBIENTAL:
DISPUTAS EM TORNO DA IMPLANTAÇÃO DO MEGAPROJETO DA VALE NA
BACIA CARBONÍFERA DE MOATIZE, MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

PORTO ALEGRE/RS

2016

ANSELMO PANSE CHIZENGA

**MINERAÇÃO E CONFLITO AMBIENTAL:
DISPUTAS EM TORNO DA IMPLANTAÇÃO DO MEGAPROJETO DA VALE NA
BACIA CARBONÍFERA DE MOATIZE, MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em Porto Alegre, 30 de março de 2016.

Prof. Dr. Jalcione Almeida – Orientador
PPGS/IFCH/UFRGS

Prof^a. Dr^a. Lorena Candido Fleury
PPGS/IFCH/UFRGS

Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros
PPGGEA/IGCA/UFRGS

Prof. Dr. Adriano Premebida
PPGS/IFCH/UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Chizenga, Anselmo Panse

Mineração e conflito ambiental: Disputas em torno da implantação do Megaprojeto da Vale na bacia carbonífera de Moatize, Moçambique / Anselmo Panse Chizenga. -- 2016.

174 f.

Orientadora: Jalcione Almeida.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Mineração. 2. Conflito ambiental. 3. Crítica e Justificação. 4. Vale. 5. Bacia carbonífera de Moatize, Moçambique. I. Almeida, Jalcione, orient. II. Título.

Realíssima, digei-me que a vossa escolha valerá mais do que a vertigem; que curará e não apressará a nossa ruína, pelo contrário.

(Cheikh Hamidou Kané em A Aventura Ambígua).

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação foi possível graças ao apoio e colaboração de instituições e individualidades, às quais endereço a minha maior gratidão.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudo de mestrado em Sociologia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS), por ter me acolhido e prestado todo apoio necessário para a minha formação.

Ao meu orientador, professor Jalcione Almeida, pelos aprendizados acadêmico e social e pela orientação “de ponta” proporcionada.

Ao Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS), pelo acolhimento, convivência e debate de ideias.

À professora Lorena Fleury, pela contribuição dispensada na banca de qualificação do projeto de mestrado.

Aos professores Adriano Premebida, Rosa Maria Vieira Medeiros e Lorena Fleury, por aceitarem compor a banca da defesa desta dissertação e pelo seu contributo e sugestões.

À minha família, por tudo e por serem tudo para mim.

Ao arcebispo de Maputo, Dom Francisco Chimoio, pelo apoio moral.

Aos meus interlocutores e companheiros da pesquisa de campo, que apesar de serem sujeitos “anônimos” na pesquisa, são atores indispensáveis, sem os quais a pesquisa não seria possível.

Aos meus compatriotas, colegas e amigos Elmer de Matos, Bernardino Cordeiro e Ivandro Bauaze, pelas conversas, discussões e contribuições proporcionadas ao longo da pesquisa.

Às Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, à Associação de Apoio e Assistência Jurídica às comunidades, à União Provincial de Camponeses de Tete e à Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, delegação da província de Tete, pelo apoio prestado durante a pesquisa de campo.

Aos meus amigos Gregório Mangana, Bruno Chemane e Rodrigo Wulfenbüttel, por fazerem da amizade uma componente indispensável para a vida acadêmica.

À minha turma do mestrado, por me proporcionar momentos de admiração e convivência na diversidade.

À comunidade de estudantes moçambicanos em Porto Alegre, pela convivência e companheirismo durante minha estadia em Porto Alegre.

RESUMO

A pesquisa analisa o conflito ambiental entre as populações locais de Moatize e a empresa mineradora Vale, que sob a égide de acordos de exploração de carvão mineral com o governo de Moçambique, iniciou a exploração mineira deslocando compulsoriamente as populações locais de seus territórios. Com o aporte da teoria da Sociologia dos Regimes de Ação desenvolvida pela Sociologia Pragmática da Crítica de Luc Boltanski e colaboradores, a pesquisa procura analisar a ocorrência de operações críticas e suas justificações (discursos e ações). O objetivo geral é analisar as dinâmicas do conflito em torno da instalação do megaprojeto da empresa Vale e as gramáticas enunciadas pelos atores envolvidos no conflito para criticarem e justificarem-se das críticas. A pesquisa de campo, com enfoque etnográfico, ocorreu no distrito de Moatize, na província de Tete, região central de Moçambique, entre os meses de março a junho de 2015. As técnicas aplicadas para a coleta de dados foram a observação participante e a participação observante, com registros em diário de campo e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Como resultado percebe-se que a crítica que mobiliza o conflito é motivada por mudanças estruturais que se instalaram no curso de vida das famílias submetidas ao deslocamento pela empresa Vale, como a desconexão com a diversidade de percursos e práticas de subsistência praticadas no seu local de proveniência (território), os quais se confrontam com as condições instaladas e existentes no lugar de reassentamento, assim como por expectativas frustradas em relação ao reassentamento. A justificação que se contrapõe à crítica orienta-se na ideia de que o processo de adaptação das famílias está em curso e poderá se estabilizar com a criação de novos projetos econômicos para o “benefício” dos reassentados.

Palavras-chave: Mineração; Conflito ambiental; Crítica; Justificação; Vale; Bacia de Moatize; Moçambique.

ABSTRACT

The research analyses the environmental contest between local population of Moatize and mining company Vale, which agreements with Mozambican government, this company began mining shift which under the aegis of coal exploration agreements with the government of Mozambique, began mining shifting compulsory to local populations in their territories. With the contribution of the Theory of Sociology of Action developed by Pragmatic Sociology of Criticism of Luc Boltanski and collaborators, the research seeks about analyse the occurrence of critical operations and their justifications (speeches and actions). The overall objective is to analyse the dynamics of the conflict surrounding the installation of megaproject of the company's worth and the grammars specified by actors involved in the conflict criticize and justified criticism. Field research, with ethnographic approach occurred in Moatize district, Tete province, the central region of Mozambique between the months of March to June 2015, the technics applied for research was participant observation and participation observant with records in field journal and application of semi-structured interviews. As a result we see that the criticizes that mobilizes the contest is caused by structural changes that have been settled in the family's life that submitted to compulsory offset by the company's worth as the disconnection with the diversity and subsistence practices applies in their original place (territiry) that are faced with the conditions existing in the place of installed and resettlement. The justification that juxtaposes the criticism focuses on the idea that the adaptation process of families is still ongoing may stabilize with the creation of new economic projects for the benefit of the resettled.

Keywords: Mining; Environmental Conflict; Criticizes; Justification; Vale; Moatize Coal Basin; Mozambique.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAAJC	Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades
AEO	African Economic Outlook
AGP	Acordo Geral de Paz
CCM	Companhia Carbonífera de Moçambique
CEA	Centro de Estudos Africanos
CIP	Centro de Integridade Pública
CNS	Companhia Nacional Siderúrgica
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DPRME	Direção Provincial de Recursos Minerais e Energia
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
HRW	Human Right Watch
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPA	Independent Project Analysis
ITIE	Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa
MICOA	Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental
ONG	Organização Não Governamental
PAR	Plano de Ação de Reassentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SDAE	Serviços Distritais de Atividades Económicas
SDPI	Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UPC-Tete	União Provincial de Camponeses de Tete

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Círculo esquemático das dinâmicas de megaprojetos no capitalismo contemporâneo.	31
Figura 2: Áreas de concessão mineira de carvão na bacia de Moatize.....	47
Figura 3: Mapa da localização geográfica e divisão de Moçambique.....	49
Figura 4: Esquema de setores chave e sua contribuição na economia de Moçambique.	55
Figura 5: Deputados da bancada da oposição moçambicana trajados de máscara de respiração em repúdio ao by-pass da Mozal autorizado pelo MICOA.	57
Figura 6: Localização do distrito de Moatize.	59
Figura 7: Exploração industrial de carvão mineral em Moatize.....	60
Figura 8: Extração artesanal de carvão mineral ao longo da margem do rio Moatize.	60
Figura 9: Antigo terminal de carvão mineral da Carbomoc E. E em Moatize.	61
Figura 10: Destroços do antigo centro de saúde de Chipanga, hospital usado pela população antes do reassentamento.	66
Figura 11: Chipanga, território da população reassentada pela Vale.	67
Figura 12: Vista parcial da rede de vedação que separa a zona de concessão da empresa Vale à zona habitacional em Moatize.	68
Figura 13: Rio Thibu, atualmente localizado no interior da concessão da Vale.	68
Figura 14: Na outra margem do rio Moatize, encontram-se os bairros da Liberdade e 25 de setembro, lugares da expansão da mina da Vale.	69
Figura 15: Pessoas praticando diversas atividades ao longo do rio Rovúbwe.	80
Figura 16: Representantes de distintos segmentos sociais afetados pela mineração da Vale participando do workshop em Moatize.	85
Figura 17: Integrantes do workshop organizado pela AAAJC momentos depois da distribuição da edição impressa do jornal “Penhani”.....	88
Figura 18: Casa de tipologia “A”, casa do tipo 1 no reassentamento de 25 de setembro 94	94
Figura 19: Centro comunitário da Vale no bairro 25 de setembro.	94
Figura 20: Vista parcial do condomínio dos funcionários da Vale, a rede de vedação visível na foto separa o condomínio do reassentamento do bairro 25 de setembro.....	97
Figura 21: Vista frontal de casa no reassentamento no bairro 25 de setembro.	97
Figura 22: Vista parcial do Centro de Saúde de Cateme.	99
Figura 23: Vista parcial do mercado construído pela Vale na comunidade de Cateme.	100

Figura 24: Rua do bairro Malabwe, na comunidade de Cateme, com muitas casas abandonadas.	101
Figura 25: Casa abandonada na comunidade de Cateme.	101
Figura 26: Reconstrução de moradia de reassentados que regressaram ao local de proveniência, Malabwe.	102
Figura 27: Um dos integrantes da população que regressou à “zona de proveniência” praticando agricultura ao longo do rio Rovúbwe, Malabwe.	103
Figura 28: Integrantes do grupo que regressou à Chipanga (lugar de proveniência) durante a produção de tijolos.	103
Figura 29: Diferentes atividades de subsistência praticadas pela população do bairro de Bagamoyo.	105
Figura 30: Rede de vedação que separa o bairro de Bagamoyo à zona de concessão da Vale.	106
Figura 31: Abertura existente ao longo da vedação que separa a zona de concessão da empresa Vale e o bairro de Bagamoyo.	107
Figura 32: Marco de cadastro colocado sobre as portas ou partes visíveis das residências ou empreendimentos que seriam afetadas pela expansão da mina da Vale.	109
Figura 33: Vista parcial do rio Moatize ao longo do bairro da Liberdade.	110
Figura 34: Extração de carvão mineral em larva a céu aberto da empresa Vale em Moatize.	123
Figura 35: Área de concessão da vale e território das populações reassentadas.	124
Figura 36: Síntese esquemática dos atores e entidades envolvidas no conflito em torno do megaprojeto da Vale em Moatize.	128
Figura 37: Mapa da localização das mineradoras, zonas de proveniência e os locais de reassentamento de populações.	134
Figura 38: Esquema analítico sobre as operações críticas em torno da empresa Vale.	144
Figura 39: Terra oferecida aos reassentados em Cateme para fazer machamba.	144
Figura 40: Casa construída para reassentados da Vale no bairro de 25 de setembro.	145
Figura 41: Da esquerda para a direita, casa modelo apresentada à população na fase de “consulta” e o modelo de casas que foi realmente construído, diferente, na sua estrutura, da casa modelo.	150
Figura 43: Quadro Sintético das operações de justificação da crítica da empresa Vale.	153
Figura 44: Síntese esquemática do (per)curso e dinâmicas geradoras do conflito ambiental em torno da empresa Vale em Moatize.	157

Figura 45: Fabrico artesanal de esteira em Malabwe.	169
Figura 46: Fabrico de tijolos de argila ao longo do Rio Moatize, bairro da Liberdade.	169
Figura 47: Pastor orientando o gado no bairro de Bagamoyo, Moatize.	170
Figura 48: População do bairro de Bagamoyo no corte de árvore e coleta de lenha.	170
Figura 49: Mulheres e crianças buscando água no rio Moatize.	171
Figura 50: Terra coletada por populares para a comercialização no rio Moatize.	171
Figura 51: Machamba de milho ao longo do rio Rovúbwe em Malabwe, Moatize.	172
Figura 52: Vista parcial do Rio Rovúbwe em Malabwe, Moatize.	172
Figura 53: Mina a céu aberto em operação em Moatize (mineração da empresa Vale).	173
Figura 54: Mina a céu aberto ainda não explorada próximo ao bairro de Bagamoyo (mineração da empresa Vale).	173
Figura 55: Rede de vedação e monte de terra que separa a empresa Vale do lugar de produção de tijolos de argila (olaria) no bairro de Bagamoyo, Moatize.	174
Figura 56: Rede de vedação que separa a empresa Vale do espaço habitacional no bairro de Bagamoyo, Moatize.	174
Figura 57: marcas visíveis da degradação e rachas em um dos compartimentos da casa reassentamento da empresa Vale no bairro 25 de setembro.	175
Figura 58: Racha em uma das paredes do banheiro da casa no Reassentamento de Cateme, Moatize.	175

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Gráfico de produção mundial de carvão mineral em gigatoneladas (2003-2013). .43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais empresas de mineração instaladas na bacia de Moatize.	48
Tabela 2: Domicílios registrados no reassentamento da Vale em 2006 e 2007.	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese da estrutura da pesquisa.	121
--	-----

SUMÁRIO

1 A TÍTULO DE INTRODUÇÃO: “VOCÊ VAI ESCREVER BEM OU MAL DE NÓS?”	18
2 MEGAPROJETOS E A DINÂMICA CAPITALISTA: CONTEXTO GLOBAL E (RE)CONFIGURAÇÕES LOCAIS EM MOATIZE, MOÇAMBIQUE	27
2.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE MEGAPROJETOS.....	28
2.2 GLOBALIZAÇÃO: CONCEITO E PROCESSO	32
2.3 CONFLITO AMBIENTAL: CONCEITO E DINÂMICAS	38
2.4 O “RESGATE” DO CARVÃO E O PAPEL DE MOÇAMBIQUE NA GEOPOLÍTICA DE COMMODITIES	42
2.4.1 A mineração em Moçambique	48
2.4.2 Megaprojetos em Moçambique: contexto atual	53
2.4.3 Exploração de carvão em Moatize.....	58
2.4.4 O megaprojeto da Vale em Moatize	62
3 RESCREVENDO A PESQUISA DE CAMPO (UM ENFOQUE ETNOGRAFICO)	71
3.1 COMO O CONFLITO SE TORNOU OBJETO DE PESQUISA?.....	72
3.2 TRAJETOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	76
3.2.1 “Cercos” às instituições: Governo de Moatize, ONGs e Vale.....	78
3.2.2 Violando as recomendações.....	84
3.2.3 Burocratização para a coleta de dados.....	90
3.2.4 No reassentamento de 25 de setembro.....	92
3.2.5 No reassentamento de Cateme	98
3.2.6 No bairro de Bagamoyo	105
3.2.7 Notas de encerramento e prolongamento do campo	108
3.2.8 O silêncio da Vale e constrangimentos metodológicos.....	111
4 MINERAÇÃO DA EMPRESA VALE E SUAS DINÂMICAS EM MOATIZE: ATORES E IMPERATIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	113
4.1 QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	114
4.1.1 Contexto da emergência da sociologia pragmática da crítica	114
4.1.2 Uma sociologia da capacidade crítica.....	117

4.1.3 Gramáticas ambientais e a justificativa ecológica.....	119
4.2 MINERAÇÃO DA VALE E SUAS DINÂMICAS NA ESFERA SOCIAL E AMBIENTAL	122
4.3 “A VIDA QUE LEVÁVAMOS LÁ ERA MELHOR; AQUI EM VEZ DE MELHORAR A VIDA PIOROU!”: OPERAÇÕES CRÍTICAS EM PAUTA.....	129
4.3.1 Denúncias às consultas comunitárias	129
4.3.2 Reassentamento crítico como crítica ao reassentamento.....	136
4.4 “É MUITO DIFÍCIL ENCONTRAR TERRA EM TETE [MOATIZE]. TUDO AGORA É CONCESSÃO”: OPERAÇÕES DE JUSTIFICAÇÃO DA CRÍTICA EM PAUTA.....	145
4.4.1 A consulta comunitária foi o fato: processo de justificação da crítica	146
5 À GUISA DE CONCLUSÃO: “CASA DE PEDRA NÃO MATA FOME”.....	154
6 REFERÊNCIAS	159
Anexo 1: Credencial de identificação emitida pela Direção provincial de Recursos Minerais e Energia de Tete.....	165
Anexo 2: Credencial carimbada com as datas de entrada do escritório da empresa Vale.	166
Anexo 3: Transcrição do despacho do presidente do conselho municipal de Moatize autorizando a deslocação para a coleta de dados	167
Anexo 4: Credencial emitida pelo governo distrital de Moatize autorizando a deslocação para a coleta de dados na Comunidade de Cateme.	168
Apêndice: Fotografias da pesquisa de campo	169

1 A TÍTULO DE INTRODUÇÃO: “VOCÊ VAI ESCREVER BEM OU MAL DE NÓS?”

O título desta introdução coincide com a pergunta que me foi colocada pelo presidente do Conselho Municipal da Vila de Moatize, Carlos Portimão, no dia 24 de abril de 2015 durante a pesquisa de campo, um mês depois de entrar em contato com as autoridades de Moatize e oito dias depois de submeter uma carta ao município e solicitar “autorização” para me deslocar e coletar dados com populações afetadas¹ pela Vale ao redor da vila de Moatize².

Diante de tantos questionamentos, atrocidades, de idas e vindas pelas instituições do governo provincial e distrital, tentativas de contato fracassadas com a empresa Vale, a resistência dos afetados em interagir comigo e a total abertura do pessoal das organizações não governamentais (ONGs) envolvidas no conflito em colaborar com a pesquisa, percebi *a priori* a razão dos questionamentos e dimensão do meu empírico. A partir dos primeiros contatos com o governo de Moatize fiquei sabendo que a minha pesquisa carecia de uma autorização³ formal do governo local. Em caso de resposta favorável receberia indicações das pessoas com quem “deveria” conversar. Quanto aos contatos com a empresa Vale, esta, mesmo com uma credencial emitida pelo órgão máximo da área mineira em Tete, a Direção Provincial de Recursos Minerais e Energia (DPRME), deslocamentos contínuos para o seu escritório, contatos pessoais e envio de e-mails, mesmo por recomendações dos funcionários, nunca se dignou a responder ao pedido formal para a coleta de dados. No que se refere aos distintos segmentos da população local afetados – população reassentada, a comunidade de oleiros de Moatize, as populações ao redor da empresa e população em vias de ser deslocada para a expansão da mina da empresa Vale em Moatize –, a minha aproximação e imersão ocorreu com bastante ambiguidade, pois eu era conotado como alguém do governo que tentava se aproximar para espionar e perseguir os contestatários, ou mesmo como um funcionário “camuflado” da Vale, mas dificilmente acreditado como pesquisador.

Para o pessoal do governo e de ONGs estava claro que eu era estudante e contava com suas colaborações (embora limitadas da parte do governo em alguns casos). Apesar de alguns embaraços, estes já me assumiam como estudante, e de algum modo me encontrava “no meio

¹ Ao longo do trabalho uso o termo “efeito” ao invés de “impacto”, na medida em que este último, do ponto de vista da sua precisão semântica e em relação ao nosso estudo, conota-se com a falta de agência das populações locais atingidas pela Vale, como se estas fossem desprovidas de meios que lhes permitem fazer face à Vale em relação à perda de seus territórios. Corroboro com Daou (2014), na ideia segundo a qual o termo “efeito” recupera a agência, pois capta as ações das populações que se mobilizam e atuam segundo a sua bagagem social.

² Em diversos trechos neste trabalho foi mantida a forma do português escrito em Moçambique.

³ Coloco em itálico porque é direito que é consagrado pela constituição da República e pela lei de acesso à informação que estava sendo avaliado se “mereço” ou não ser concedido.

do fogo cruzado” entre estes. Isso era frequente quando, durante as conversas formais, me parecia haver uma pergunta do tipo: “de que lado você está?”. De qualquer forma, a interação com estas entidades era “uma batalha vencida”, o grande desafio era me posicionar e interagir com os grupos afetados, estabelecer vínculos e lealdades, ocupar meu lugar de pesquisador e ter as “guias de marcha” no interior de seus dispositivos de contestação e suas mobilizações no meio de tanta carga que a sua experiência como resistentes, quando em uma das conversas uma das minhas interlocutoras me disse: “Anselmo, nós já sofremos muito, fomos perseguidos e presos por pessoas que pensávamos que vinham ajudar, por isso já não sabemos a quem confiar, não sabemos quem vem por bem ou mal”. Com isto percebi por que alguns eram reservados e limitados no contato, outros eram extrovertidos e, já com os sabores da vida abriam seus corações, partilhavam suas vidas de experiências, alegrias, dor e desesperos desde que chegou a Vale e eles foram o “bode expiatório” da mineração em Moatize: alguns foram deslocados compulsoriamente, outros estavam em vias de serem deslocados, outros ainda estavam privados do território⁴ e “recursos⁵” de uso comum. Contudo, todos eles têm um denominador comum em suas vidas: a promessa de dias melhores (para os que fossem afetados pela empresa teriam uma vida melhor) difundida pela empresa durante a fase de implantação; a perda de agenciamento em suas vidas, o sentimento de injustiça e desonra pelo fato de sentirem a diferença entre a promessa, expectativas criadas e as evidências que suas vidas testemunham. Desde que a empresa chegou, as suas vidas nunca mais foram como antes, e a angústia tomou conta deles ao ver seus companheiros de luta padecer e/ou falecer sem que a Vale cumprisse com as promessas feitas, e o embate tomou a dianteira.

A genealogia do embate data de 2007 quando a “empresa”⁶ numa camuflada consulta comunitária propôs a retirada da população do seu território e em troca lhes daria uma “vida nova”, “com casas de pedra” e a promessa de alimentação durante cinco anos enquanto a população ia se habituando ao novo local. Também foi prometido que os reassentados e seus descendentes teriam emprego enquanto durasse a exploração da mina. Porém, em 2015 a

⁴ O território não se reduz à dimensão de objeto material, é extrapolado para o simbólico, pois envolve distintas “cosmografias” como o significado cultural, religioso e cosmológico que grupos sociais e gerações culturais buscam imprimir à sua existência. (LITTLE, 2003 apud DAOU, 2013).

⁵ A palavra “recursos” aparece entre aspas ao longo do texto porque segundo a perspectiva dos conflitos ambientais, adotada neste trabalho, não se pode separar sociedade da natureza, estando intimamente implicadas. Ambiente é “o conjunto de meios naturais ou artificializados da ecossfera onde os seres humanos se instalaram, que exploram e administram, e o conjunto dos meios não antropizados necessários à sua sobrevivência”. (Fleury et al. 2014, p. 35).

⁶ Aqui a palavra encontra-se entre aspas porque persiste uma troca de acusações entre a população e a empresa. Meus interlocutores, do lado dos afetados, referem que foram os funcionários da empresa que prometeram, outros, do lado do governo, e da empresa, imputam a responsabilidade ao mal entendido da população, mesmo que essas palavras tenham sido enunciadas por funcionários da empresa contratada pela Vale e que dirigiu o processo.

empresa somou quatro anos de extração de carvão mineral, e em contrapartida, a população completou cinco anos no reassentamento, de expectativas e promessas não cumpridas, mas carregados de muita amargura, luta e resistência.

Apesar deste ser um embate supostamente dividido entre a empresa e distintos segmentos sociais afetados por ela, ou mesmo as populações envolvendo ONGs e o governo, o embate era meu também, pois as metamorfoses do conflito, seus sujeitos, a multiplicidade de manifestações e seus desdobramentos constituíram meu objeto de estudo. Durante a pesquisa de campo vivi e “senti na pele” as implicações de me envolver com o empírico em análise, de um lado, os “sem vez e nem voz” se confrontando com a gigante e poderosa empresa Vale, do outro lado, eu tentando percorrer os contornos do conflito, interessando não só em ouvir, mas em sentir o pulsar do conflito, me envolvendo e ser conotado e, conseqüentemente sofrendo conseqüências por isso. Ao longo da pesquisa de campo me tornei objeto dos meus atores quando estes procuravam me compreender para poderem me aceitar ou rejeitar em sua empreitada existencial de luta e resistência ou mesmo ter o privilégio de acessar ou não a informações e dados vedados a “qualquer um”.

Desde que a Vale se instalou em Moatize, aumentou a construção de infraestruturas de diferentes ramos e com isso o aumento da renda econômica gerada por diferentes empreendimentos e, tomando esses indicadores, o governo usa essa premissa para afirmar que houve “desenvolvimento”. Enquanto isso, a experiência do camponês, pescador, catador de lenha, capim e areia, o criador de gado, os idosos, as mulheres, etc., da mesma premissa extraem outra conclusão: condenados e trucidados pelo “desenvolvimento”. Para os últimos, quando o carvão enterrado no subsolo de suas casas, *machambas*⁷, tumbas de ente queridos, ao longo dos rios e locais sagrados e de uso comum se tornou “recurso” desejável e necessário para a industrialização de países longínquos devido às demandas de matéria prima e ao almejado “desenvolvimento” de Moçambique, o seu destino foi selado e decidido à sua revelia.

As pretensões desenvolvimentistas determinaram a retirada de famílias locais e/ou sua privação do território; ao mesmo tempo em que suas vidas degradavam a economia cresceu. Portanto, Moatize constitui o lugar palpável de um embate “ideacional”, desejável e futurista – defendido pela empresa e pelo governo – face às evidências do cotidiano vivenciado pela população local que perdeu o protagonismo no curso de suas vidas com a perda do território e privação dos “recursos” do ambiente. Neste embate, para os primeiros, a narrativa dos últimos

⁷ Expressão usada em Moçambique para designar roça no português do Brasil. Doravante usarei ao longo do texto palavra *machamba* com este significado.

e as situações críticas vivenciadas e reportadas constituem externalidade sanáveis e justificadas por um “bem maior” abstrato orientado por pressupostos econômicos e demandas desenvolvimentistas almejadas. Contudo, os confrontos ideacionais transpassam para confrontos físicos, de manifestações, de lutas e de deslegitimação das exigências e lutas dos afetados por meio da repressão policial e, com isso, o ambiente de desconfiança e medo é instalado.

Foi no meio desse jogo, de circunstâncias e de estabelecimento de confiança e desconfiança, que ocorreu a pesquisa de campo; portanto, neste trabalho, mais do que me ocupar da pergunta que me foi colocada pelo presidente do conselho municipal da Vila de Moatize, me atenho à resposta por mim dada – ao menos fui educado a responder as perguntas que me são postas, assumindo todas as consequências. No caso da pergunta de “Sua Excelência” a resposta dada e que decidiria minha autorização ou não para a coleta de dados nos bairros ao redor da vila de Moatize: “*vou escrever o que está a acontecer*”.

É no sentido de “escrever o que está a acontecer” no conflito em torno da Vale no contexto particular da bacia carbonífera de Moatize que ocorreu a pesquisa de campo, mas confesso que a amargura que carregou foi de entrar no pulsar do conflito e fazer das pessoas e suas vidas, memórias, expectativas, fracassos e incertezas do seu dia-a-dia a certeza dos dados que precisava para compor esta dissertação. As memórias do campo me perseguem, estão presentes no meu diário de campo, nas entrevistas a cada vez que revisito a memória para pensar na minha vida no primeiro semestre de 2015 causada pelo meu ofício sociológico trilhado desde março de 2014, quando me tornei estudante do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS) na qualidade de bolsista do convênio PEC-PG.

As motivações para este ofício iniciaram quando frequentei a disciplina de *Tecnociência, Natureza e Desenvolvimento/Sociedade* ministrada pelo professor Jalcione Almeida e me familiarizei com alguns trabalhos que versavam sobre os conflitos em torno de “projetos de desenvolvimento”, desde textos, teses e dissertação com a mesma temática, alguns dos quais foram por ele orientados e produzidos no grupo de pesquisa que dirige (TEMAS) – doravante colegas e grupo de pesquisa do qual faço parte. O conteúdo dos trabalhos se assemelhava à realidade vivida em Moçambique nos últimos 10 anos, sobretudo com a predominância de megaprojetos⁸ voltados para a exportação de *commodities*. Em consequência dessa atividade o país registra um crescimento econômico significativo na sua história, em torno de 7%. Grande parte deste crescimento é causada pela implantação de

⁸ Entenda-se projetos de grandes dimensões, capital e tecnológico, sobretudo. No primeiro capítulo aprofundo a discussão conceitual sobre megaprojetos.

projetos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na forma de megaprojetos; entretanto, quanto mais se assiste à implantação de megaprojetos, na sua maioria centralizados no setor extrativo, uma das dinâmicas resultantes é o surgimento de embates sociais protagonizados por diferentes atores: distintos segmentos populacionais afetados e empresas, forçando o envolvimento de organizações da sociedade civil e do governo no sentido de “assessorar” e “mediar” os conflitos eminentes. Esses embates giram em torno da implementação ou presença de “projetos de desenvolvimento” e apresentam novas pautas de contestação – acesso ou privação e o significado do território e seus “recursos” para os atores e entidades envolvidas. Estes conflitos vão se configurando e consolidando com a instalação e presença de megaprojetos.

A bacia carbonífera de Moatize tornou-se emblemática e palco desses conflitos com distintas gramáticas e repertórios de contestação e respostas à contestação, como espero mostrar ao longo do trabalho. Portanto, o trabalho constitui um esforço teórico e empírico no sentido de compreender as repercussões geradas na esfera local, no quadro da globalização produtiva de grandes empresas, neste caso a empresa Vale, as demandas desenvolvimentistas anunciadas e apropriadas pelo governo de Moçambique e as denúncias dos *rumores* e desconfigurações de (des)envolvimento gerados por essas projetos e demandas.

As motivações do trabalho confrontaram-se com uma série de desmotivações para enveredar pela pesquisa empírica em Moatize, desde a exiguidade de recursos financeiros para a pesquisa de campo, pois nem o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS), nem o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), instituição que me concedeu a bolsa do convênio, concedem apoio à pesquisa de campo a pesquisas feitas no estrangeiro, ao desconhecimento total da região, província e distrito de Moatize; a falta de conhecimento da língua local e falta de alguém que pudesse ajudar até a arrumar uma moradia, mostrar os lugares, colocar-me em contato com as pessoas, agravada pela advertência de que “em Tete o custo de vida é muito caro por causa dessas empresas”. Aliás, a própria ideia de “fazer campo” foi bastante estranha para mim, porque se tratava da primeira pesquisa de campo que realizava – importante numa formação em sociologia –, aliada à metodologia de coleta de dados, pesquisa etnográfica – método de pesquisa tradicional em Antropologia –, o que “desconfortava” um pouco mais, pois ao longo da minha graduação em filosofia pesquisa de campo era um método “estranho” de pesquisa. Contudo, para esta minha formação em sociologia daria de cara com o campo usando método “originalmente” da Antropologia. Então, mais do que uma escolha “bem feita” e

racionalmente recomendável, essa foi uma escolha instigante e desafiadora por assumir a pesquisa ciente de possíveis embaraços que orientariam o percurso da pesquisa de campo.

Nesse amálgama o empírico em análise são as dinâmicas, ou melhor, as metamorfoses do conflito em torno da instalação do megaprojeto de mineração da companhia mineradora brasileira Vale do Rio Doce (CVRD), designada Vale Moçambique, instalada no distrito de Moatize, na província de Tete, região central de Moçambique, presente desde 2004, quando a empresa venceu licitação internacional para a exploração de carvão mineral em área localizada na bacia de Moatize.

O megaprojeto da Vale está dividido em três fases de atuação: a primeira é a da construção (2007-2010); a segunda é a operação da mina durante 35 anos (2011-2046) e, por último, a fase de desativação da mina (2046-2051). Atualmente, portanto, a empresa está na segunda fase de operação. Na primeira fase, a empresa para proceder à sua instalação nas áreas concedidas para exploração, antes ocupadas e de uso das populações locais, precisou deslocar a população, pois para o desenvolvimento de suas atividades, as áreas “precisavam estar liberadas das ocupações existentes” (EIA, 2007). É neste âmbito que entre 2007-2010, enquanto procedia à implantação, a empresa levou a cabo o cadastramento e deslocamento compulsório de populações abrangidas na área e dentro do raio de riscos das atividades da empresa (mineração de carvão a céu aberto) e durante a fase de delimitação e vedação do espaço da empresa, parte da população próxima à empresa ficou isolada e privada do território e “recursos” de uso comum, assim como das dimensões de sociabilidade ali criadas, constituindo-se em grupos afetados e contestatários à empresa, desencadeando uma série de ações de resistência e contestação em relação à nova vida iniciadas com a instalação e presença da empresa em Moatize.

Nesta ordem de ideias, as indagações que orientam a pesquisa são: como ocorrem as operações críticas (discursos e ações) e suas justificações no conflito entre a empresa Vale e as populações afetadas? Que gramáticas são enunciadas pelos atores e/ou entidades para criticar e justificar suas posições na disputa? Ademais, como é que o ambiente catalisa o conflito em torno da Vale?

O *objetivo central* da pesquisa consiste em analisar as dinâmicas do conflito em torno da instalação do megaprojeto da empresa Vale e as gramáticas enunciadas pelos atores/entidades envolvidas/os no conflito para criticar e justificar-se das críticas. Especificamente pretende-se: i) mapear os atores e entidades envolvidos no conflito identificando suas relações e motivações para a disputa; ii) caracterizar a dinâmica do conflito a partir das críticas e justificações das críticas feitas pelos atores e o conjunto de discursos e

ações enunciadas no conflito; e, por último buscou-se iii) analisar a *ambientalidade*⁹ do conflito a partir das operações críticas e gramáticas feitas pelos atores e entidades envolvidas/os no conflito.

O conflito, como espero mostrar ao longo da dissertação, está marcado por uma espécie de “*pecado original*”, vinculado ao modo como o processo foi conduzido desde o início. Atualmente o conflito apresenta distintas metamorfoses e uma miscelânea de atores e entidades, sejam a empresa Vale, o governo local, as organizações da sociedade civil, assim como uma vasta rede de atores afetados que aglutinam práticas contestatórias de acordo com o tempo, localização dos afetados, forma/modos de serem afetados e as valorações que os autores enunciam estão formatados em suas disputas por “*tramas territoriais*¹⁰” adjacentes à temporalidade e valorações em torno das quais orientam seus empreendimentos e manifestações sociais. No sentido de enfatizar o agenciamento, a capacidade cognitiva e a “autenticidade original” dos atores em conflito, ainda que em condições assimétricas de lograr êxitos em seus objetivos e pretensões, me sirvo da perspectiva dos *regimes de ação*, desenvolvida nos meandros da sociologia pragmática da crítica do sociólogo francês Luc Boltanski e colaboradores (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999; BOLTANSKI; CHAPELLO, 2009; BOLTANSKI, 2000). Segundo a perspectiva desses autores, os momentos críticos e de disputa são propícios para enunciação (discursiva e ações) de críticas de justificações em relação ao contexto/clima sociocultural e/ou político que os atores sociais vivenciam, pois os atores sociais são dotados de reflexividade, dispõem de capacidades críticas com as quais são capazes de criticar, justificar eventos sociais e de mobilizar-se no sentido de lutar pelo “senso de justiça” com vista ao estabelecimento do desejável.

A abordagem teórica adotada destaca que a competência cognitiva e moral dos atores “ordinários” lhes capacita também para o exercício de operações críticas e operações de justificação, baseados em discursos, ações e atitudes, em contextos/realidades onde o sentimento e/ou demanda por (in)justiça toma a dianteira no embate, o que desafia o sociólogo a perseguir os atores e levar a sério os argumentos e provas por eles proporcionados, a forma como os próprios atores constroem suas ilações e como eles se ajustam às ordens dos mundos aos quais se aplica, ou seja, as críticas e justificações devem se

⁹ O sentido semântico da palavra “ambientalidade” aqui usado é diferente do conceito de “ambientalização” de Lopes. (2006). A pergunta sobre a “ambientalidade” do conflito pretende indagar sobre como o ambiente constitui ou não uma entidade (“objeto”) mobilizadora do conflito.

¹⁰ Referente ao “contexto da ação humana e o modo de suas articulações num tecido sócio-territorial composto de interesses, projetos, configurações políticas e identidades distintas”. (ACSELRAD, 2013, p. 5).

apoiar nas situações e nas necessidades em que as pessoas se encontram a vivenciar. (BOLTANSKI, 2000).

No sentido de compreender as nuances e metamorfoses do conflito fiz uma pesquisa de campo, com enfoque¹¹ etnográfico realizada entre os meses de março a julho de 2015, no distrito de Moatize, província de Tete, região central de Moçambique. Interagi, conversei e gravei entrevistas com uma multiplicidade de atores envolvidos implícita ou explicitamente no conflito, desde funcionários do governo provincial e distrital, representantes de organizações não governamentais (ONGs) e distintos segmentos sociais afetados pela Vale no distrito e na vila de Moatize, respectivamente: as populações reassentadas no bairro 25 de setembro, arredores da Vila de Moatize e em Cateme, no distrito de Moatize, a cerca de 40 km da vila. Além de deslocar-me para observar e interagir com populações dos bairros, comunidades e povoados anteriormente mencionados, as metamorfoses do conflito fizeram-me deslocar a Chipanga e a Malabwe, lugar de proveniência de populações reassentadas durante a implantação da Vale.

As técnicas usadas para a interação, “coleta de dados”, foram a observação participante e a participação observante, as conversas formais e informais e a aplicação de entrevistas semiestruturadas, previamente preparadas. Apesar deste aporte técnico, dei primazia aos relatos e observações, pois em contexto etnográfico, esses resultam em “mais *insights* que ‘um mês de perguntas’”. (RIVERS, 1912 apud PEIRANO, 1995, p. 43). No total somaram-se 94 dias de pesquisa *em campo*, com deslocamentos e contatos constantes num raio de 40 km de separação entre os afetados reassentados em Cateme e de 25 de setembro. A maior parte dos deslocamentos dentro da vila de Moatize nos povoados ao redor (Malabwe e Catete) foram feitos a pé (cerca de 10km). Foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas das quais 10 foram gravadas e transcritas, cinco registradas em caderno de notas. Foram registradas 20 conversas formais e informais não gravadas, mas alguns tópicos das conversas encontram-se registrados no diário de campo. As conversas e entrevistas foram realizadas em português na sua maioria, e em algumas com a mistura de Português e Nhúngue (língua local), à exceção de uma entrevista e duas conversas feitas totalmente em Nhúngue, nas quais contei com a tradução parcial de outros presentes/acompanhantes – de algumas palavras ou falas que não compreendia na ocasião.

¹¹ Explico no capítulo 3 por que emprego o conceito “enfoque” e não método ou teoria etnográfica como aborda Peirano. (1995; 2013).

Este trabalho está dividido em quatro partes, sendo três capítulos e a conclusão, além desta introdução. O primeiro capítulo está dividido em duas partes: na primeira discuto três conceitos norteadores da pesquisa, respectivamente *megaprojeto*, *globalização* e *conflito ambiental*; na segunda parte discuto o “resgate do carvão” na economia global e o papel de Moçambique a partir do momento em que o país adotou o modelo extrativista-exportador. No segundo capítulo reescrevo o percurso metodológico, os momentos e circunstâncias vividas durante a pesquisa de campo ao mesmo tempo em que busco mapear os atores envolvidos no conflito. O terceiro capítulo está dividido em três partes: primeiro apresento o quadro teórico adotado na análise. Na segunda parte faço a análise das gramáticas críticas e das justificações que orientam o conflito e as “ordens do mundo” sobre as quais se apoiam as críticas e justificações da crítica; na terceira parte, busco analisar a *ambientalidade* do conflito em análise. Por último, apresento as conclusões.

2 MEGAPROJETOS E A DINÂMICA CAPITALISTA: CONTEXTO GLOBAL E (RE)CONFIGURAÇÕES LOCAIS EM MOATIZE, MOÇAMBIQUE

Para eles [os fundamentalistas econômicos], o mercado é o poder financeiro que sustenta a contração do espaço, do tempo e da política, não lhes importando possíveis consequências humanas e ambientais. A obtenção de lucros irrestritos é sua principal meta. Abençoados, portanto, são os criadores de lucro infinito, pois eles substituíram a ilusão do céu eterno pela infinita lucratividade do mercado.

Mogobe Ramose, 2010

A sociedade contemporânea, a partir da segunda metade século XX, devido ao crescente domínio e sobreposição do econômico sobre o social, vive momentos emblemáticos gerados pela expansão e massificação da produção de atividades econômicas do capitalismo. (POLANY, 2000). Essas pretensões e demandas econômicas, na sua maioria, chocam-se com a *existência*, os interesses, o acesso e os usos sociais do território e de seus “recursos” de grupos sociais *minoritários* em relação às pretensões econômicas e financeiras do capitalismo, o que acaba gerando configurações sociais marcadas por lutas e resistências desses grupos sociais face aos interesses econômico-financeiros do capitalismo dominante – global.

Os megaprojetos, devido à sua mobilidade socioespacial em diferentes lugares do mundo, reforçados pelo processo de globalização e massificação produtiva das empresas, constituem instituições emblemáticas e representativas do capitalismo global. Esses empreendimentos configuram a atual fase do capitalismo, através do processo de globalização, que permite que as empresas se instalem em determinada localidade em busca de vantagens locais e motivações oportunistas. No sentido de descrever e compreender as dinâmicas do capitalismo contemporâneo (em nível global e local), o presente capítulo divide-se em duas partes: na primeira defino e discuto três conceitos, i) o de megaprojeto; ii) o de globalização; iii) o de conflito ambiental. Na segunda parte discuto o “resgate” do carvão mineral desde os finais do século XX e o papel de Moçambique nessa *geopolítica*, analisando suas repercussões sociais e econômicas nos últimos 10 anos devido à entrada massiva de projetos de investimento direto estrangeiro (IDE) na forma de megaprojetos.

2.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE MEGAPROJETOS

O conceito de megaprojeto é usado para designar um conjunto de atividades e empreendimentos econômicos complexos de grande dimensão econômica e com repercussões nas diferentes esferas sociais. Projetos com características semelhantes às que atualmente são designadas de megaprojetos existiram na história da civilização humana; contudo, o conceito e sua especificidade ganharam força e configuração no atual modo de produção capitalista.

Merrow et al. (1988, apud MARREWIJK, 2013) definem megaprojeto como um projeto cujo investimento necessário para sua execução é igual ou superior a US 1 bilhão. Flyvbjerg (2003) refere que megaprojetos são projetos de grande escala com dinâmicas complexas e custos iguais ou superiores a US \$ 1 bilhão. De acordo com o autor, esses empreendimentos são transformacionais em diferentes esferas e têm impactos sobre milhões de pessoas.

Fiori e Kovaka (2005) na sua definição de megaprojeto apontam a cifra de US\$ 1 bilhão como valor mínimo necessário; entretanto, asseveram que, mais do que o custo, são as características e suas complexidades que permitem distinguir um projeto simples de um megaprojeto, pois os últimos demandam altos custos, extrema complexidade, elevados riscos, grandes ideais e visibilidade. A combinação desses fatores constitui um desafio significativo para as partes envolvidas e gera impactos enormes sobre a comunidade.

Ainda na lógica do custo do investimento “maior ou igual a US\$ 1 bilhão”, o Instituto de Análise Independente (IPA, 2011, p. 3) acentua a localização e a capacidade do empreendimento influenciar e agregar componentes outros para sua execução além de custos altos, como a localização estratégica, o tipo de tecnologia empregado, a estrutura organizacional, assim como a capacidade de influenciar o sistema regulador governamental, o mercado de trabalho, o ambiente político, social e financeiro, na esfera local, regional e global, assim como influenciar o ambiente físico e natural.

Como se observa, as definições apresentadas sublinham dois pressupostos que orientam a concepção de megaprojetos, respectivamente o pressuposto econômico-financeiro maior ou igual a US\$ 1 bilhão – e as dinâmicas resultantes dos megaprojetos – e a complexidade dos fatores, impactos e efeitos sociais e naturais. Portanto, não existe nenhuma definição comumente aceita entre os estudiosos sobre o que são megaprojetos. Tomando em consideração as divergências entre os autores quanto ao custo necessário para um

megaprojeto, os autores são unânimes quanto às repercussões destes empreendimentos na esfera social e natural, razão pela qual para esta pesquisa adota-se a definição segundo a qual

Megaprojetos são definidos como projetos de grandes investimentos [...], com uma complexidade extrema, riscos substanciais, longa duração, um número significativo de participantes e com impactos sobre a comunidade, economia, desenvolvimento tecnológico e ambiental na região ou em todo o território. (ZHAI, et al. 2009, p. 99. Tradução livre).

Apesar de ligeiras diferenças, do ponto de vista de conteúdo, a grande maioria dos estudiosos (CASTEL-BRANCO, 2002; FLYVBJERG et al., 2003; KOVAKA, 2005; ZHAI et al., 2009) são unânimes em apontar as seguintes características indicativas e classificativas dos megaprojetos:

- alto grau de complexidade;
- grande escala (territorial e geográfica);
- enormes custos de implantação, execução e lucratividade;
- longo período de execução, relativamente a outros projetos;
- grande impacto sobre a sociedade e meio ambiente;
- desenvolvem ligações com pequenas, médias e grandes empresas;
- uso intensivo em tecnologias, energia e mão de obra qualificada;
- frequentemente, constituem áreas de exclusiva intervenção de grandes empresas multinacionais por causa dos custos elevados, das qualificações e especializações requeridas, da magnitude, das condições competitivas e especialização dos mercados fornecedores e consumidores, geralmente dominados por oligopólios e monopólios;
- são objetos de atração e/ou repulsão pelos governos, ONGs e sociedade.

Embora os autores apontem para o valor do investimento como indicativo de um megaprojeto em torno de US \$ um bilhão, o estudo de Zhai et al. (2009) permite constatar que além do custo do investimento, o fundamental nos megaprojetos são as dinâmicas resultantes da sua atividade, pois os custos podem variar de acordo com o lugar e tempo do investimento, área/setor de aplicação do investimento, partes envolvidas, exigência no uso intensivo e desenvolvimento tecnológico, o impacto sobre as comunidades, economia e outras esferas sociais no lugar/região/país onde estão localizados ou onde se aplica o investimento e seu papel no sistema global de produção.

No atual modo de produção e acumulação capitalista os megaprojetos são agentes preponderantes na econômica global devido aos diferentes tipos de *capital*¹² que lhes envolve e pela sua complexidade: tecnologias, qualificação e especialização de mão de obra, altas remunerações, integração de países e/ou regiões na rede de produção, fornecimento e consumo, etc. Nessa conjuntura a entrada ou instalação de megaprojetos em determinado país, região ou território é conotado às “oportunidades de desenvolvimento”, razão pela qual alguns países disputam entre si e adotam incentivos de modo a atrair os megaprojetos para seus territórios, o que de algum modo encurrala os governos à fraca capacidade negocial e pouco poder decisório sobre os megaprojetos, em particular os governos de “países em desenvolvimento”. (RIBEIRO, 2008; GILPIN, 2004).

Os megaprojetos são a representação do capitalismo contemporâneo e sua atuação envolve um conjunto de interesses (econômicos, políticos, social e mesmo culturais). Devido à necessidade de garantir a sua exequibilidade e concretização de seus objetivos a negociação transcende a empresa e o estado receptor para a esfera entre países e/ou zonas econômicas, pois estão em jogo grandes interesses econômicos e políticos de determinados países, o que determina o seu poder e a subordinação da política e das políticas públicas às empresas, pois estas interferem na dinâmica econômica, política e social nos países ou regiões onde se instalam. Portanto, o crescimento e a ação de megaprojetos fazem-se acompanhar de um conjunto de regulamentos e de um *corpus* de normas que viabilizam suas ações e pretensões. (FLYVBJERG et al., 2003).

A seguir demonstro, de forma esquematizada, as características do capitalismo contemporâneo representado por empresas integradas na cadeia global de produção e os megaprojetos:

¹² O conceito é tomado no sentido de Pierre Bourdieu para significar poder ou acúmulo de poderes manifestos dentro de um determinado contexto social. No caso de megaprojetos pode-se estabelecer uma relação sobre os diferentes tipos de capital anuídos no *corpus bourdiniano*, seja ele *capital econômico* (pagamento de impostos e melhoria da renda nos países hospedeiros); *capital cultural* (conhecimento técnico e tecnológico que esse tipo de atividade transporta); *capital social* (*status* e prestígio que os governos detêm por conseguir atrair para seu território essas empresas); *capital simbólico* (aumento de prestígio político e econômico) e; *capital natural* (referente ao “recurso” disponível).



Figura 1: Círculo esquemático das dinâmicas de megaprojetos no capitalismo contemporâneo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Geralmente, os efeitos positivos para o “desenvolvimento local/regional” derivados da presença de megaprojetos são frequentemente mencionados pelos países de origem ou investidores de modo a persuadir e ter aceitação fácil da parte dos governos receptores, organizações da sociedade civil e das comunidades locais. Tais pressupostos “não são levados em consideração durante a preparação, construção e operação do projeto, esses problemas, muitas vezes desestabilizam habitats, comunidades e os próprios megaprojetos”. (FLYVBJERG et al, 2003, p. 4. Tradução livre).

A abordagem de Flyvbjerg (2003) agrega à concepção de megaprojetos a outra face não visibilizada na medida em que refere que grupos sociais, pressupostos ambientais e mobilizações políticas são invisibilizados por imperativos econômico-financeiros. Neste caso, relações de poder – humanos *versus* natureza; populações locais *versus* investidores; países hospedeiros *versus* países de origem dos investimentos – podem estar em jogo, pois “na sua atividade, eles empregam equipamentos pesados e tecnologias sofisticadas, geralmente importados do norte global e requerem fluxos de coordenação com o capital financeiro internacional”. (GELLERT e LYNCH, 2003, p. 16. Tradução livre), o que retira aos países receptores e às comunidades afetadas o poder decisório sobre as empresas.

Para efeitos de compreensão e análise, distinguimos quatro tipos de megaprojetos, nomeadamente: i) megaprojetos de infraestrutura, voltados à construção e à manutenção de

empreendimentos de grande dimensão como túneis, infraestruturas e sistemas de transportes, sistema de abastecimento de água, gás, eletricidade, telecomunicações, etc.; ii) megaprojetos de extração, voltado para extração mineira, hidrocarbonetos, gás e combustível; iii) megaprojetos de produção, englobando grandes plantações e parques de manufatura industrial e; iv) megaprojetos de consumo ou lazer, grandes instalações turísticas, *shoppings*, infraestruturas imobiliárias, parques temáticos, etc. Geralmente esses tipos de projetos possuem a mesma dinâmica, interação e influenciam-se mutuamente. (GELLERT; LYNCH, 2003, p. 16. Tradução livre).

De acordo com a classificação anterior, o conceito de *megaprojetos de mineração* enquadra-se nos megaprojetos de extração. Essa designação é adotada neste trabalho no sentido de caracterizar lógica e sistematicamente as dinâmicas constituintes da indústria extrativa em Moçambique, em particular da mineração a céu aberto desenvolvida pela empresa mineradora brasileira Vale do Rio Doce, que na forma de megaprojeto de extração de carvão mineral (térmico e coque) desenvolve suas atividades produtivas com o pressuposto de desenvolvimento econômico e agenciamento social das comunidades. (VALE, 2014). Entretanto, pela natureza de sua atividade produtiva os megaprojetos impõem restrições sociais frequentemente subsumidas devido a interesses econômico-financeiros – deslocamento compulsório de populações, um raio mínimo de localização de populações devido ao seu impacto em atividades ligadas às explosões da mina, drenagem de rejeitos sólidos, líquidos e gasosos prejudiciais à saúde humana, animal e das plantas, contaminação de “recursos” de uso comum, desflorestamento, desvios de rios, etc.

Uma compreensão exaustiva dos megaprojetos e de suas dinâmicas na atual fase do capitalismo é inseparável da compreensão do processo de globalização, pois de acordo com Escobar (2002), o processo de globalização fortalece o poder dos megaprojetos na medida em que adota “mecanismos de regulação previamente construídos e validados à escala internacional, impondo/subvertendo a ordem local” a favor da liberalização da economia mundial. (ESCOBAR, 2002 apud ACSELRAD, 2012, p. 27). Portanto, discutimos a seguir o conceito e as dinâmicas da globalização.

2.2 GLOBALIZAÇÃO: CONCEITO E PROCESSO

Na teoria sociológica contemporânea, o conceito de globalização é bastante discutido e consolidado entre os teóricos. A partir da discussão conceitual de globalização, os autores

apresentam chaves analíticas úteis para compreender o processo como um todo, explorando posições, suas contradições, que apesar de controversas contribuem para uma compreensão mais abrangente do processo como um todo.

Moçouçah (1995, p. 73) define globalização como “a crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ocorrem no mundo”. Giddens (1996, p. 69) define globalização como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo à milhas de distância e vice-versa”. Por sua vez, Santos (2010, p. 438) define globalização como “o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival”.

Das definições dadas, as duas primeiras evidenciam a regularidade e a multidirecionalidade do processo de globalização e as diferentes dimensões do processo – transcende limites físicos e geográficos –; contrariamente àquelas, a outra definição acentua as assimetrias e contrariedades do processo – que tende a universalizar e definir o modo de vida local como global, como padrão e modelo a ser seguido em outras localidades – que propaga a homogeneização de realidades sociais distintas. O caráter contraditório adjacente às definições evidencia que o processo de globalização é susceptível de várias interpretações que no seu conjunto permitem compreender com alguma abrangência o fenômeno como um todo. Contudo, mais do que a definição, a maioria dos atores se orienta no processo e nas suas repercussões em diferentes esferas (política, social e cultural).

Autores como Giddens (1996) e Castells (2000) entendem que cenário global é caracterizado por uma interdependência crescente ocasionada pelas tecnologias de informação e comunicação acompanhadas de mudanças sociais contraditórias – a inclusão e exclusão social. Em tom otimista, os autores entendem que a globalização é um fenômeno que gera mudanças positivas e significativas, das quais os países “em desenvolvimento” melhoraram a suas condições econômicas e sociais através da introdução de novas tecnologias, o acesso ao mercado, o aumento da renda, o aumento do número de postos de emprego, etc. Esses fatores se influenciam mutuamente e têm reflexos na melhoria das condições de vida e do bem-estar das populações, o que indicia o quanto o processo é benéfico.

Para Giddens (1996), o desenvolvimento tecnológico industrial é disso um bom exemplo, pois proporciona mudanças no desnível entre áreas mais e menos industrializadas, no sentido de que a difusão tecnológica em alguns países ou regiões recém-industrializadas ganhara alguma relevância no cenário de produção mundial, o que de certo modo, acelerou a

interdependência e permitiu a redução da hegemonia econômica de alguns países. No entanto, essa mudança, apesar de estar vinculada à esfera de produção, afeta outros aspectos da vida cotidiana e a interação entre seres humanos e o ambiente.

Segundo Giddens (1996; 2007), as novas tecnologias proporcionaram novo cenário na história da humanidade, porque além de acelerar a interdependência transnacional, ocasionaram a melhoria do bem-estar da grande maior população mundial, sobretudo de países “em desenvolvimento” ao dotá-los de meios propícios para uma maior diversificação da produção.

Reforçando o argumento de interdependência, Stiglitz (2003) argumenta que os meios de transporte e comunicação permitiram a integração acentuada de países e povos derrubando barreiras artificiais a circulação de produtos, serviços, capital e pessoas. No entanto, o processo de globalização suscita algumas indagações, quanto à possibilidade de melhorar o bem-estar.

Sem subestimar as dinâmicas adjacentes ao processo e o papel das tecnologias, alguns autores observam que o processo de globalização polarizou desníveis sociais entre “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento”, não garante a estabilidade nas economias de países em desenvolvimento, a ocorrência de um crescimento econômico desenquadrado da qualidade de vida, o que propicia a vulnerabilidade e instabilidade social; no entanto, a globalização tende a promover interesses e está acompanhada da perda de soberania de alguns estados e gera mal estar sobre as populações locais. (BAUMAN, 1999; ESCOBAR, 2005; RAMOSE, 2010; RIBEIRO, 2008; SANTOS, 2010).

Para Bauman (1999), a revolução ocorrida nas tecnologias de informação e comunicação proporcionou um conjunto de possibilidades e despertou expectativas no sentido de reduzir assimetrias regionais do ponto de vista de desenvolvimento; ao contrário, esses meios polarizaram cada vez mais as assimetrias, no sentido de que levaram a novas estratificações à escala mundial com nova hierarquia social, econômica e política. No entanto, os meios de comunicação que estão na vanguarda do processo de globalização e através dos quais se orientam o mercado global florescem e estão isoladas do mundo pobre. De acordo com o autor, a globalização encerra um paradoxo na medida em que no sentido de proporcionar o bem-estar para a humanidade, ela é muito benéfica para poucos quando deixa de fora ou marginaliza a grande maioria da população mundial.

Escobar (2005) refere que o processo de globalização está envolto de uma situação heterogênea concebida no quadro da modernidade *européizante*, no qual todas as culturas e sociedades do mundo eram reduzidas à história e à cultura europeia. A globalização mantém o

mesmo quadro civilizacional da modernidade, sobretudo o seu aspecto hegemônico caracterizado pelo uso da violência e exclusão social que se configuram no capitalismo global. Na perspectiva do autor, o capitalismo global usa todos os recursos possíveis e se necessário a violência para ampliar seu domínio sobre o globo, segundo o autor:

Este império regula a desordem através de meios financeiros e militares, empurrando ao caos seus subúrbios, criando uma paz “predadora” que beneficia uma casta nobre global, deixando incalculável sofrimento em seu caminho. É um império que não assume a responsabilidade pelo bem-estar daqueles que governa. (ESCOBAR, 2005, p. 29. Tradução livre).

De acordo com Escobar (2005) o processo de globalização é caracterizado por imposição de normas – mercados livres, modelagem política norte-americana e adoção do consumismo como estilo de vida, entre outros –, desta feita a globalização combina a articulação pacífica da economia de mercado com a onipresença da violência em todas as suas dimensões.

Para Mogobe Ramose (2010), a globalização representa um processo de aceleração da hegemonia sociocultural e econômica do ocidente que difunde o neoliberalismo centrado na difusão da lógica do mercado a custo do respeito da dignidade humana. Segundo o autor, a economia global, com recurso à revolução tecnológica, tem como fim a lograr apenas o lucro:

Esta nova forma de colonialismo sustentado pela busca incansável de mão-de-obra barata, conduziu a deslocação e a fragmentação da atividade econômica de um centro para múltiplas periferias [...]. Armada das redes de produção, e impelido apenas pela busca de maior lucro no menor prazo possível, o mercado financeiro procurou abolir as fronteiras entre Estados-nação e obrigar as autoridades soberanas a abdicar ou relaxar o forte controle sobre as suas economias. Esta foi a condição que o mercado financeiro impôs sobre os Estados-nação que desejassem beneficiar dos seus serviços. Assim se estabeleceu, durante as últimas décadas, a desregulação que se juntou a rede como conceito regulador e operador da atividade econômica interna e externa. (RAMOSE, 2010, p.142-143).

Na visão de Ramose (2010) o processo de globalização está voltado para ampliar o comércio e caracteriza-se pela dominação e subserviência do ocidente em relação aos países “em desenvolvimento”, tal dominação se repercute em outras esferas sociais. A expansão do comércio além de fronteiras culturais originais pressupõe a transmissão da cultura que materializam vínculos de transmissão de uma ideologia política particular – a ocidental.

Por sua vez, Santos (2010) considera a globalização uma representação mais recente do capitalismo e do imperialismo globais, caracterizado pelo reconhecimento hegemônico de uma dada diferença cultural, racial, sexual, étnica, religiosa ou regional, ou mesmo pela imposição de uma determinada ordem internacional particular como superior às demais. Nesta regulação predomina mais a exclusão do que a inclusão.

Enfatizando o caráter hegemônico da globalização, os autores discutidos entendem que as mudanças resultantes do processo de globalização são prejudiciais e beneficiam mais os “países desenvolvidos”, que estão na vanguarda do processo de globalização e criam regulamentos comerciais que lhes favorecem. De acordo com os autores, a esfera econômica constitui a força motriz do processo de globalização e as outras esferas estão submissas a ela.

Fora ilações valorativas, com a controvérsia entre as duas abordagens, o debate permite compreender que a globalização é um fenômeno caracterizado por contínuas mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas entre diferentes sociedades, o que amplia diversas concepções e posições sobre seu impacto social e ambiental em diferentes localidades. Outro pressuposto que o debate embasa relaciona-se com a normatividade do processo, ou seja, a existência de um conjunto de regras e processos que devem ser assimilados e respeitados por determinados países que “desejam o desenvolvimento”. Nesta ótica, Mazula (2000) adverte quanto à possibilidade do processo implicar ‘novas perspectivas’, ‘corpo de princípios’, ‘conjunto de instituições’ e ‘aceitação de regras e de normas’. (M’BOKOLO, 1998, apud MAZULA, 2000, p. 20) que devem ser assimiladas pelos “países em desenvolvimento”.

O grosso da literatura refere que a forma dominante de globalização e sobre a qual tudo está em volta é a globalização econômica constituída por empresas/firmas integradas em cadeia global¹³ de produção, centradas na sua maior parte na extração e comercialização de matérias-primas, bens e serviços numa cadeia de produção global¹⁴. A maior parte das empresas está sediada nos “países desenvolvidos” e seu contato com países e regiões menos “desenvolvidas” conota-se com a possibilidade de abertura de novos mercados e a criação de novos setores, pois as empresas levam a introdução de novas tecnologias e práticas.

Ligado ao processo de globalização e ao “desenvolvimento”, os megaprojetos significam progresso que “os países em desenvolvimento devem aceitá-la se quiserem crescer e combater a miséria de maneira eficaz”. (STIGLITZ, 2003, p. 31). Portanto, os megaprojetos constituem a face visível do capitalismo contemporâneo. O processo de globalização, pela

¹³ Adotamos a palavra global e não internacional ou transnacional devido ao fato das duas últimas terem na sua terminologia a palavra *nacional*, o que de algum modo reduz a compreensão abrangente do processo de globalização. Portanto, o conceito de global é libertador de “sensibilidades imaginativas para a compreensão da dialética das relações global-local que agora são uma pré-condição para análise da globalização econômica e de suas consequências assimétricas”. (HENDERSON et al., 2011, p. 153).

¹⁴ A expressão *rede de produção global* é usada no sentido de descrever dinâmicas do capitalismo contemporâneo na esfera global, regional e local resultantes de atividades econômicas envolvendo empresas. Geralmente, seu sistema de produção é constituído de sistemas e funcionalidades complexas com cadeias de produção, atividades econômicas que agem de forma coordenada nos diversos territórios dispersos, o que de algum modo, escapa ao controle de um estado porque atravessa muitas fronteiras estatais. (HENDERSON et al., 2011).

dinâmica que lhe é específica, acelerara a integração e interação entre países através de megaprojetos, pois estes agentes, à mercê dos avanços tecnológicos, tornaram-se protagonistas importantes nas mudanças multidimensionais que ocorrem no mundo. As dinâmicas resultantes da ação ou presença de megaprojeto fazem-se acompanhar de mudanças sociais e reconfigurações sociais e ambientais para além da esfera econômica no local/região/país onde se instalam. (CARRILLO, 2012; GILPIN, 2004; RAMALHO, 2005).

As empresas estão associadas a projetos de investimento direto estrangeiro (IDE) e geram repercussões econômicas de vulto nos países onde se instalam, razão pela qual diferentes países ou regiões do mundo disputam entre si, elaboram políticas fiscais e concedem incentivos para alocação e atração desses projetos, na medida em que são vistos como “forças positivas para o desenvolvimento econômico e prosperidade de todas as sociedades”. (GILPIN, 2004, p. 222). Tomando como exemplo a abertura ao IDE para exploração de “recursos naturais” verificados nos ditos “países emergentes” a partir da década 70, a instalação dessas empresas é apontada como “fórmulas de desenvolvimento”, na medida em que grande parte dos projetos de IDE provém dessas empresas.

Tal como assevera Gilpin (2004), no contexto capitalista marcado pela busca de vantagens produtivas, aumento de capital e tecnologias, fatores necessários para o desenvolvimento econômico, países que se desenvolvam à margem de projetos de IDE, estão em considerável desvantagem do ponto de vista econômico e das repercussões nas diferentes esferas sociais.

Com o intuito de obter ganhos e poder econômicos e aumentar seu poder econômico, uma das formas usadas pelas empresas para se instalarem em determinado território é a forma de megaprojetos, o que lhes permite associar sua atividade econômica ao IDE e obter vantagens oportunistas como incentivos fiscais, integração e ligação com o núcleo empresarial existente ou mesmo associar sua localização a fatores como localização estratégica, facilidade no acesso a matérias primas e vias de escoamento, baixo custo de produção, inexistência/fraca legislação ambientalista, fraca mobilização e organização sindical, mão de obra barata, etc. (GILPIN, 2003; HENDERSON, 2011).

Face às transformações econômicas e demandas energéticas verificadas nos países emergentes – em particular da Ásia – ocorre a inserção geopolítica de países “em desenvolvimento” na cadeia global de produção; contudo, a alocação de investimentos e instalação de megaprojetos em determinado território geram antagonismos entre interesses econômicos e usos sociais dos “recursos” do ambiente, pois os primeiros chocam-se com sujeitos sociais e suas relações com o ambiente “na medida em que, ao serem implementados,

imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade” que colocam em ação distintas formas de resistência. (ZHOURI, 2008, p. 105). Estes conflitos, designados por “conflitos ambientais”, ganham força e configuração particular com a expansão produtiva das empresas integradas na rede de produção global.

2.3 CONFLITO AMBIENTAL: CONCEITO E DINÂMICAS

O conceito de *conflito ambiental* até pouco tempo era estranho à teoria sociológica; no entanto, ele está intimamente ligado à “guinada ambiental” que marcou o solo do debate sociológico a partir da década 70, quando se assiste nas ciências sociais à incorporação gradual de problemáticas e perspectivas para além do antropocentrismo, assiste-se à inserção do ambiente como “objeto” de embates, mobilizações e contestações sociais. (HANNIGAN, 2010; FLEURY, et al, 2014).

Vinculado a uma “sociologia da questão ambiental”, o conceito de conflito surge no sentido de compreender a nova morfologia de repertórios sociais, abrindo uma plêiade para a incorporação da “questão ambiental” na análise dos fenômenos sociais e, deste modo, compreender a “nova” dialética social que renuncia em simultâneo ao esforço de apreensão de conjuntos de determinações estruturais de ordem social existentes, cujos fundamentos passam a ser assumidos como dados pelas teorias precedentes. (KURZ, 2000 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 27).

Para Oliveira (2004), ao mesmo tempo em que a noção de conflito ambiental toma à dianteira, tende a forjar-se um “campo ambiental” que associa as lutas sociais a elementos que constituem a base material e seus “recursos”. Segundo a autora, a ideia de conflito ambiental aparece associada à noção de direitos e desigualdades no acesso aos “recursos” do ambiente.

Na literatura, a discussão em torno do significante “conflito ambiental” emerge diante de uma dualidade de interpretações entre os autores. Alguns argumentam que o que está em voga não são conflitos ambientais, mas a “*ambientalização dos conflitos sociais*”, na medida em que antigas disputas foram atualizadas e reformuladas mediante novas linguagens, configurando novos sentidos e práticas, sem nenhuma diferença em relação às disputas precedentes (LOPES, 2004; 2006). Outros acentuam com alguma veemência a ideia de conflito ambiental para enfatizar a noção de distintas formas de acesso, uso e apropriação do meio natural envolvendo diferenças de projeção, acesso e uso material e/ou simbólico dos “recursos” do ambiente, muitas vezes divergentes e catalisador de embates sociais.

(ACSELRAD, 2004a; 2010; 2012; 2013; DAOU, 2013; LEROY, 2010; 2013; OLIVEIRA, 2004; ZHOURI, et al., 2005; 2010; 2013).

Fora a discussão das divergências teóricas e do conteúdo semânticos que essas discussões embasam para aferir a pertinência ou não do significado de *conflito ambiental*, vale referir que nesta dissertação adoto a posição do segundo grupo de autores, os apologistas da ideia de conflito ambiental, sou da ideia de que a apropriação dos “recursos” do ambiente é composta de interesses, projetos existenciais, configurações identitárias, horizontes históricos, orientações sociais e culturais distintas que os sujeitos sociais ou entidades estão engajados a materializar simbólica e/ou materialmente. É nesta perspectiva que o conceito de conflito ambiental agrega na análise sociológica outros componentes de análise que mobilizam embates sociais.

Acsehrad (2004) define por conflitos ambientais o tipo de conflitos que,

envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Referindo-se às circunstâncias do seu surgimento, o autor argumenta:

O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de apropriação de recursos ou de bases distintas mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um agente sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Os conflitos ambientais além de se confinarem a situações em que determinadas práticas de apropriação material estejam em curso ocorrem mesmo quando as práticas de apropriação estejam em vista de se realizar, razão pela qual a concepção de que “os conflitos ambientais surgem das práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material” pode ser acrescida de um conector que permite denotar que a simples “projeção” de apropriação e/ou uso de recursos apropriados por outrem é suscetível de gerar conflito ambiental. (ZHOURI et al., 2010, p. 17).

Ao mesmo tempo em que se consolida a noção de conflito ambiental, a nova morfologia social está repleta de fenômenos que denotam a consolidação de objetos visados

pelo conceito de conflito ambiental. O atual paradigma de “desenvolvimento” é repleto de fatos que esse conceito pretende abranger. Como observa Carneiro (2005),

na última década, mesmo sob a hegemonia do ‘paradigma de desenvolvimento sustentável’, um movimento ascendente de construção de um novo enquadramento teórico-conceitual da chamada ‘questão ambiental’. [...] vinculado a diferentes disciplinas, temas de pesquisa e referenciais teóricos, esse movimento tem como eixo a reflexão crítica sobre os nexos entre as práticas sociais de apropriação das condições naturais e os fundamentos da sociedade capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento histórico. (CARNEIRO, 2005, p. 28).

Nesta ordem de ideias, os conflitos ambientais ganham força e configuração no paradigma de “desenvolvimento” hegemônico, caracterizado pela busca incessante de matéria prima de modo a satisfazer às demandas energéticas do mercado. Segundo Laschefski (2010. Destaque nosso), os países “em desenvolvimento” desempenham um papel relevante na “*geopolítica de recursos naturais*”, onde, não obstante a problemática ecológica, a extração e exportação de matéria prima e produtos agrícolas, nesses países a exploração de “recursos naturais” aparece como estratégia de “desenvolvimento” e meio de acumulação de mais-valia durante o processo produtivo.

A implementação de projetos de desenvolvimento homogeneizadores do espaço, dos quais se destacam as hidrelétricas, mineração, as grandes plantações, entre outros, tem sido marcada por antagonismos entre os seguintes atores: os detentores desses empreendimentos, devido ao uso que fazem ou pretendem fazer do território, ambiente e seus “recursos”, o que ocorre com fins meramente econômicos – por exemplo, desvio de rios para a construção de barragem, deslocamento de populações para a extração mineira, etc. –; o Estado como implementador de políticas de “desenvolvimento” e concessão de benefícios fiscais para atração de projetos de investimento direto (IDE); e os grupos sociais afetados ou em vias de serem afetados por projetos de desenvolvimento que em gozo do acesso ao território e seus “recursos” desenvolvem suas atividades (re)produtivas e sustentam sua *existência* no ambiente circundante.

Os embates entre pretensões hegemônicas e resistência a tais pretensões geram conflitos ambientais na medida em que diferentes atores e/ou entidades procuram fazer valer e legitimar suas pretensões sobre outrem. Como assevera Zhouri (2010), o campo ambiental é constituído de posições hierárquicas e relações de poder assimétricas onde “representações simbólicas do meio ambiente, seu uso e destinação são ali disputadas e decididas”. (ZHOURI, 2010, p. 99).

Portanto, ao mesmo tempo em que os projetos “de desenvolvimento” são implementados e as populações retiradas de seus territórios, estas últimas não se constituem como vítimas passivas no processo, ao contrário, se organizam e resistem de várias formas, sejam movimentos, associações e redes com diversas formas de contestação e desacordo, seu embaraço, sua revolta e sua reivindicação, ao mesmo tempo em que forjam suas identidades e se colocam como portadores de outros projetos de vida a partir da interação com o ambiente circundante. (ZHOURI, et al., 2005).

Os embates entre projetos “de desenvolvimento” e as populações afetadas exprimem contradições inerentes ao processo “de desenvolvimento” como um todo, face à heterogeneidade dos atores e seus modos de apropriação do território, os fins econômico-financeiros, com apoio de governos e legislações nacionais que têm se sobreposto em relação ao objetivo das populações. Portanto, os conflitos ambientais são consequência direta das atividades econômicas voltadas para acumulação de capital, que na maior parte das vezes, ameaçam e põem em questão as práticas de reprodução material e simbólica de grupos sociais *minoritários* que constituem o “bode expiatório” do processo “de desenvolvimento”. Como constata Silva, “é a universalização do capitalismo que vai desencadear as principais e mais agudas formas de conflitos ambientais”. (SILVA, 2013, p. 243).

Como se observa nas abordagens anteriores, os conflitos ambientais apresentam um enfoque diferencial em relação aos conflitos sociais (com uma abordagem eminentemente antropocêntrica), pois naqueles, o acesso e ou expropriação do ambiente e seus “recursos” é susceptível de gerar conflitos/controvérsias/embates motivados pelo seu significado e seu sentido para os diferentes atores envolvidos. Portanto, longe de reduzir a natureza e ambiente como *entes* externos e separados da sociedade, a noção de conflito ambiental permite compreender que esses *entes* são intrínsecos à *existência* e reprodução social, assim como seus eles são significados e representados (simbólica e materialmente) de formas diferenciadas, plurais e/ou múltiplas entre os diferentes sujeitos.

Os conflitos ambientais resultam de uma relação intrínseca – existência de um cordão umbilical – entre sociedade e natureza. Corroborando com Fleury et al. (2014, p. 74), os conflitos ambientais são mobilizados por significados ambivalentes em torno do significante “ambiente”, pois “há diferença maior entre os pontos de vista dos diferentes sujeitos do que os estudos de impacto ambiental e as políticas de desenvolvimento podem abarcar”. Portanto, a partir do momento em que as gramáticas¹⁵ transcendem “as noções convencionais de

¹⁵ Entenda-se como o conjunto de coações que se impõem aos atores. (BOLTANSKI, 2000, p. 22).

ambiente e política”, o conflito ganha uma dimensão cosmopolítica. Nesta ordem de ideias, de acordo com os autores,

Investigar a emergência e configuração de conflitos ambientais, atentando-se às possibilidades de interpretações nas interações sociais e naturais articuladas durante os conflitos, visando identificar posições e mapear as alianças e coalizões presentes nos embates políticos, mas também, observar elementos cosmológicos, identitários e subjetividades subjacentes à configuração dos conflitos. É, em suma, concentrar-se nas interações sociais, entre humanos e seres outros que humanos, articulados durante o conflito, analisando-os em interações e nos movimentos de coprodução nos quais estão envolvidos, salientando as interpretações das relações entre humanos e seres outros que humanos mobilizados nos conflitos. (FLEURY et al., 2014, p. 75).

Dito de uma forma um pouco diferente, os conflitos ambientais não apenas emanam de significados materiais e simbólicos cuja materialização coloca os atores em conflito, mas a própria ideia de “ambiente” constitui ela mesma um *ente* resultante da *intersubjetivação* (CASTIANO, 2010) entre distintos sujeitos e de sociedade e natureza, sobre os quais autores concordam ou discordam quanto ao significado de “ambiente” de acordo com as ordens do mundo que regem a sua existência e acionam para materializar ou reclamar seu projeto existencial posto em causa.

2.4 O “RESGATE” DO CARVÃO E O PAPEL DE MOÇAMBIQUE NA GEOPOLÍTICA DE *COMMODITIES*

O carvão mineral constitui o principal “recurso” explorado desde a revolução industrial (RI) em meados do século XVIII. Posterior ao uso da lenha e outras fontes de energia, o carvão tornou-se determinante para a industrialização emergente, em particular para o funcionamento de máquinas a vapor, em usinas de carvão mineral, na industrialização do ferro e no funcionamento de locomotivas e com eles o desenvolvimento tecnológico e científico da época.

Com o desenvolvimento industrial e as necessidades de aumento de produção capitalista, o carvão mineral tornou-se a principal fonte energética da humanidade até ao final do século XIX. Em resultado dessas demandas, por volta de 1880, o carvão representava 97% da energia. Contudo, na década de 1970, dados revelam um enorme decréscimo no uso do carvão para gerar energia.

Do ponto de vista percentual isso equivale a 12% da energia gerada na época. (MARQUES, 2015). A redução da dependência energética do carvão mineral, na segunda metade do século XX, está associada a dois fatores: a acessibilidade e o crescente uso do petróleo e do gás face ao desenvolvimento de motores de explosão; o forte índice de poluição atmosférica e intoxicação que levaram ao questionamento das repercussões ambientais e para a saúde humana do uso do carvão mineral.

Não obstante a acentuada redução do uso do carvão mineral como fonte de energia, a partir da década de 70 do século passado, o uso do carvão foi registrando tendências crescentes até a atualidade. Tal fato foi proporcionado pelas demandas energéticas – para a geração de energia elétrica – e pelo uso em grandes indústrias de “países desenvolvidos” (Estados Unidos, Rússia e Japão) e nos ditos “países emergentes” (China, Índia e África do Sul), que ao intensificarem o uso de carvão intensificaram a produção mundial do minério.

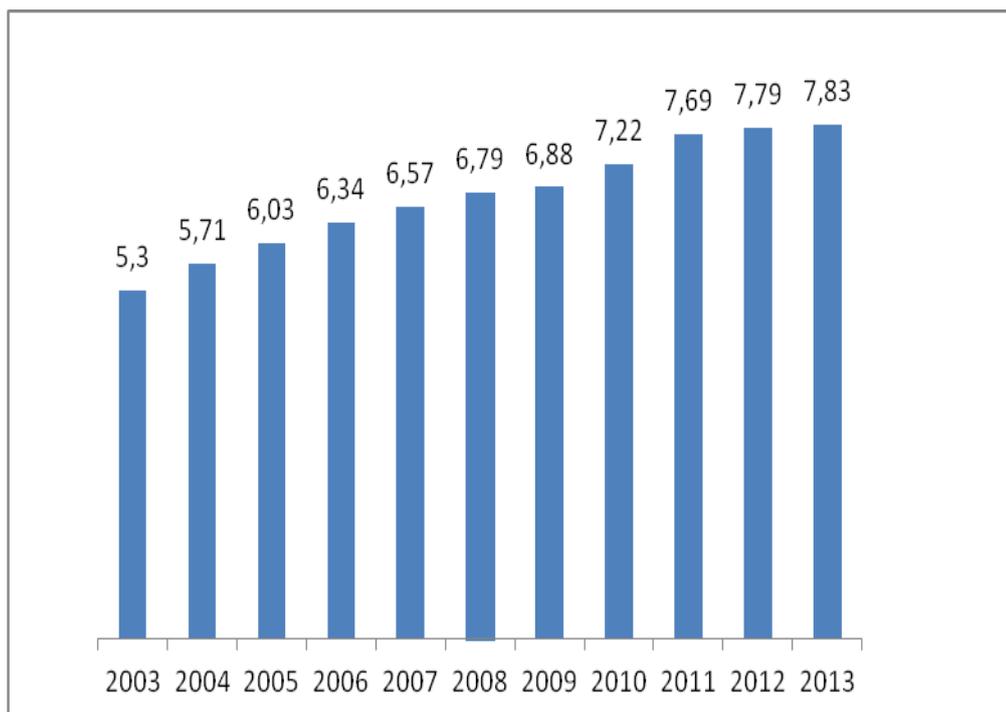


Gráfico 1: Gráfico de produção mundial de carvão mineral em gigatoneladas (2003-2013).

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados de Marques (2015, p. 251-252).

Em consequência desse crescimento na produção o carvão constitui hoje o “recurso” principal para suprir necessidades globais de energia. Em 2014 o carvão supriu cerca de 30% das necessidades globais de energia primária¹⁶, produziu mais de 40% da eletricidade e foi

¹⁶ Energia gerada com base em “recursos” energéticos provenientes da natureza.

usado para a produção de 70% do aço no mundo. (WORLD COAL ASSOCIATION, 2015). Devido às múltiplas aplicações na indústria de aço e cimento, e na geração de energia elétrica principalmente, “o carvão está em vias de alcançar o petróleo em termos de energia equivalente”. Essa pretensão foi comprovada com dados estatísticos sobre a dinâmica da energia mundial da corporação britânica *British Petroleum* (BP) que demonstraram que o suprimento mundial de carvão alcançou o suprimento mundial de petróleo em 2011 e que foi da ordem de quatro bilhões de toneladas. (MARQUES, 2015, p. 254).

Existem pelo menos quatro fatores que determinaram o resgate do carvão, no atual cenário do capitalismo, respectivamente:

- i. *Aumento do preço de petróleo* – a subida do preço do barril de petróleo verificada na segunda metade do século XX foi acompanhada por instabilidades extremas devido às demandas associadas à alta ou à baixa excessiva do preço do barril de petróleo. Apesar deste não ser um fenômeno geral e duradouro, a abundância do carvão, sua estabilidade comercial, em relação ao petróleo e aos seus outros usos e aplicações, esses fatores, suas tendências e projeções colocaram regiões e países no mapa de produção de grandes empresas e de que alguns países se tornem principais fornecedores de carvão;
- ii. *Declínio da energia nuclear e hidrelétrica* – em 1996, a geração de energia através de reatores nucleares registrou o pico e foi responsável pela geração de 17,6% da produção de energia elétrica. Em 2013, a energia nuclear passou a representar 10,8%. Atendendo o ciclo de vida útil das usinas, a progressiva desativação das centrais nucleares, e o elevado custo de investimentos para a instalação das usinas, não obstante a projeção e construção de usinas nucleares, a tendência na geração de energia elétrica através de usinas nucleares é de que “o declínio deve se acelerar após 2030”. (MARQUES 2015, p. 257). No concernente à energia hidrelétrica, devido ao declínio de recursos hídricos, que tem como uma das principais causas *alterações antropogênicas* (que tem origem na atividade humana através da ação de empreendimentos econômicos sobretudo) que levaram a “escassez hídrica aguda ao menos de 1 mês por ano” em cerca de 45% das bacias hidrográficas do mundo. (HOEKSTRA, 2012, apud., MARQUES, 2015, p. 115). De acordo com o autor, as hidrelétricas não registrarão uma participação percentual significativa na produção de energia elétrica, pois se o seu

contributo atual é de 16% da energia global, as projeções para 2030 revelam que a tendência vai manter ou decrescerá em 2%;

- iii. *O crescente uso de gás natural liquefeito* – no mercado internacional o uso de gás natural como fonte energética aplicada em diferentes atividades industriais e na automobilística tornou o gás um “recurso” usual e capaz de suprir as necessidades de petróleo (reduzindo de forma significativa as demandas do petróleo) e de disputar a hegemonia de principais fontes energéticas até aqui registradas.
- iv. Crescente uso de carvão pelas cinco maiores economias do mundo – países como Alemanha, China, Estados Unidos da América, Índia e Japão aumentaram significativamente o uso do carvão mineral, quer seja para uso industrial, quer seja no uso em centrais termelétricas. Dados referem que os EUA duplicaram o consumo de carvão mineral em 40 anos, a China aumentou o seu consumo em 133%, Índia em 100% e por último, Japão em 40%. (MARQUES, 2015, p. 258).

Como se observa o carvão mineral está se tornando o “recurso” do momento devido a vários fatores que favorecem a sua preponderância em relação ao petróleo e ao gás e é economicamente viável em relação aos demais “recursos”. Do ponto de vista social e ambiental, o carvão, desde a sua extração, transporte, lavagem, queima e tratamento das cinzas tem impactos nocivos sobre o ar, água, solo e, conseqüentemente, para a saúde humana, o que faz com que o recurso seja bastante questionado desde os mecanismos de obtenção/extração – remoção de populações, desflorestamento, remoção, destruição e rompimento do ciclo vital da flora e fauna envolventes. Estudos referem que o carvão é o principal responsável pela concentração do dióxido de carbono (CO₂), em torno de 3/5 em detrimento de outras fontes de energia. (MILLS, 2014). Contudo, fatores de ordem econômico-financeiros determinaram a “regressão ao carvão” e a recente exploração das reservas de carvão mineral em nível mundial.

De acordo com Doerell (2001) o carvão mineral constitui o “recurso” energético não renovável em ascensão em detrimento do petróleo e do gás natural, assim como o “recurso” com maior quantidade de reservas em relação ao petróleo e gás natural e com um ciclo de vida relativamente maior em relação a outros recursos¹⁷.

¹⁷ Dados apresentados por Doerell (2001) demonstram que as reservas mundiais de carvão estavam estimadas em 726.000 milhões de toneladas em carvão equivalente, as de petróleo eram de 202.000 milhões de toneladas em carvão equivalente e as de gás 186.000 milhões de toneladas em carvão equivalente. Tal como a quantidade de

Moçambique possui uma das maiores reservas de carvão mineral do mundo, localizada na província de Tete. Localizada ao longo do fértil vale do Zambeze, a bacia carbonífera de Moatize possui uma reserva enorme de carvão mineral, em torno de 350.000.000 a 400.000.000 toneladas de reserva de carvão mineral, o que faz dela uma das maiores do mundo. (DIREÇÃO NACIONAL DE GEOLOGIA, 2004).

A exploração de carvão mineral da bacia de carvão de Moatize em grande magnitude é recente, a partir de 2011, movida por interesses econômicos gigantescos das necessidades energéticas de países como é o caso de Japão, China e Índia, alinhada às estratégias de “desenvolvimento” adotadas pelo governo de Moçambique através da resolução 24/2000, que elencou como uma das prioridades nacionais a revitalização das minas de carvão de Moatize, incentivando a participação do setor privado através de projetos de IDE, iniciando-se assim, a criação de estruturas para adoção de um modelo de desenvolvimento extrativista-exportador, em que o país coparticipa no capitalismo global como fornecedor de matéria prima.

De acordo com dados do cadastro mineiro, em 2012, o governo aprovou cerca de 250 concessões mineiras e licenças de exploração mineira na província de Tete cobrindo 34% de toda sua área, algumas das quais foram destinados à bacia carbonífera de Moatize (HRW, 2013). Segundo o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE) “os recursos minerais assumiram um papel de relevo, com o arranque de megaprojetos como são os casos do início da produção de gás natural, carvão e areias pesadas” (CASTEL-BRANCO, 2009, p. 8).

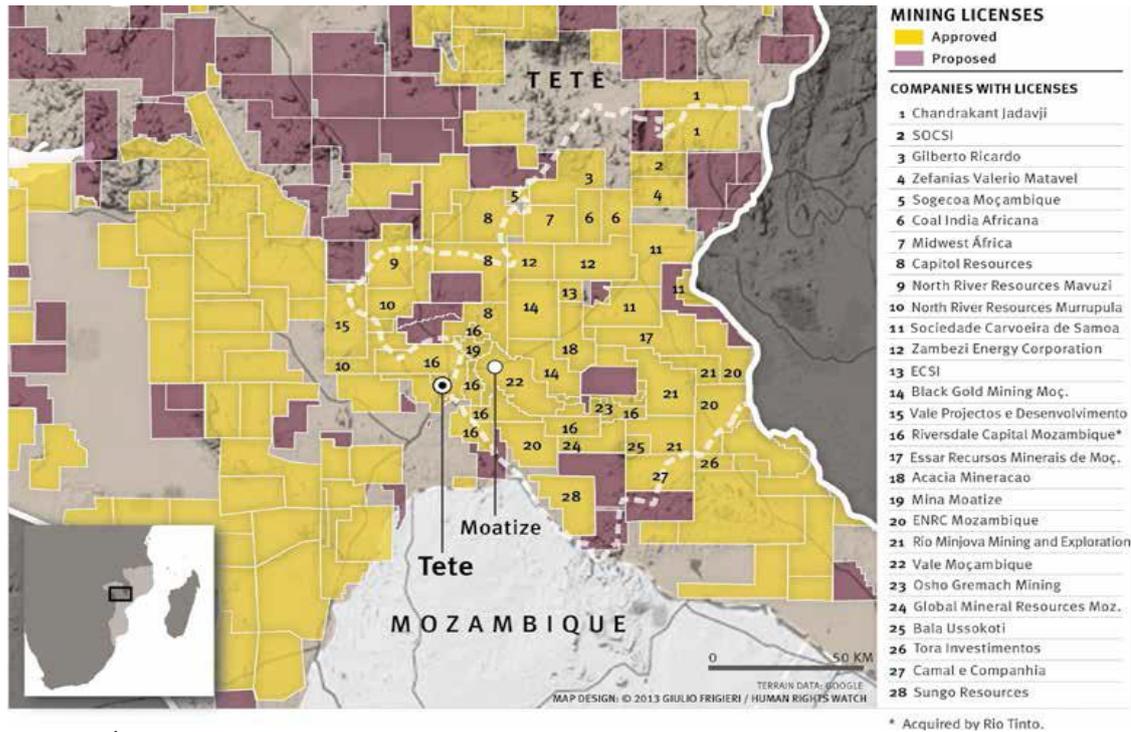


Figura 2: Áreas de concessão mineira de carvão na bacia de Moatize.

Fonte: Human Right Watch (2013).

Na província de Tete existem três megaprojetos de mineração, respetivamente, a indiana Jindal em Marara, no distrito de Cahora Bassa, e outros dois que estão instalados na bacia carbonífera de Moatize, a International Coal Ventures Limited (ICVL), empresa indiana que comprou as ações da anglo-australiana Rio Tinto, e a Vale Moçambique, subsidiária da companhia brasileira Vale do Rio Doce. Todas as empresas estão voltadas para a extração de carvão mineral – carvão térmico e o carvão coque – para a exportação e com alguns projetos em curso para a produção de energia elétrica a partir de carvão mineral para fins comerciais em Moçambique e na região da África Austral. No concernente às empresas instaladas na bacia carbonífera de Moatize, vale fazer menção que ambas as empresas herdaram parte das áreas de exploração e as vias de escoamento da antiga Carbomoc e exportam seu carvão através do porto da Beira e realizaram o reassentamento de populações localizadas na zona de concessão.

Tabela 1: Principais empresas de mineração instaladas na bacia de Moatize.

Nome da empresa	Capacidade de produção (ton/ano)	Número de famílias afetadas	Zona de Origem	Zona de reassentamento
Vale	11 milhões	1.365	Chipanga, Bagamoyo, Mithethe e Malabwe	Cateme e 25 de setembro
ICVL (ex-Rio Tinto)	5, 3 milhões	679	Capanga, Benga e Nhambalualu	Mwaladzu

Fonte: Elaborado pelo autor.

2. 4. 1 A mineração em Moçambique

Antes de discorrer sobre a mineração em Moçambique, começamos por fazer uma contextualização social, política e econômica do país como um todo de modo a permitir uma compreensão abrangente e exata das dinâmicas resultantes da mineração em diferentes esferas sociais.

Moçambique é um país do continente africano que está localizado na costa sudeste do continente entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude Sul e entre os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude Este. Com uma área de 799. 380 Km² de norte a sul e de 2.515 Km² de oeste a este (linha de costa), cerca de 13.000 Km² do território são ocupadas por águas interiores como rios, lagos, açudes, etc. O país tem como limite Norte a Tanzânia, Noroeste o Malawi e a Zâmbia, Oeste o Zimbabué e África do Sul e Sul a Suazilândia e ainda a África do Sul, e a faixa leste é completamente banhada pelo oceano Índico numa superfície de 2.470 quilômetros.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (2007), a população Moçambicana é de 20.632.434 habitantes distribuídos irregularmente pelas 11 Províncias. No sentido norte-sul as províncias correspondem a uma localização geográfica específica que são: Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Gaza, Inhambane e Maputo; a província de Maputo, a capital do país, se subdivide em Maputo Cidade e Maputo Província. As três primeiras províncias localizam-se a norte do país, as três seguintes na região central e as restantes no sul do país. Cada província corresponde a uma divisão territorial, administrativa e municipal. Em média, as províncias de Nampula e Zambezia são as mais numerosas do país e agregam cerca 40% da população. (INE, 2011). Dados recentes referem que do universo populacional que compõe a população moçambicana, 68.2% da

população é rural (INE, 2015). Essas populações têm na prática da agricultura de sequeiro e no emprego de técnicas não modernizadas de produção e comercialização de seus excedentes as principais atividades de subsistência.

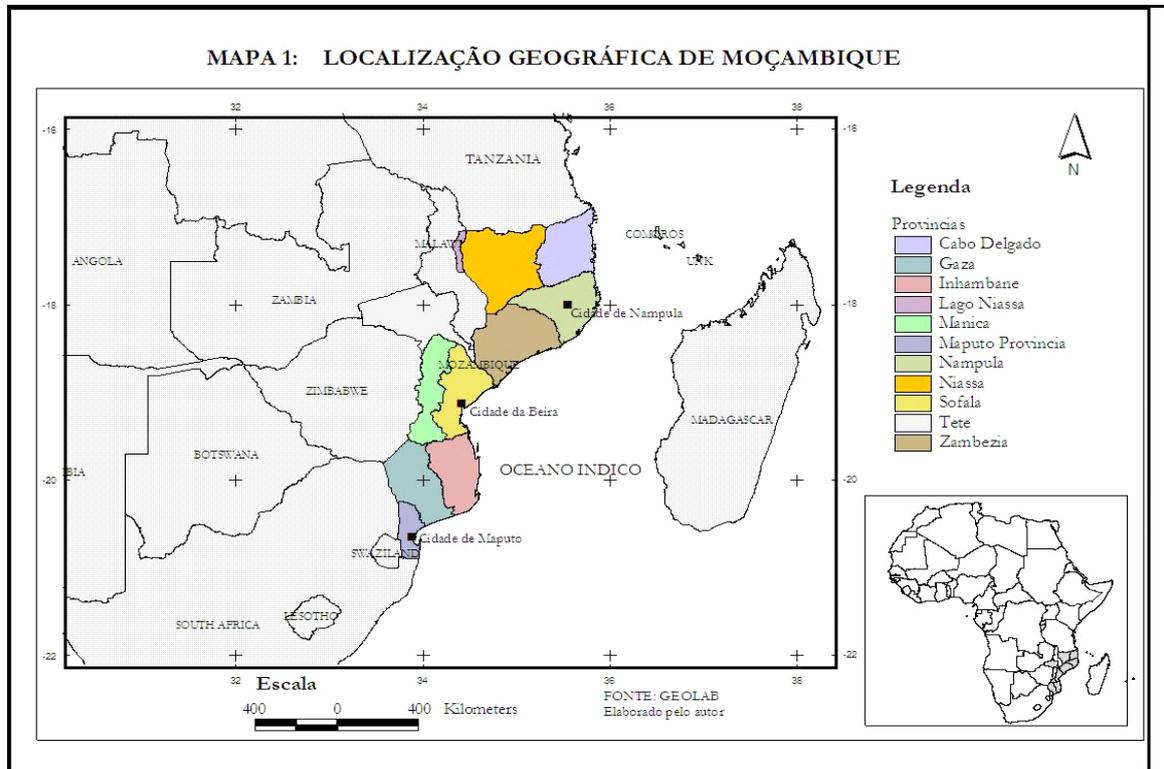


Figura 3: Mapa da localização geográfica e divisão de Moçambique.

Fonte: De Matos; Medeiros (2015).

Do ponto de vista demográfico, Moçambique apresenta uma população bastante jovem, com em torno de 64% da população entre 0-24 anos, uma tendência característica de “países em desenvolvimento”, o que lança enormes desafios ao governo no sentido de garantir acesso aos serviços básicos de educação e saúde. A taxa de analfabetismo em adultos é de 50,4 %, deste universo, as províncias de Inhambane, Manica e Sofala têm uma taxa acima de 40%, e nas restantes províncias a norte, incluindo a província de Tete, a taxa de analfabetismo situa-se acima de 55% (INE, 2007). Esta tendência vem a se confirmar com os resultados do trabalho, o qual constatou a existência de assimetrias regionais no acesso às oportunidades sociais e a serviços básicos, sendo as populações do norte do país as mais vulneráveis. (PNUD, 2014).

Do ponto de vista social e cultural a população moçambicana apresenta um mosaico de raças, culturas, línguas e religiões. A língua portuguesa é a língua oficial do Estado; além do português apontam-se 16 principais línguas mais usadas diariamente, sendo a língua

Emakhuwa com 26%, o Xichangana com 11%, Português com 9% e o Elomwe com 8%; além dessas línguas existe mais de cem dialetos, cada um desses universos linguísticos “encerra a sua filosofia e uma cultura”. (MAZULA, 2000). No concernente à religião, dados do INE (2007) revelam que 25,2% da população é católica, 21,7% professa a religião Sião/Zione, 17,7% da população é muçulmana, enquanto 8% é protestante, pentecostal ou evangélica e 17,7% não professa nenhuma religião.

Moçambique, como Estado-nação independente e moderno, surge no contexto da luta de libertação nacional que durou 10 anos (1964-1974) contra o colonialismo português que se recusou a conceder independência por via pacífica. Além da guerra de libertação de Moçambique houve outro fator que influenciou o alcance da independência nacional: o golpe de estado ocorrido em Portugal em 25 de Abril de 1974. Estes dois fatores levaram ao fim da colonização e ao reconhecimento da independência de Moçambique, proclamada em 25 de junho de 1975 pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), frente nacionalista que dirigiu a luta de libertação nacional.

Com a proclamação da independência em 1975 a FRELIMO autoproclama-se ‘força dirigente do Estado e da Sociedade’ (Art. nº 3, Constituição de 1975) sob orientação ideológica marxista-leninista de partido único. Francisco (2010) refere que a hegemonia da FRELIMO nessa altura se deveu a um conjunto de fatores, dos quais

a força militar acumulada ao longo de 10 anos de luta armada; o apoio entusiástico que a expectativa da independência despoletou na população moçambicana; a vasta rede de solidariedade internacional que os movimentos de libertação africanos mobilizaram da parte do “bloco socialista” e dos movimentos de esquerda dos países capitalistas. (FRANCISCO, 2010, p. 51).

Pouco tempo depois da independência o país mergulhou numa guerra civil durante 16 anos (1976-1992) que estava associada a dois fatores de ordem externa e interna: de ordem externa estava ligada aos embates ideológicos entre o mundo ocidental (capitalista) e o bloco Leste (socialista) e ao clima de dominação colonial dos países vizinhos; outro de ordem interna estava vinculado às clivagens no interior da FRELIMO durante a guerra, agravadas pelas opções radicais, centralizadas e segregacionistas implementadas depois da independência nacional. Embora a guerra esteja ligada a dois fatores, estudiosos constatarem ter pesado mais para a eclosão da guerra as bases sociais internas sobre as quais cresceu e se desenvolveu o conflito armado em Moçambique. (NEWIT, 1997).

Em consequência da guerra civil que durou 16 anos o país registrou uma das maiores tragédias resultantes de um conflito armado com danos humanos, materiais e avultados

impactos sociais, políticos e econômicos com consequências estruturais. No âmbito econômico e social houve destruição sistemática de infraestruturas produtivas; calculam-se cerca de 100.000 pessoas mortas em resultado direto da guerra, 1.5 milhões de pessoas refugiadas nos países vizinhos, e um terço da população dentro do país foi obrigada a abandonar suas zonas habituais de residência; houve destruição de 150 aldeias e localidades, danos em infraestruturas sociais como 45% das escolas primárias, 50% das unidades sanitárias e 31% do sistema nacional de saúde e cerca de 1.500 lojas destruídas. Do ponto de vista financeiro, os prejuízos para a economia nacional foram avaliados em volta de US \$ 7 bilhões quando 40% do orçamento era com gasto em despesas militares. (HERMELE, 1990; MARSHAL, s.d; MINISTÉRIO DE PLANO E FINANÇAS, 1998).

Do ponto de vista econômico, entre a segunda metade da década de 70 e a primeira metade da década de 80, Moçambique saiu de uma luta de libertação nacional que foi sucedida pela guerra civil e pelas calamidades naturais (secas frequentes que minaram a produção agrícola), e os impactos das tendências da economia internacional tiveram repercussões drásticas que levaram a uma enorme crise econômica (economia em franco colapso). Esses fatores obrigaram o país a solicitar ajuda externa, o que foi condicionado à obtenção de acordos entre Moçambique e o Fundo Monetário Internacional (HERMELE, 1990).

Marshall (s.d.) descreve da seguinte maneira a aderência de Moçambique ao FMI:

Em janeiro de 1984, Moçambique declarou-se de fato na bancarrota, solicitando aos seus credores o reescalonamento das suas dívidas, adiantamento dos pagamentos dos empréstimos e juros [...]. No entanto, os credores não se mostraram interessados em envolver-se neste tipo de discussões antes que Moçambique tivesse planos conjuntos com o FMI. Em setembro de 1984, Moçambique filiou-se formalmente no FMI e no Banco Mundial. (MARSHALL, s.d., p. 3).

Como se pode depreender a situação de Moçambique era bastante crítica na altura, e sua “capacidade de resistência” e de obter Ajuda Mútua Econômica (CAME) dos países do Leste era remota. Devido à deterioração da condição de vida de muitos moçambicanos – agravado pela seca de 1983/1984 –, o governo aderiu e implementou uma série de reformas estruturais para se beneficiar dos pacotes de ajuda de organismos internacionais. A adesão ao FMI e no Banco Mundial tinha, entre outros motivos, a reestruturação econômica com determinadas intervenções de natureza econômica e iniciar reformas para o estabelecimento de uma economia de mercado, o que pressupunha mudanças no modelo de desenvolvimento e implicitamente de orientação política.

Os pacotes de ajuda externa concedidos a Moçambique não tiveram em conta o contexto específico que o país atravessava (guerra civil e a imperativos nacionais), os credores aplicaram as mesmas fórmulas que as aplicadas em países como a Tanzânia e Zâmbia, que na época não se encontravam em guerra e tinham uma situação social, política e econômica relativamente melhor que Moçambique. Marshall (s.d.) descreve o caráter impositivo e bastante paradoxal como os pacotes clássicos do FMI para efeitos de ajustamento estrutural de Moçambique; segundo depoimentos obtidos pela autora, “a comunidade internacional tinha congelado todas as doações, empréstimos e créditos a Moçambique até que o país estivesse em condições de aceitar um programa de ajustamento com o FMI”. (MARSHALL, s.d., p. 7).

Em resposta às recomendações dos organismos internacionais o governo aderiu aos programas propostos e introduziu o Programa de Reabilitação Econômica (PRE) implementado entre 1987 a 1989 e posteriormente ao Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) posto em ação de 1990 a 1992. As principais medidas do PRE foram:

Liberação das importações, com crescente disponibilização de divisas aos importadores provados; limitação da moeda em circulação; tetos limitados nos gastos governamentais; privatização com forte orientação para a redução das empresas estatais e para estatais; diminuição dos grupos de produtos com preços controlados oficialmente, com uma redução de 46 por 28; busca ativa de investimento privado estrangeiro; e redução nos gastos públicos, incluindo na saúde e na educação. (MARSHALL s. d. p. 8).

Do ponto de vista de substância, a principal característica do PRE foi a liberalização da economia, o que pressupunha uma mudança da política social do estado para a economia de mercado.

Dados estatísticos refletem um impacto econômico assinalável, não obstante o fato de estar aquém das expectativas e algumas vezes os números serem inferiores em relação aos anos anteriores à aplicação dos programas de ajustamento; por exemplo, a taxa de crescimento prevista para o ano de 1988 era de 6%, mas na realidade esta foi de 4,6%, o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* decresceu de US\$ 164 em 1985 para US\$100 em 1990, o crescimento anual que se situava na ordem de 7% negativos em 1983 e 20% negativos em 1985 registrou um crescimento de positivo de 4% no período entre 1987 a 1989, entretanto, este valor decresceu para 1% em 1990. A distribuição do orçamento revela que a maior parte dos investimentos não foi aplicado em áreas chave, o maior investimento foi para a defesa com 34,7%, a seguir o serviço da dívida com 14,7 % e as áreas como educação, saúde e bem-estar com 3,2%. (HERMELE, 1990).

Dos dados anteriores se percebe que “a principal tendência do PRE foi de declínio”. Esse fator pode ser explicado pela continuidade e intensidade do conflito armado e pelo despreparo “pragmático” do imaginário social às regras da economia do mercado. Ademais, a grande maioria da população, de origem camponesa, encontrava-se à margem desta tendência e passiva às mudanças caracterizadas pela “crescente pobreza social, degradação social e uma subida em espiral da violência em casa, na comunidade e nos locais de trabalho”. (MARSHALL, s.d., p. 11). Foi neste âmbito que o segundo pacote de ajuda agregou a componente social ao PRE, e passou a se designar Plano de Reabilitação Econômica e Social (PRES); a componente social surge da constatação do próprio Banco Mundial em perceber a pobreza extrema que se vivia, razão pela qual, na sua recomendação ao segundo pacote enfatiza ser “necessário por razões humanitárias, para garantir a sustentabilidade política de reestruturação econômica e para sustentar e fazer crescer o capital humano”. (BANCO MUNDIAL, 1990 apud MARSHALL, s.d., p. 13).

Durante a década de 90, sobretudo depois da implementação dos programas de reajustamento econômico, Moçambique situava-se entre os 10 países mais pobres do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de US \$ 86,9, a taxa de pobreza acima de 50%, o que revela o declínio significativo nos padrões de vida da população desde a independência nacional cujo índice de desenvolvimento humano era de 0,281 em 1994.

Como demonstram dados do Ministério de Plano e Finanças (1994), o setor agrícola ocupava mais de 70% da população, porém seu contributo no PIB era em torno de 31%. O que caracterizou o país ao longo da década 90 e a princípio da década de 2000 foi a excessiva dependência da ajuda externa em mais de 70% do seu orçamento anual. Entretanto, este cenário mudou drasticamente a partir do ano 2000, ao menos na esfera econômica, o que está associado à instalação de megaprojetos voltados para a exploração de “recursos” minerais. Esses empreendimentos estão ligados a projetos de investimento direto estrangeiro (IDE).

2.4.2 Megaprojetos em Moçambique: contexto atual

A presença de megaprojetos em Moçambique é recente. A partir da primeira década do século XXI o país assiste à entrada de projetos de IDE, na forma de megaprojetos centrados na sua maioria no setor mineiro-energético e na extração de matéria prima de produtos destinados para a exportação. (CASTEL-BRANCO, 2002; 2008).

A instalação de megaprojetos em Moçambique é aliada a fatores externos e internos. Em nível externo, verifica-se uma crescente demanda de “recursos” naturais no mundo. Este fator é motivado pela crescente industrialização dos “países emergentes”, em particular os países asiáticos como China, Índia e Japão, o que justifica a alocação do território moçambicano ao mapa de produção de empresas integradas na cadeia global de produção na forma de megaprojetos; em nível interno, Moçambique é um estado economicamente dependente da ajuda externa. Devido à “descoberta” de “recursos” naturais e energéticos em quantidades industriais, o governo decidiu priorizar a exploração desses “recursos” como estratégia de “desenvolvimento” econômico e social, adotando políticas e mecanismos de atração de projetos de investimento no território nacional com repercussões em diferentes esferas sociais.

Do ponto de vista político, uma vez que Moçambique ainda é pioneiro na atração, negociação e orientação de processos envolvendo megaprojetos, assiste-se no país à elaboração e à aprovação e reformulação de leis, decretos de leis e regulamentos específicos de modo a adequar o quadro político na orientação de um modelo de desenvolvimento extrativista-exportador, assim como a concessão de uma série de incentivos fiscais de modo atrair para o território nacional projetos de IDE.

Do ponto de vista econômico, a descoberta e exploração de “recursos” minerais em Moçambique é determinante para o maior crescimento econômico que o país vive nos últimos 10 anos (em torno de 7%), o que reflete o domínio do setor extrativista sobre outros setores chave – agricultura e pesca que absorvem mais de 70% da população – na economia nacional. De acordo com estudos do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE, 2015), o complexo mineiro-energético e *commodities* agrícolas para exportação dominam a economia moçambicana e são responsáveis por 75% do investimento privado, 90% das exportações e 50% da taxa de produto interno bruto (PIB). A seguir ao núcleo extrativo encontramos o setor de infraestruturas, serviços de apoio e negócio imobiliário, o qual é responsável por 15% do investimento privado, 5% das exportações e 15% do PIB; e, por último, temos o ramo das finanças, que é responsável por 5% da taxa de crescimento do PIB.

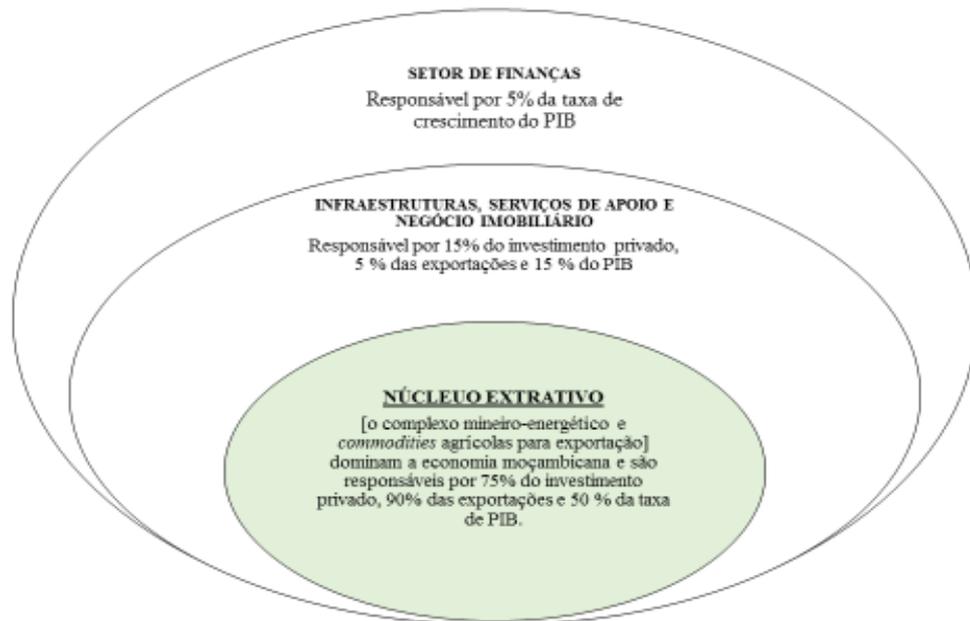


Figura 4: Esquema de setores chave e sua contribuição na economia de Moçambique.

Fonte: Reelaborado pelo autor a partir do esquema de Castel-Branco (2015).

Politicamente, o país registra mudanças de políticas fiscais de modo a incorporar disposições específicas ligadas ao ramo da mineração e petróleo, de modo que as receitas geradas possam contribuir na economia nacional e uma parte da receita gerada por esses investimentos, em torno de 2,75%, seja investida em projetos de desenvolvimento local nas áreas onde estão instalados os empreendimentos, assim como às expectativas de se criar um fundo soberano de modo a aproveitar as receitas geradas por esses projetos na esfera local. (HUMAN RIGHT WATCH, 2013).

De acordo com Castel-Branco (2008), em Moçambique, os megaprojetos apresentam a seguinte característica:

- dimensão é definida pelos montantes de investimento (acima de US\$ 500 milhões) e tem impactos enormes sobre a produção e comércio;
- intensivos em capital e, portanto, não geram emprego diretamente proporcional ao seu peso no investimento, produção e comércio;
- atividades concentradas em torno de atividades mineiras e energéticas;
- estruturantes das dinâmicas fundamentais de acumulação e reprodução econômica, isto por causa do seu peso no investimento privado, na produção e no comércio;

- frequentemente, são áreas de exclusiva intervenção de grandes empresas multinacionais por causa dos elevadíssimos custos, das qualificações e especialização requeridas, da magnitude, das condições competitivas e especialização dos mercados fornecedores e consumidores, geralmente dominados por oligopólios e monopólios;
- custos de insucesso (ou *sunk costs*) são altíssimos por causa da dimensão e complexidade destes investimentos. Desse modo, esses empreendimentos são pouco sensíveis a incentivos de curto prazo ou de ocasião e muito sensíveis às estratégias corporativas globais, dinâmicas dos mercados, condições logísticas e de infraestruturas, acesso barato e seguro a recursos produtivos e custos do capital (CASTEL-BRANCO, 2008, p. 1-2).

Do ponto de vista social processos tendentes à instalação ou mesmo à instalação e funcionamento de megaprojeto têm sido acompanhados de um conjunto de contestações e mobilizações sociais de diferentes grupos sociais e populações afetadas pelos projetos, assim como de integrantes das organizações da sociedade civil no sentido de questionar as repercussões ambientais, econômicas e sociais em diferentes aspetos que a instalação e implementação de projetos de IDE colocam a sociedade Moçambicana.

Os levantamentos sociais em torno de megaprojetos são recentes em Moçambique e estão associados às mobilizações coletivas de populações afetadas e ONGs que se desdobram no sentido de se manifestar sobre os efeitos e/ou “riscos” sociais e ambientais gerados pela atividade produtiva dos megaprojetos. Em forma de ilustração apresento o caso enigmático, em torno do *by-pass* do megaprojeto da Mozal.

Em abril de 2010, a empresa Mozal – megaprojeto de fundição e fabricação de lingotes de alumínio – solicitou ao ministério para a coordenação da ação ambiental (MICOA) a emissão de uma licença especial para a emissão direta de fumos (sem serem filtrados nem passarem pela estação de tratamento) para a atmosfera – vulgarmente conhecido por *by-pass* – por um período de 137 dias enquanto procedia à reabilitação da estação de beneficiamento de fumos e gases da empresa. Tal fato foi justificado pela empresa ter notado a rápida degradação da sua estação de tratamentos.

O pedido do *by-pass* pela Mozal gerou uma série de mobilizações e manifestações políticas de diversos segmentos sociais. Uma coligação de ONGs locais e nacionais de temática ambiental e social, nomeadamente a Justiça Ambiental, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, Livaningo, Centro Terra Viva, Kulima e Centro de Integridade Pública, em representação a si próprias e às populações residentes em locais de risco, submeteu uma

queixa ao escritório do assessor em observância (CAO¹⁸), manifestando que o *by-pass* da Mozal “os prejudicasse, bem como outras comunidades residentes na área, e o ambiente na generalidade, a exposição danosa a poluentes”, questionando no fundo as diligências sociais e ambientais assumidas pela empresa no sentido de disponibilizar informações reais e fidedignas sobre o *by-pass* (CAO, 2011, p. 1). Além da queixa, a coligação solicitou uma providência cautelar ao tribunal administrativo de Maputo pedindo a suspensão do *by-pass*, submetendo à Assembleia da República uma petição com cerca de 15 mil assinaturas, apelando que se tomassem as devidas providências em relação a aprovação do *by-pass* da Mozal pelo MICOA.

No mesmo diapasão que as ONGs, a bancada parlamentar da Renamo, partido da oposição, com o apoio da bancada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), outro partido da oposição com assento parlamentar, submeteu o tema para a discussão na assembleia da república sobre o *by-pass*, e no dia do debate e votação do projeto de resolução, os deputados da bancada parlamentar do partido Renamo, em forma de protesto contra autorização do *by-pass*, estiveram na sala de plenária de máscaras como demonstram as imagens a seguir:



Figura 5: Deputados da bancada da oposição moçambicana trajados de máscara de respiração em repúdio ao *by-pass* da Mozal autorizado pelo MICOA.

Fonte: mozmiradouroline.

¹⁸ A CAO é uma agência independente e subordinada ao Banco Mundial que tem a função de prestar assistência e resolver queixas apresentadas por pessoas afetadas por projetos e melhorar os impactos socioambientais de projetos coparticipados pela Corporation Financiety International (IFC).

Apesar da mobilização e contestações surgidas em torno do *by-pass* da Mozal, o governo concedeu a autorização considerando que o *by-pass* não causaria danos à saúde humana nem ao meio ambiente. Corroborando com o estudo recomendando pela empresa de que as quantidades de resíduos expelidos eram aceitáveis e inferiores às normas internacionais da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Analiticamente, as mobilização e posicionamentos em torno do *by-pass* da Mozal inauguram na história um novo momento vivenciado na sociedade moçambicana marcado por disputas de primazia onde os interesses dos investidores são legitimados pelo estado em detrimento dos interesses e causas de segmentos sociais vulneráveis aos seus riscos. Ademais, essas mobilizações colocam no centro do debate a temática da “questão ambiental”, pois os prováveis “riscos” sociais gerados pela ação de um empreendimento de grande magnitude (econômica, política, social e ambiental) são acionados por partidos políticos e ONG’s para compor a sua pauta política.

2.4.3 Exploração de carvão em Moatize

O distrito de Moatize localiza-se na província central de Tete, a noroeste da capital da cidade de Tete, e tem como limite norte o distrito Tsangano e Chiúta, a sul o distrito de Mutarara e a Província de Manica (Guro e Tambara), a leste a República do Malawi a oeste o distrito de Changara e a cidade de Tete. (MAE, 2005). O distrito de Moatize localiza-se no fértil vale do Zambeze na província de Tete, região central de Moçambique, sua superfície é de 8.428 km², com um universo populacional de 292.541 habitantes, o que corresponde a 13.1% da população total da província de Tete, a grande maioria da população é rural, em torno de 80%, e tem na agricultura e comércio de excedentes agrícolas e da pesca principal fonte de subsistência. (INE, 2012).



Figura 7: Exploração industrial de carvão mineral em Moatize.
Fonte: Acervo de L. A.



Figura 8: Extração artesanal de carvão mineral ao longo da margem do rio Moatize.
Fonte: Fotografia do autor.

O conhecimento da existência de jazidas de carvão mineral de Moatize data desde os finais do século XIX e princípios do século XX. A partir dessa altura a bacia de carvão de Moatize teve maior incidência de estudos geológicos sistematizados com vista ao conhecimento concreto de determinadas mineralizações, em particular do carvão mineral com objetivo de determinar as potencialidades mineiras e a viabilidade econômica da exploração mineira. (REAL, 1966).

Por consequência dos resultados favoráveis à exploração de carvão, o distrito alocou muitos projetos de extração desde o final do século XIX quando em 1985 a *Companhia do Zambeze* concede à *Companhia Hulheira do Zambeze* a prerrogativa de pesquisa, exploração registro e lavra das minas de carvão. Anos mais tarde, essa companhia passou a se designar *Zambeze Mining Company*, que em 1923 alia-se ao consórcio belga e passa a se designar *Société Mineire e Geologique do Zambeze* que em 1948 concede a totalidade de suas ações e direitos à Companhia Carbonífera de Moçambique (CCM) com capacidade média de produção de 20.000 toneladas. (VASCONCELOS, 1995; EIA, 2006).

Com a proclamação da independência de Moçambique em 1975, a orientação política – socialista – fez com que a CCM fosse nacionalizada, passasse à propriedade do estado, incluindo bens, recursos e direitos. Foi nesse momento que se constituiu Carbomoc E.E¹⁹.



Figura 9: Antigo terminal de carvão mineral da Carbomoc E. E em Moatize.

Fonte: Fotografia do autor.

¹⁹ Abreviatura de Carbonífera de Moçambique – Empresa Estatal.

Depois de passar para o estado a empresa continuou a extrair carvão que, em sua grande parte, era destinado para o consumo doméstico em centrais termoelétricas, fábricas de cimento e açúcar. O transporte ferroviário e uma parte ínfima era transportada por via ferroviária até ao porto da Beira e destinado para a exportação. (VASCONCELOS, 1995).

Entre 1985 a 1982 a produção total de carvão foi de 8 milhões de toneladas. A partir de 1983, devido aos ataques das unidades produtivas e à sabotagem das vias de escoamento causados pela guerra civil (1976-1992), houve uma paralisação da produção de carvão. (MOSCA, 2005; EIA, 2006). Na década de 70 o carvão constituía cerca de 60% do total da produção de “recursos” minerais e tinha impacto significativo na economia nacional. (MOSCA, 2005).

2.4.4 O megaprojeto da Vale em Moatize

A companhia Vale Moçambique Ltd. (Vale) é subsidiária da empresa Brasileira Vale do Rio Doce (CVRD), que é a segunda maior empresa de mineração em nível mundial, operando em dezesseis estados do Brasil e em seis continentes, com operações em mais de 30 países. Apesar do seu início como empresa estatal brasileira em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a empresa foi privatizada e adquirida por um consórcio dominado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Atualmente a Vale é uma empresa privada de capital misto com diferentes acionistas, nomeadamente a Valespar S.A que controla o conselho de administração, a PREVI (empresa que gere o fundo de previdência complementar dos funcionários do Banco do Brasil) com 49%, a Bradespar com 17,4%, a entrada da Japonesa Mitsui, no final do ano de 2014, que passou a deter 15% das ações, o BNDESpar com 9,5% e o grupo ligado ao Banco Opportunity com 0,03% das ações. (MARSHALL, 2012; HUMAN RIGHTS WATCH 2013; RODRIGUES, 2015).

Em Moçambique, a empresa é detida por três principais acionistas, respetivamente a Vale com 85% das ações, os investidores nacionais com 10% e o estado moçambicano com 5%. Dados recentes revelam que com a aquisição de 15% da Vale no Brasil a estrutura acionista da empresa em Moçambique mudou, sem revelar em concreto a divisão percentual da parte moçambicana, apontando-se que a razão da cedência de uma percentagem à japonesa Mitsui está ligada à necessidade de aumento da capacidade anual de produção – de 11 mil toneladas para 22 mil toneladas a partir de 2015 – e à necessidade de financiamento para a

construção da nova linha ferroviária, que liga Tete ao porto de Nacala na província de Nampula, região norte de Moçambique. (RODRIGUES, 2015).

A Vale está em Moçambique desde finais de 2004 quando o governo de Moçambique, no âmbito da resolução 24/2000, decide revitalizar as minas de carvão de Moatize e abrir concurso internacional para o direito de exploração de áreas localizadas da bacia de Moatize. Desta licitação a Vale sagrou-se vencedora e realizou estudos de prospecção e viabilidade econômica – que foi favorável – e encomendou uma série de estudos de impacto ambiental e desenhou um Plano de Ação e Reassentamento (PAR) a ser implementado para a instalação da mina de carvão mineral a céu aberto numa área de 23.780 hectares em Moatize.

A Vale foi a primeira empresa a ser concedida uma licença de exploração de carvão das grandes reservas de carvão da bacia carbonífera de Moatize, iniciando a exploração em lavra (mina) a céu aberto. A presença da Vale em Moçambique pode ser vista como um fator estratégico de cooperação entre os países do Sul, a cooperação sul-sul, entre o Brasil e Moçambique, conotado como elemento agregador de novas sinergias no estabelecimento de “uma cooperação que não seja opressiva, que seja baseada em vantagens mútuas e valores compartilhados”. (LOURENÇO apud MUTZENBERG, 2014, p. 141).

A instalação do megaprojeto de mineração em Moatize está ligada à crescente demanda no consumo de carvão nos países asiáticos, em particular a China, Japão e Índia, o que devido às condições (históricas, geográficas, políticas e econômicas) favoráveis para a mineração, aliada à quantidade e qualidade²⁰ de carvão em Moatize, levou ao desenvolvimento de uma nova fonte de coqueificação de carvão em Moçambique, que foi o primeiro a ser incrementado além das tradicionais rotas do pacífico e do atlântico. Ademais, estudos pioneiros feitos pela empresa revelam que o carvão de Moatize pode se equiparar aos melhores carvões coqueificáveis de exportação australiana ou canadense, assim como apresentam um teor de cinzas muito baixo, em torno de 10,5%, o que acresce mais-valias à exploração de carvão. (EIA, 2006).

A empresa Vale apostou seus investimentos em áreas complexas em Moçambique, como o complexo mineiro de carvão na bacia de Moatize, a via ferroviária de escoamento de carvão no percurso Tete – Nacala, e o porto de escoamento de Nacala.

²⁰ Estima-se que nos depósitos da bacia de carvão de Moatize haja 308,8 milhões de toneladas de carvão coqueificável (principal tipo de carvão produzido) e 74,4 milhões de toneladas de carvão térmico. A diferença entre esses dois tipos de carvão – carvão coque ou metalúrgico e carvão térmico – reside na sua qualidade e aplicação industrial e na origem da matéria carbonosa. O carvão coque apresenta características físicas e químicas de matérias voláteis e alto poder calorífico. Geralmente, o carvão coque, em relação ao carvão térmico, apresenta baixo teor de cinza e enxofre e com isso atende às especificidades de altos fornos e aumenta o seu ciclo de vida útil, sendo por isso o carvão com alto valor econômico.

As operações da empresa ocorrem numa conjuntura de conflitos, não obstante “a dissonância marcante entre as imagens empresariais projetadas pela Vale e as realidades de fato em todas as suas operações mundiais”. (MARSHALL, 2014, p. 174). Um dos pressupostos da relação conflituosa entre a empresa Vale e o governo moçambicano, em particular o ministério do trabalho, é a exigência, da parte do governo moçambicano, que a empresa tenha de empregar cerca de 85% de mão de obra moçambicana no empreendimento. Essa exigência inicialmente combinada entre as partes coabita com a “pressão constante da Vale às autoridades moçambicanas para permitir a esta empresa exceder as quotas, previamente negociadas, de trabalhadores estrangeiros. Houve também a pressão para dar autorização de trabalho a estrangeiros sem habilidades”. (MARSHALL, 2014, p. 179).

Apesar da fixação da quota máxima para a admissão de trabalhadores estrangeiros, estudiosos das relações laborais da empresa Vale denunciam que a quota máxima foi atingida e que a empresa emprega estrangeiros de países vizinhos de língua inglesa (África do Sul, Malawi, Zâmbia e Zimbábue) com ou sem registro de residência legal. (SELEMANE, 2009; MARSHALL, 2014). Um dos autores denuncia ainda que:

Muitos filhos e sobrinhos do poderoso governo moçambicano e figuras de negócios da capital nacional, Maputo, também obtêm os trabalhos cobiçados na Vale. Todavia, o número de empregos criados para as pessoas das comunidades locais ao redor da mina ou nativos da província de Tete (cronicamente subdesenvolvida) são poucos. No entanto, estas são as que sofreram o maior impacto do “boom” da mineração em termos de poluição, escassez de moradia e outros serviços, o tráfego, ruído e aumento do custo de vida em geral. As operações de mina em expansão também trazem problemas sociais como a prostituição, drogas e SIDA em ascensão. (MARSHALL, 2014, p. 180).

Outro cenário ligado às questões laborais na empresa Vale tem a ver com o fato da absorção da mão de obra local ter registrado seu pico durante a fase de construção de diferentes infraestruturas da empresa, pois os trabalhos existentes – construção civil, serralheria, carpintaria, tratoristas, entre outros – eram pouco exigentes do ponto de vista de qualificação da força de trabalho. Contudo, com o fim das construções de infraestruturas e com o início de operações da mina, iniciaram as operações complexas, exigentes do ponto de vista técnico e da qualificação da mão de obra, grande parte dos nativos sem formação, alguns dos quais foram reassentados pela empresa, perderam o emprego. Ademais, depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo revelam que grande parte dos nativos está empregada nas empresas subcontratadas da Vale, e os nativos empregados diretamente na Vale têm ressentimentos, pois constatam que ao exercerem o mesmo trabalho com estrangeiros ou,

apesar de exercerem mesmas funções, mas com o capital técnico melhor para os locais, os nativos sempre auferem salários inferiores que os estrangeiros.

Do ponto de vista de desenvolvimento do megaprojeto de mineração da empresa Vale, a sua implementação está dividida em três fases: a primeira é a fase de construção do empreendimento que levou três anos (2007-2010), a segunda é a fase de operação da mina (35 anos²¹) e a última fase de desativação da mina que levará mais cinco anos. O capital investido para a implantação e funcionamento do projeto é enorme. Na sua primeira fase o investimento foi de US\$ 1,9 a 2 bilhões, US\$ 2 bilhões na segunda fase e mais de 4 bilhões a ser investido em infraestruturas de apoio e ligações de transporte. Esse valor supera bastante o PIB anual da economia moçambicana que é em torno de US\$ 12.8 milhões. (HUMAN RIGHT WATCH, 2013). No computo geral, o investimento dos megaprojetos supera a economia de muitos estados.

Os processos visando a implantação iniciaram em 2007, uma vez que a área concedida para o complexo industrial, áreas operacionais e outros empreendimentos da empresa – seção da lavra e instalações industriais –, “precisava estar liberada das ocupações existentes” de habitação, acesso e usos do território pelas populações locais. Foi neste âmbito que a empresa preparou um Plano de Ação e Reassentamento (PAR). O objetivo do plano era,

assegurar a população diretamente afetada pelo projeto e sujeita ao reassentamento involuntário, condições de manutenção ou reposição de seu tecido social em um período de tempo mais curto, respeitando os seus direitos de cidadania e os valores culturais locais. (PAR, 2006, p. IX.15-1).

Dito de outra maneira, a atual área de exploração e do raio do risco de ação da Vale era habitada por populações locais. É nesse âmbito que surge o PAR da Vale no sentido de conduzir e orientar o deslocamento compulsório das populações afetadas. Esse ato tinha enquadramento legal em Moçambique, pois ao abrigo da lei de minas nº 14/2002, artigo 43 (uso e ocupação da terra), o número 2 deste artigo prescreve que “o uso da terra para operações mineiras tem prioridade sobre outros usos da terra quando o benefício econômico e social relativo das operações minerais seja superior”. (BOLETIM DA REPÚBLICA, I SÉRIE, nº 26, 2002, p. 9). Ao abrigo desta lei, o deslocamento compulsório das populações em situação de extração mineira é fatal, em detrimento de investimentos de grande vulto como é o caso do megaprojeto da Vale.

²¹ Os estudos e propostas da Vale apontam para 35 anos, mas de acordo com a legislação moçambicana o período máximo de um empreendimento é de 25 anos renováveis pelo mesmo período de funcionamento.

Em consequência do deslocamento compulsório, assiste-se a conflitos opondo a empresa mineradora e diferentes populações afetadas pela empresa Vale, como resultando do processo de instalação, presença e expansão da Vale.

No que concerne ao *processo de instalação* da empresa Vale foram abrangidas as populações localizadas na zona de concessão e dentro do raio de riscos do empreendimento. Na fase de instalação foram definidos como grupos prioritários, sujeitos ao deslocamento compulsório, toda a população do bairro de Chipanga, do povoado de Mithete, Malabwe e Nhacolo, assim como parte da população do bairro de Bagamoyo.



Figura 10: Destroços do antigo centro de saúde de Chipanga, hospital usado pela população antes do reassentamento.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 11: Chipanga, território da população reassentada pela Vale.

Fonte: Fotografia do autor.

Na *fase de funcionamento*, a empresa precisou vedar sua área de concessão, o que culminou com restrições da população local, ao longo do bairro de Bagamoyo, 1º de Maio, do povoado de Catete, Tchenga, etc., afetando o acesso ao território e outros “recursos” de uso comum às populações locais.



Figura 12: Vista parcial da rede de vedação que separa a zona de concessão da empresa Vale à zona habitacional em Moatize.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 13: Rio Thibu, atualmente localizado no interior da concessão da Vale.

Fonte: Fotografia do autor.

Ligado às pretensões de aumento da capacidade produtiva e abertura de novas minas ao longo da zona de concessão, em junho e julho de 2015 ocorreu o registro de famílias e imóveis que serão afetados pela *expansão da mina*, ao longo do bairro da Liberdade e das unidades três, quatro e cinco do bairro 25 de setembro, nos arredores da vila de Moatize.



Figura 14: Na outra margem do rio Moatize, encontram-se os bairros da Liberdade e 25 de setembro, lugares da expansão da mina da Vale.

Fonte: Fotografia do autor.

Portanto, o conflito em torno da empresa Vale apresenta pelo menos três grupos de populações afetadas pela empresa em diferentes fases da implementação do megaprojeto, como a fase da instalação, presença e expansão do megaprojeto da Vale.

De acordo com a perspectiva teórica adotada no desenho da problemática de pesquisa, abordagem da sociologia pragmática da crítica de Boltanski, o pressuposto metodológico consistirá na observação dos “atores em ação”: como eles significam, resignificam e põem em marcha suas práticas contestatórias.

Por meio da observação de suas ações e práticas, situações e momentos vivenciados e evocados pelos atores em seu imperativo de justificação no conflito em questão, assumindo

que o pressuposto de que o exercício da crítica é imanente aos atores sociais, nesta ordem de ideias, o desafio metodológico consiste em seguir de perto os atores recolhendo e registrando os seus informes e comprometido em seguir seu trabalho interpretativos, tomando a sério os argumentos e provas apresentadas sem tentar reduzi-los ou desqualificar. (BOLTANSKI, 2000).

No sentido de compreender as dinâmicas do conflito – atores e ações em voga – fiz uma pesquisa etnográfica. O instigante para esta pesquisa relacionava-se à tentativa de compreender as justificações e o *ente* mobilizador da disputa, ou seja, que objeto, ações, práticas e gramáticas mobilizavam o conflito. Dito de outra forma, a pesquisa de campo levada a cabo foi no sentido de responder às indagações colocadas na introdução do presente trabalho.

3 RESCREVENDO A PESQUISA DE CAMPO (UM ENFOQUE ETNOGRÁFICO²²)

Minha experiência de campo – porque ela deu lugar à comunicação não verbal, não intencional e involuntária, ao surgimento e ao livre jogo de afetos desprovidos de representação – levou-me a explorar mil aspectos de uma opacidade essencial do sujeito frente a si mesmo.

Jeanne Favret-Saada, 1990.

Para a análise do conflito resultante do processo de instalação da empresa Vale em Moatize os conceitos e dinâmicas de megaprojetos, globalização e conflitos ambientais, discutidos no capítulo anterior são indispensáveis.

A partir da discussão conceitual e sua relação com o conflito em torno da Vale em Moatize, conclui-se que o conflito é inseparável das dinâmicas resultantes do processo de globalização como um todo. Através de megaprojetos, com o seu poder econômico-financeiro e os distintos *capitais* que essas instituições comportam na economia mundial, os megaprojetos têm a capacidade de ligar interesses do capital global, da busca de produtos e “recursos” demandados pelo mercado.

Para lograr seus interesses, os megaprojetos, na esfera local, têm a capacidade de submeter, de algum modo, o poder, interesses e a *vontade geral* das populações locais sobre seus interesses, eminentemente econômicos.

A crescente demanda e uso de carvão mineral nos países asiáticos levaram à busca de novas fontes de “matéria-prima”. Em Moçambique, devido à existência de jazidas de carvão mineral – na sua maioria carvão coqueificável – na bacia carbonífera de Moatize e a uma série de fatores socioeconômicos, políticos e históricos – o histórico anterior de exploração mineira, localização estratégica, concessão de isenções fiscais, entre outras motivações oportunistas –, no distrito de Moatize, estão localizadas algumas empresas voltadas para a exploração mineira. Uma das empresas instaladas na bacia de Moatize é a empresa mineradora Vale do Rio Doce, que atua sob forma de megaprojeto de mineração, desenvolvendo a mineração a céu aberto, em uma área de cerca de 24 mil hectares.

A instalação da empresa Vale na zona de concedida pelo governo de Moçambique implicou no deslocamento compulsório de famílias localizadas na zona de concessão e dentro

²² Adoto o termo “enfoque” na sua significação semântica ao invés de “método” ou “teoria etnográfica” como refere Peirano (2014), na medida em que apesar de optar pela etnografia para a coleta de dados, pelo nível de interação e envolvimento com o empírico, a etnografia dificilmente pode ser um “simples método”, pois a convivência e material coletado em campo tem impactos sobre o pesquisador e influenciam no seu engajamento social, cultural, cosmológico e ideológico.

do raio de risco da mineração. Em consequência do deslocamento compulsório e dos efeitos da presença da empresa em Moatize, registram-se embates entre as populações afetadas pelo megaprojeto da Vale e a empresa.

No sentido de compreender as justificações, os sentidos e as ações que os atores colocam em jogo para atizar suas disputas fiz a pesquisa de campo. Portanto, o objetivo deste capítulo é descrever, mapear os atores envolvidos na disputa e os seus universos de legitimação.

3.1 COMO O CONFLITO SE TORNOU OBJETO DE PESQUISA?

Familiarizei-me com o conflito em questão muito antes de torná-lo objeto empírico elegível para a dissertação. As primeiras noções do conflito tive através da mídia pouco depois da saída do primeiro trem de escoamento da Vale, em abril de 2011, que significou um marco histórico no reinício da exportação de carvão depois de décadas de estagnação. Depois do marco histórico da exportação, seguidamente a mídia difundiu informações de levantamentos populares, em janeiro de 2012 e em abril de 2013, causados pela exploração de carvão mineral. Os levantamentos também receberam atenção social através de posicionamentos oficiais de representantes de organizações não governamentais (ONGs) sobre a manifestação de populações reassentadas pela Vale em janeiro de 2012 e abril de 2013. Nessa altura, as informações mais difundidas sobre levantamento giravam em torno dos repertórios das contestações e das possíveis razões que levaram à contestação: o bloqueio das vias de escoamento de carvão da empresa motivado pela má qualidade das casas construídas para o reassentamento, falta de água e *machambas*. As manifestações foram procedidas de repressão policial e prisões arbitrárias. Em reação à violência, repressão e prisões arbitrárias perpetradas pela polícia, os representantes de quatro organizações da sociedade civil, nomeadamente a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), Justiça Ambiental (JA), União Nacional de Camponeses (UPC – Tete) e a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), repudiaram a atitude da polícia em relação aos manifestantes. Em ação conjunta, essas organizações lavraram uma carta dirigida à presidência da república, onde apelavam pela intervenção pontual do presidente da república, Amando Emílio Guebuza, na qualidade de alto magistrado da nação e garante da legalidade, em relação à

violência policial perpetrada e se tomasse uma posição em relação às condições do reassentamento da Vale em Cateme.

Além da mídia e mobilizações de ONGs, no ano de 2013, aquando da minha participação no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM), em um dos encontros mensais do grupo, o sociólogo Carlos Serra falou rapidamente sobre seu deslocamento em abril a Moatize no âmbito do levantamento das populações reassentadas pela Vale. Do seu *briefing* as palavras que memorizei foram “as pessoas reassentadas estão desapontadas quando sabem que tiveram que sair da sua terra porque tinha riqueza que seria explorada por outros; eles foram tirados para outro lugar e estão a passar mal por causa da riqueza que estava debaixo de suas casas e *machambas*”.

Essas enunciações trouxeram-me à memória *insights* da minha leitura às crônicas africanas que difundem a ideia de “guerra com intervalos sucessivos paz”, de uma “democracia onde a vontade do povo vale menos que a vontade e interesses dos governantes”, do “desenvolvimento forçado por indicadores econômicos”, da “maldição da abundância”, etc., entre outros conceitos usados para explicar sucessivas instabilidades e “razões de fracasso” de inúmeros projetos e muitos ideais em curso no continente. Na maior parte dos cenários, os “recursos” e objetivos demandados pelas políticas e pelo capitalismo global justificavam enormes sacrifícios às camadas sociais desfavorecidas que perdem o protagonismo em suas vidas e, como eles, o destino de nações, países, regiões era sentenciado de acordo com os “recursos” disponíveis.

No cenário do levantamento em torno da Vale, o “recurso” demandado era o carvão, e o “bode expiatório” foram as populações de Moatize, mas nessa altura, apesar do meu fascínio por questões *subalternas* e *minoritárias*, preferi considerar o conflito em torno da Vale algo marginal, por ser um objeto de estudo “alheio” e “incapaz” de despertar algum engajamento social academicamente expresso. Isso estava ligado à minha formação em filosofia, pois as disputas não se enquadravam no escopo de “grandes sistemas filosóficos” a que fui treinado.

No primeiro semestre letivo do mestrado em sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul comecei a trabalhar no desenho do projeto do mestrado, mas a partir de segundo semestre de 2014, o caminho percorrido até então – a tentativa de apresentar um projeto “melhor” à banca de qualificação – se viu confrontado com novas leituras e abordagens teóricas que apresentavam o “ambiente” como objeto de mobilizações, controvérsias e conflitos. Tais abordagens, ao questionarem a ruptura do “cordão umbilical” entre “sociedade” e “natureza”, agregavam à pesquisa sociológica uma chave analítica na

compreensão de fenômenos sociais com repertórios e gramáticas específicas, que se configuravam cada vez mais no atual modo de (re)produção capitalista caracterizada pelo deslocamento compulsório e privação de populações afetadas por “projetos de desenvolvimento”, sejam barragens, mineradoras, etc. Com base nas leituras de temáticas sobre conflitos em torno de “projetos de desenvolvimento” e das populações afetadas, minha reminiscência sobre os desdobramentos do conflito em torno da Vale se impôs. Desde então, o embate em torno da instalação da empresa Vale em Moatize passou a orientar minhas indagações ao ponto de constituir objeto desta dissertação.

Para a coleta de dados a pesquisa houve um enfoque etnográfico acoplado de técnicas como observação direta participante e a participação observante, conversas formais e informais e entrevistas semiestruturadas. Tradicionalmente a pesquisa etnográfica confunde-se estritamente com pesquisas na área da antropologia, ciência em que, pelas suas raízes epistêmicas, o conhecimento e descrição do *outro*²³ levaram a adotar um “*ethos*” com métodos e técnicas específicas que lhe permitissem que a enunciação de formas outras de sociabilidade investigadas fossem “ímunas” de pré-conceitos e preceitos da cultura do pesquisador em relação ao seu “objeto” de pesquisa, o que pressupõe um “treino” epistemológico “caro” às outras ciências sociais. Contudo, nos últimos tempos, o monopólio da etnográfica ao terreno da antropologia tem se posto em causa, ao menos nos moldes não clássicos²⁴, pois em outras áreas das ciências sociais têm sido recorrentes estudos que adotam pesquisa etnográfica em contexto onde a interação do pesquisador com o seu empírico torna-se necessária para obter dados na qualidade desejada, o que, provavelmente, não seria possível sem a imersão do pesquisador na vida diária dos agentes que pretende estudar.

De acordo com Fonseca (1999), o ponto de partida do método etnográfico é a interação entre o pesquisador e seus interlocutores, os “nativos de carne e osso”, mas a interação e/ou inter-relação não se reduz ao simples olhar (ver) e escutar (ouvir), ela é uma prática que impõe “deslocamentos” físico, ontológico e axiológico do pesquisador em prol da sua participação efetiva para a pesquisa empírica na qualidade e medida desejável. Portanto, ao optar por uma pesquisa etnográfica para a coleta de dados tinha em conta que a interação seria a condição necessária de pesquisa, pois ela é uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços e contextos sociais vividos, onde se faz necessária a

²³ Coloco entre aspas porque a alteridade, o “outro”, que ocupa a antropologia na sua gênese é um sujeito “exótico” com especificidades que devem ser compreendidas dentro da sua especificidade social e cultural.

²⁴ A pesquisa etnográfica em curso em outras áreas diferem da orientação clássica da pesquisa etnográfica de Malinowski (1978) que exige muito tempo de convivência com os *grupos humanos* observados de modo a apreender com alguma profundidade seu modo de ser imanados na sua religião, estrutura e organização social, etc.

participação nas rotinas do grupo, na vida social, nas intenções e motivações que orientam as ações, atitudes e comportamentos dentro de um dispositivo social onde pretendia me inserir. (ROCHA; ECKERT, 2008).

A pesquisa de campo ocorreu no distrito de Moatize, a cerca de 1500 km de Maputo. Portanto, mais do que simples deslocamento físico, a pesquisa implicou múltiplos deslocamentos, com particular ênfase na esfera sociocultural e linguística que são distintos da minha socialização urbana de Maputo – capital do país. Apesar de me comunicar frequentemente em português, como moçambicano nascido no sul de Moçambique, durante a socialização adquiri o aprendizado de me comunicar na multiplicidade das línguas do sul de Moçambique, respetivamente, xichangana, xizonga, xitswa, bitonga e xichope, e me socializei em contexto sociocultural, linguístico, axiológico, cosmológico e ontológico “*tsonga*”. Entretanto, o fato de me deslocar para o centro do país, uma sociedade com língua e cultura distintas a pesquisa de campo desafiou minha bagagem social e cultural, na medida em que o deslocamento geográfico pressupunha a minha inserção em outro contexto sociocultural, linguístico e ontológico, e a minha assimilação a eles agregava algo mais para a coleta de dados na qualidade desejável. Ademais, no contexto do “conflito”, pelo fato de ser “estranho” aos atores conflitantes minha inserção tinha múltiplos sentidos e conotações junto dos meus interlocutores e colocou-me em conflito, desconfianças e outras conotações da parte de alguns interlocutores, com alguns dos quais não tive oportunidades de interagir. Em outras ocasiões, por razões inexplicadas, as conversas e contatos telefônicos e agendamentos de um momento para outro deixaram de fluir como era habitual; esse desconforto agravou-se pelo fato de que no auge da pesquisa de campo ter sido roubado parte dos meus bens indispensáveis para a pesquisa de campo (computador, gravador, livros, dinheiro entre outros bens).

Fora os embaraços pelos quais passei, o fechamento das instituições governamentais em disponibilizar informações e dados secundários, o silêncio, para não dizer indiferença da Vale, o desconforto e medo das pessoas em falar sobre determinados assuntos a um estranho, fiz amizades, fui muito bem acolhido e criei laços, tive apoio, grande parte dele vindo dos meus interlocutores da parte da população afetada, de funcionários que preferiam falar “sem vestes” públicos ou empresariais. Em contexto etnográfico, esses fatos mais do que marcar a vida e a memória do pesquisador, indiciam que o conflito gerado com a instalação da Vale em Moatize “precisa ser investigado e definido a partir das formulações e dos comportamentos de atores sociais e de contextos particulares” e da pluralidade dos regimes que eles pretendem enunciar. (KUSCHNIR, 2007, p. 163; BOLTANSKI, 2000).

Embora minha intenção seja escrever aqui como cheguei aos “dados”, aos meus interlocutores, os eventos, acontecimentos, palavras, cheiros, sabores e contextos sociais vivenciados e tudo o que me afetou, estou consciente da problemática da adequação do escrito ao inscrito na memória, na vivência e no real porque conforme referiu o ícone da negritude Leopold Sédar Senghor “a escrita empobrece o real. Ela cristaliza-o em categorias rígidas, ela fixa-o quando o próprio do real é o de ser vivo, fluido e sem contornos”. Portanto, sem querer cristalizar a vida e interação com meu campo, pretendo escrever o que ficou inscrito na memória e foi possível registrar, mas estou ciente que por detrás da seleção axiológica do material necessário para compor esta dissertação, provavelmente algo maior ficará preterido, pois nem tudo que está na memória pode ser escrito ou verbalizado.

3.2 TRAJETOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo ocorreu entre os meses de março a julho no distrito de Moatize e foi alternado com deslocamento à cidade de Tete. No total somaram-se 94 dias de pesquisa de campo, com deslocamentos e contatos constantes entre grupos afetados dispersos (num raio de 40 km de separação entre os afetados reassentados em Cateme e de 25 de Setembro). A maior parte de deslocamentos dentro da vila de Moatize nos povoados ao redor (Malabwe e Catete) foram feitos a pé (cerca de 10km). Foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas das quais dez foram gravadas e transcritas, cinco registradas em caderno de notas. Registrei cerca de 20 conversas formais e informais, algumas delas não gravadas, mas alguns tópicos das conversas encontram-se registradas no diário de campo. As conversas e entrevistas foram realizadas em português na sua maioria, e algumas na mistura de Português e Nhúngue (língua local), à exceção de uma entrevista e duas conversas feitas totalmente em Nhúngue nas quais contei com a tradução parcial de outros presentes/acompanhantes – de algumas palavras ou falas que não compreendia na altura. Presenciei duas tentativas de encontro fracassadas entre a empresa Vale e a comunidade de oleiros de Moatize, tirei cerca de 900 fotografias, além de realizar muitas conversas individuais e em grupo, muitas observações, convivência intensiva com diferentes grupos. Efetuei chamadas telefônicas e deslocamentos constantes de modo a manter “acesa” a interação com atores integrantes da pesquisa. Durante a pesquisa de campo participei de quatro workshops realizados por ONGs envolvendo populações afetadas pela mineração, sendo três em Moatize e outra em Maputo. Parte do material de campo (fotos e gravações) foi perdida na sequência do roubo aos meus pertences

no local onde residia, em particular os que usava para a pesquisa e armazenamento de dados, respetivamente o computador e gravador de voz.

O critério usado para selecionar interlocutores foi misto. Nas instituições públicas os interlocutores me foram direcionados e escolhidos de acordo com a área de trabalho, disponibilidade e o cargo na instituição, pois algumas informações só podiam ser dadas verbalmente, pelos responsáveis das instituições sem nenhuma possibilidade de confrontação/fundamentação com dados secundários. Outro critério adotado para trocar conversas (in)formais com o pessoal técnico foi o tempo de trabalho do interlocutor no distrito de Moatize e a possibilidade deste critério agregar outra componente na conversa/entrevista.

Da parte das organizações da sociedade civil, o critério para a escolha das referidas organizações foi baseado em dados secundários em torno do seu envolvimento em fases anteriores do conflito e suas ações (interação) desenvolvidas durante a pesquisa de campo em torno do conflito em pesquisa.

Inicialmente a pesquisa estava voltada para a população reassentada no âmbito da instalação da Vale, respectivamente populações reassentadas em Cateme e 25 de setembro; contudo, durante a pesquisa de campo, nas conversas formais e informais e na participação em workshops/encontros entre ONGs e integrantes dos grupos contestatórios (afetados) à Vale, a dinâmica do campo me fez incluir na pesquisa “outros afetados”, daí o interesse em me aproximar e interagir com os respectivos integrantes, em particular a comunidade dos oleiros de Moatize, o povoado de Catete, as populações do bairro de Bagamoyo e da Liberdade. A escolha dos interlocutores foi mista. Procurei incluir homens e mulheres, idosos e jovens, empregados e desempregados. Usei para me aproximar de diversos atores a presença prolongada e a participação em atividades produtivas familiares e coletivas – participação em encontros ou reuniões dos bairros ajudando nas suas atividades do dia a dia, seja no fabrico de tijolos, na coleta e secagem de milho, cozinha e refeições conjuntas, visitas programadas, entre outros.

O contato com técnicos do governo distrital e provincial ocorreu na vila de Moatize e na cidade de Tete. Na vila de Moatize mantive contatos com responsáveis das instituições do governo distrital, respectivamente, o secretário permanente distrital de Moatize, o diretor distrital dos serviços distritais de atividades económicas (SDAE) e do serviço distrital de planeamento e infraestruturas (SDPI). No conselho municipal da Vila de Moatize troquei conversa rápida com o presidente do município, dos contatos resultaram conversas formais e entrevistas com representantes do governo distrital.

Na cidade de Tete mantive contatos com técnicos da direção provincial de recursos minerais, da direção provincial do ministério da coordenação da ação ambiental e tentei contato com o juiz presidente do tribunal judicial da cidade de Tete. Além de contato com representantes de instituições públicas do governo distrital e provincial, mantive contato e interagi com responsáveis de algumas organizações não governamentais (ONGs) – acompanhando suas ações de rotina em workshops de capacitação e interação com grupos afetados pela mineração –, conversei e gravei entrevistas com representantes de três organizações não governamentais, nomeadamente a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), União Provincial de Camponeses (UPC-Tete) e da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH-Tete).

Dos contatos com representantes dos governos distritais resultaram na emissão de três credenciais autorizando minha pesquisa de campo e a coleta de dados necessários para a pesquisa na empresa Vale e para o deslocamento e interação com grupos reassentados pela Vale em 25 de Setembro e Cateme e as populações afetadas pela Vale do bairro de Bagamoyo, Liberdade, 25 de Setembro e povoado de Catete, mas devido às dinâmicas do trabalho de campo desloquei-me e interagi com populações que regressavam para seus antigos territórios em Chipanga e Malabwe. Mantive também contato com a comunidade de oleiros de Moatize, grupo contestatório que empreende uma luta judicial contra a Vale pelo pagamento de indenizações resultantes da interrupção do fabrico de tijolos (olaria) que constituía sua principal atividade de subsistência. Em relação aos afetados, somaram-se 12 entrevistas feitas, sendo cinco entrevistas em áudio gravadas pelo telefone, cinco entrevistas anotadas no caderno de notas e duas conversas formais não gravadas, mas registradas no diário de campo.

Ao longo da pesquisa de campo envidei esforços por contato pessoal, envio de e-mail (por sugestão dos funcionários da empresa) e a submissão de uma credencial emitida pela direção provincial de recursos minerais e energia dirigida à empresa Vale, solicitando que a empresa se dispusesse a colaborar na coleta de dados do nosso estudo, o que infelizmente não recebi qualquer correspondência da empresa.

3.2.1 “Cercos” às instituições: Governo de Moatize, ONGs e Vale

Cheguei a Moçambique, vindo do Brasil, no dia 10 de março com plano de deslocar-me à Moatize para iniciar a pesquisa de campo uma semana depois, pois precisava estabelecer

contatos e criar condições para minha instalação por um período de cerca 4 meses, mas não foi possível iniciar o campo no momento previsto porque tive dificuldades em encontrar lugar acessível para me instalar. Dos contatos feitos, só no dia 21 recebi a informação da existência de um lugar com preço acessível para morar na cidade de Tete. No sentido de iniciar o campo me desloquei a Tete no dia seguinte. Um dia após a minha chegada mantive contato com alguém que me foi indicado por um conhecido, tive a informação de que esse alguém morava em Moatize e sua mãe tinha recebido uma indenização da Vale pela perda da *machamba* que tinha na zona baixa do bairro de Bagamoyo. Achei que esse alguém seria meu acompanhante de campo, pelo seu trajeto familiar que se cruza com meu empírico. No mesmo dia liguei-lhe e pedi que ele viesse ao meu encontro, pois não conhecia a cidade. Ao princípio da tarde nos encontramos, durante a conversa manifestei interesse de acompanhá-lo e com isso aproveitava a conhecer Moatize. Meu desejo foi correspondido e permitiu conhecer também as paradas dos “*xapas*”²⁵. Com esse deslocamento passei a saber do custo da passagem e a ter a noção do tempo de viagem necessário entre a cidade de Tete – onde passei a morar – e o distrito de Moatize, onde ocorreu a maior parte do meu campo.

No trecho entre a cidade de Tete e a vila de Moatize dois rios atravessam a estrada, o rio Zambeze e o rio Rovúbwe. Junto dos rios observei um número de pessoas que se deslocavam aos rios para a prática de diversas atividades: catar água, tomar banho, lavar roupas, buscar areia, consumo do gado, cultivo, entre outros.

²⁵ Palavra usada para designar transporte público em Moçambique.

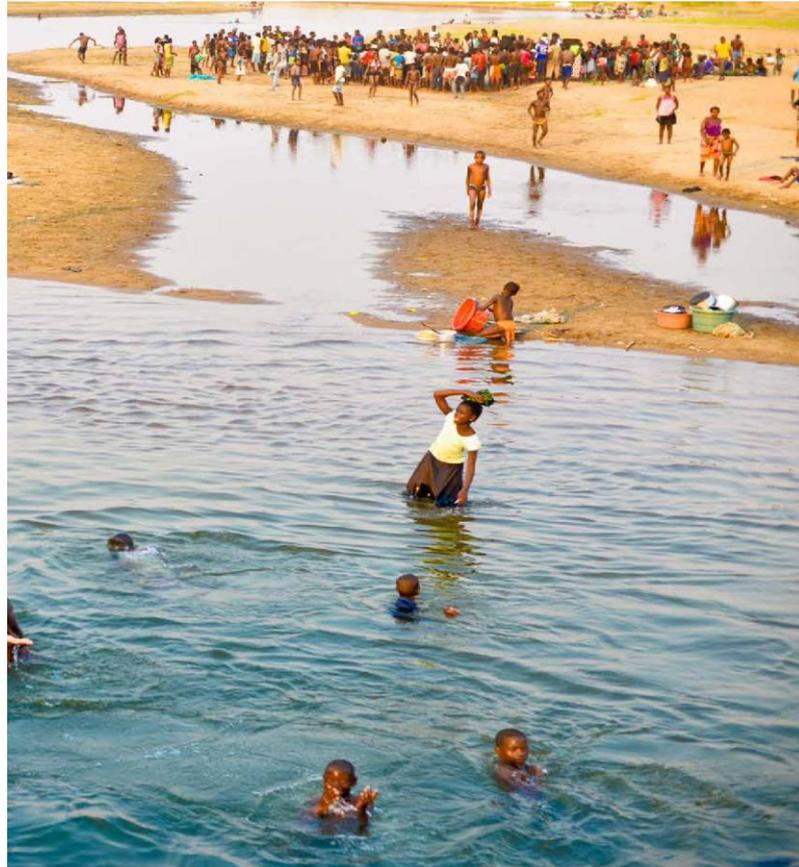


Figura 15: Pessoas praticando diversas atividades ao longo do rio Rovúbwe.

Fonte: Human Right Watch (2013).

Ao longo da estrada principal circulavam, quase sempre, caminhões carregados de troncos enormes de árvores e carros de alta cilindragem com timbres e logomarcas de empresas de mineração e outras empresas ali instaladas e funcionários trajados de roupas e crachás das respectivas empresas. Na vila de Moatize, um dos edifícios que me foi mostrado foi a sede do governo distrital que fazia divisão com o conselho municipal da vila de Moatize. Contudo comecei a entrar em contato com o campo na manhã do dia 25 de março, quando fui à sede do governo distrital de Moatize e me apresentei e procurei me inteirar sobre algumas informações para a minha pesquisa. A funcionária que me atendeu levou a credencial apresentada e deslocou-se para uma das salas do edifício do governo distrital. Quando saiu chamou e disse “entra aí para falar com o chefe”. Na sala indicada, me apresentei ao “chefe” – o secretário permanente distrital – e de lá começou uma conversa, ou melhor, um “interrogatório” sobre mim (minha proveniência, onde estava hospedado, há quanto tempo estava e por quanto tempo estaria em Moatize) e minha pesquisa (o que pretendo com o estudo, onde recolher dados e por que recolher aqueles dados quando existem “coisas mais importantes” que as pretendidas). No final da conversa, recebi algumas advertências ligadas

às polêmicas em torno das pesquisas envolvendo megaprojetos, em particular o meu empírico – conflitos em torno da empresa Vale – que justificavam que a coleta de dados fosse autorizada primeiro. Portanto, eu não deveria dar alguns passos na pesquisa, em particular interagir com a população sem nenhuma autorização formal²⁶ do governo distrital. Contudo, fui informado que “meu assunto” – pesquisa – seria debatido futuramente entre os “grandes” do distrito, pois caberia a eles autorizar ou não a minha pesquisa. Confesso ter ficado com o moral para baixo com a informação, pois tinha investido tanto para a pesquisa, e as advertências pareciam tolher o objetivo.

Nos contatos seguintes com o governo distrital de Moatize, foi emitida uma nota manuscrita na cópia da credencial sugerindo que contactasse as instituições que compõem a comissão distrital de reassentamento, nomeadamente, os serviços distritais de atividades econômicas (SDAE), serviços distritais de planeamento e infraestruturas (SDPI) e o comando distrital da Polícia da República de Moçambique (PRM-Moatize). Dos contatos que tive com as referidas instituições fiquei a par do “estado de arte” da mineração e conflitos envolvendo empresas mineradoras e a população, assim como a atuação e o envolvimento do governo local no conflito. As instituições indicadas, junto com o governo distrital, compunham a comissão distrital de reassentamento que tinham, entre outras tarefas, as de mediar os conflitos entre as populações e as empresas de mineração instaladas em Moatize. Além de mediar, também participavam do licenciamento e fiscalização das empresas em nível local, participavam e eram partes integrantes do processo de consulta pública envolvendo empresas e populações afetadas/em vias de serem afetadas, participavam na seleção e na escolha de prováveis áreas de reassentamento de populações afetadas. As conversas trocadas ajudaram a perceber por que o conflito em torno da Vale era um conflito eminente e enigmático em relação a outras empresas instaladas na bacia de Moatize: a Vale foi pioneira e a única empresa até aqui a conduzir o processo de reassentamento de grande envergadura em Moçambique, pois naquela altura nem o governo, nem a população tinham experiência de lidar com uma grande empresa; outro fator que impulsiona o conflito em torno da Vale reside no fato de outras empresas de mineração sediadas na bacia de Moatize – o caso da Rio Tinto – terem conduzido um processo de reassentamento igual ao da Vale, mas as condições de

²⁶ Fiquei sabendo que a “história” de autorização e credencial começou depois das manifestações de janeiro de 2012 quando as populações afetadas bloquearam a via de escoamento de carvão da Vale para protestar pelas péssimas condições de vida nos lugares de reassentamento. Esse evento atraiu maior atenção da mídia, ONGs e pesquisadores pela dimensão do protesto e pela forte repressão policial ocorrida. No sentido de limitar a saída de informações o governo decidiu monitorar o acesso às populações e recomendou aos líderes locais e as populações evitarem contato com “gente estranha” e sem credencial; portanto, qualquer pessoa que fosse para pesquisar devia apresentar a credencial emitida pelo governo.

reassentamento – a qualidades das casas construídas, as fontes de água, o valor e a qualidades dos dotes e produtos de indenização – serem relativamente melhores que as da Vale. Esses e outros fatores mobilizavam a oposição de interesses entre a empresa de um lado, a população afetada do outro e uma posição/resposta política ambígua da parte do governo local e o “*secretismo*” com que são abordadas algumas questões do conflito em torno da empresa Vale.

O governo distrital de Moatize constitui a instância suprema para dirimir conflitos entre a população, e a empresa e os diversos órgãos do governo local (SDAE, SDPI, PRM) compõem a comissão distrital de reassentamento, entidade que tem como uma das prerrogativas dirimir conflitos entre a população e a empresa Vale. O processo de envolvimento do governo na interação e mediação de interesses entre os afetados e a empresa datam desde os primeiros contatos na fase de “negociação”²⁷ entre os envolvidos, no acompanhamento das negociações e como testemunha dos acordos alcançados entre as partes, salvaguardando o interesse das partes. Relatos e depoimentos vindos da população afetada e da sociedade civil dão conta da participação parcial e favorecimento do governo em relação à empresa. O caso concreto relatado são as repressões policiais feitas contra os manifestantes e o fato de se evidenciarem casos concretos de violação de leis e princípios da parte da empresa contra a população e esta nunca ter sido sancionada, ao menos no conhecimento público.

Depois de me inteirar do parecer do governo “ouvi o outro lado”, de ONGs que desde o princípio tomaram partida no conflito apelando para um posicionamento responsável da parte do governo e da empresa e prestando no apoio às comunidades afetadas, nomeadamente a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (Liga), a União Provincial de Camponeses (UPC – Tete) e a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC). Essas organizações têm desenvolvido ações conjuntas de divulgação da constituição da república, da lei de terras e dos direitos humanos junto das populações afetadas pela empresa Vale e por outras mineradoras, pois entendem que a causa de alguns abusos e violações cometidas pelas empresas é o desconhecimento das leis e normas de procedimento da parte da população. O diferencial entre elas está no seu perfil vocacional, que determina suas ações junto das comunidades.

A conversa trocada com o ativista da Liga evidenciou o perfil organizacional e a sua particularidade em relação às outras organizações que atuam no apoio e assistência às populações afetadas pela mineração em Moatize. No caso dos reassentamentos da Vale a Liga interveio, no passado, junto do governo, apelando pela tomada de posicionamento responsável

²⁷ Coloco a palavra entre aspas porque depoimentos da população afetada, como abordarei mais adiante, permitem questionar até que ponto o processo foi negociado.

em favor das comunidades que foram deslocadas sem que os locais de reassentamento cumprissem com as condições mínimas para que a população levasse uma vida condigna, o que violava parcialmente os direitos fundamentais das populações, pois algumas condições foram criadas depois de reassentar a população, a seguir às manifestações da população. Atualmente os posicionamentos da Liga têm sido mais apelativos em prol do bom senso entre as partes envolvidas, em especial ao governo e à empresa, para que estas atuem pontualmente face às reclamações da população.

A UPC-Tete é uma organização que atua a favor de segmento social afetado específico, os camponeses. O lema da organização é “representar e defender os interesses dos camponeses”, pois entende que com a concessão de grande parte do território de Moatize e o deslocamento compulsório da população a vida dos camponeses tomou outro rumo, o que ocorre devido à exiguidade de terras próprias e condições necessárias para darem continuidade à sua atividade de subsistência. A organização intervém no apoio aos camponeses atingidos pela mineração, através da divulgação e difusão de leis e decreto de leis que protegem este segmento social de modo que em eventuais embates, os camponeses possam negociar com as empresas e exigir uma indenização condigna e o respeito de seus direitos como cidadãos moçambicanos. As ações desencadeadas pela organização surgem de um aprendizado a partir dos reassentamentos das empresas Vale e Rio Tinto. No caso das populações reassentadas pela Vale atualmente a organização apoia aos camponeses filiados na organização em insumos agrícolas no início de cada época agrícola.

Quanto à AAAJC, esta é uma organização para-legal constituída por leigos no funcionamento da legislação moçambicana. Seu envolvimento consiste em conscientizar a população afetada pela mineração sobre de seus direitos através da difusão de leis e deveres dos cidadãos através do preceituado na constituição da República, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Lei de Terras, Lei do Ambiente entre outras leis e decretos de leis julgados fundamentais, pois pauta-se pela ideia de que só com o conhecimento de seus direitos é que a população poderia lutar por algo concreto, exigindo a reposição e o cumprimento de algum memorando ou direito que lhes foi violado. A título de exemplo, referem que uma das coisas que fez com que a população ficasse lesada em relação aos megaprojetos foi a falta de conhecimento de leis no momento da instalação dos primeiros megaprojetos; em consequência, as pessoas perderam seus bens e muita coisa foi violada.

No caso da Vale em concreto, o desconhecimento da lei de parte das populações foi acompanhado de um conjunto de violações a direitos e outros problemas a eles ligados para os quais até atualmente não havia se encontrado alguma solução plausível. Nessa ordem de

ideias o papel da organização é militar junto das comunidades desenvolvendo ações em prol do seu bem-estar. Para tal apoia a criação de conselhos comunitários, constituída por membros das comunidades que vivenciam seus problemas e com base em procedimentos próprios interage ativamente com o governo e a empresa quando necessário.

De um modo geral, nos primeiros contatos, a ideia era ter conversas formais de modo a ficar abalizado das dinâmicas do conflito. Durante os contatos sugeri aos interlocutores que se dispuseram que as entrevistas seriam agendadas para a fase posterior, após o contato com outros atores e entidades envolvidas no conflito. Para mim, o que importava desses contatos verbais e conversas era colher múltiplos informes e agregar ao meu (des)conhecimento do conflito outros componentes que provavelmente não tenham sido levados em conta no desenho da pesquisa e com eles direcionar de forma objetiva a pesquisa de campo.

3.2.2 Violando as recomendações

O segundo momento da pesquisa de campo deu-se depois da minha participação em um *workshop* organizado pela AAAJC junto das “comunidades atingidas pela mineração”. Acompanhar sua atividade em encontro junto da população afetada permitiu ver *in loco* a interação entre a organização e a população/integrantes do encontro. Portanto, minha participação no encontro colocou-me em contato direto com os afetados. Esse encontro foi determinante para me colocar no campo e entender os contornos do meu empírico, pois permitiu conhecer, entrar em contato e criar laços com a teia de populações afetadas pela Vale em Moatize.

Nas duas semanas seguintes à pesquisa exploratória ocorreram dois cenários determinantes para a pesquisa de campo: o primeiro foi do meu deslocamento ao reassentamento de 25 de setembro, que se situa a 5 km da vila, onde fiz algumas observações exploratórias. Nesse deslocamento não conversei com ninguém nem me apresentei, porque fui informado para não me aproximar sem o consentimento do governo local, limitei-me em fazer algumas observações, mas com muita reserva, pois em conversa alguém me advertiu que “aqueles andam furiosos, se você chegar e fazer tuas perguntas vão te *catanar*”. Nessa altura me inseri num grupo de jovens de uma quadra próximo ao reassentamento com quem passei a jogar futebol no final da tarde, alguns dos quais eram reassentados. Além de gostar de jogar, achei que essa seria uma forma de criar amizades ou poder me inserir junto dos reassentados.

Na manhã do dia 16 de abril me dirigi ao edifício do governo distrital e perguntei sobre meu principal interlocutor do governo distrital. Informaram-me que ele estava ausente e sugeriram que voltasse à tarde. Quando saí para esperar enquanto aguardava pelo regresso do secretário permanente, liguei para meu interlocutor da AAAJC para uma nova conversa. Com a ligação fiquei sabendo que no mesmo dia estava ocorrendo um *workshop* de dois dias cujo alvo eram “as populações atingidas pela mineração” em Moatize. Por sugestão do meu interlocutor só poderia participar no encontro do dia seguinte porque estavam terminando as atividades do dia. Naquela hora, aceitei verbalmente, mas não acatei com a ideia e me dirigi ao local do encontro, pois era a oportunidade de me aproximar, criar laços e interagir com integrantes do grupo dos “atingidos”, assim como me interessava participar dessas jornadas para compreender a sua dinâmica.

Quando cheguei ao local do *workshop*, durante o almoço coletivo, os participantes estavam dispersos, identifiquei meu interlocutor e justifiquei a minha presença. Este por sua vez apresentou-me ao chefe da organização do evento e à equipe de organizadores, os quais me saudaram e permitiram a minha participação na parte final das jornadas do dia.



Figura 16: Representantes de distintos segmentos sociais afetados pela mineração da Vale participando do workshop em Moatize.

Fonte: Jornal Penhani (2015, II edição).

O evento foi organizado pela AAAJC e contou com a parceria de duas organizações, sendo uma nacional sediada em Maputo e outra sul-africana. O encontro tinha por objetivo

colher depoimentos dos afetados com vista à produção de uma revista física e virtual denominada “Penhani”, que na língua Nhúngue significa “abre a vista”, assim como a produção de depoimentos audiovisuais que seriam difundidos pela *internet* e rádios locais. Em sentido figurado, “Penhani” significava o despertar e a tomada de atitudes das populações afetadas por empresas de mineração sediadas em Moatize, e o pressuposto da produção era o de socializar e verbalizar suas angústias, direitos violados, sofrimentos e amarguras causados pelo “*boom da mineração*” em Moatize.

No encontro estiveram presentes integrantes de diferentes grupos afetados pela mineração da empresa Vale. Na seção de apresentação, integrantes de populações reassentadas apresentaram seus trabalhos de forma conjunta (sem distinção entre *reassentados urbanos* e *rurais*), o grupo apresentou cinco pontos críticos sobre a sua vivência nos lugares de reassentamento, a qualidade das casas concedidas, o acesso à água, a improdutividade das *machambas* concedidas que agravava a insegurança alimentar, a falta de escolas e posto policial (em 25 de setembro) e a deficiência nos meios de transportes (em Cateme). Durante a apresentação, o momento mais comovente foi quando uma senhora de Malabwe, reassentada em Cateme, relatou sobre sua vivência antes e depois do reassentamento. O discurso da senhora era incisivo com palavras penetrantes que silenciaram a sala quando a sua fala prosseguia. A fala da senhora foi na língua local (Nhúngue), que pela ovação de outros integrantes falantes do Nhúngue acabou por direcionar as atenções na fala, o que levou com que outros “integrantes de luxo” no encontro, parte dos financiadores e da organização, solicitassem a tradução. Quando a fala da senhora e a tradução iam prosseguindo, câmeras fotográficas e aplausos invadiram a sala e logo que terminou a agenda do dia ficou baralhada, como não podia ser depois de uma apresentação daquelas!

O que me marcou deste momento foi perceber que apesar da contestação em torno da Vale ter “rosto e musculatura masculina”, as mulheres apesar de estarem concatenadas nos afazeres domésticos, entre outros, têm uma palavra a dizer sobre a dor de serem mulheres, mães reassentadas, sem *machamba*, sem rio de água gratuita, mas com torneira com uma fatura por pagar a cada final do mês.

Durante o encontro, a partilha, divulgação de decretos de lei e troca de informações sobre o que a lei moçambicana e a constituição da República prescrevem em situações envolvendo a população e projetos de “desenvolvimento” deixava as pessoas desapontadas ao ouvirem o prescrito na lei em relação a situações concretas por eles vivenciadas e relatadas por seus companheiros. O interessante que despontava era o questionamento do papel do governo em situações de mediação entre os interesses do governo e da população.

No dia seguinte o encontro estava agendado para iniciar às 9 horas da manhã, uma vez que no dia anterior tive contato limitado com integrantes contestatários. Cheguei uma hora antes para me socializar com as pessoas através de conversas, momentos antes do início do evento. Quando cheguei, encontrei algumas pessoas cujos rostos tinha me familiarizado no encontro do dia anterior. As pessoas iam conversando, quando me aproximei e saudei-os a conversa foi interrompida para corresponder à minha saudação, logo as conversas voltaram a seguir o curso normal, na língua Nhúngue e um pouco em Português. Nessa altura, apesar de entender um pouco a língua Nhúngue, minha compreensão ficava mais evidente e entendia melhor o conteúdo das conversas de acordo com a reação dos interlocutores que sorriam ou ficavam comovidos com a narração. As conversas abordavam vários assuntos divididos em pequenos núcleos, pelo conteúdo delas atraíam mais interlocutores de diferentes sexos, em algumas as mulheres tomavam a dianteira e interagiam mais, noutros casos eram os homens. Quando o assunto da Vale se tornou tema de conversa todos os integrantes ficaram eletrizados e de uns tantos núcleos se fez um círculo de único núcleo e todos tinham algo a dizer e a ouvir pacientemente sem distinção de sexo e idade das pessoas. Durante a conversa ouvi muitas falas, histórias passadas, vividas e convividas na no dia-a-dia. Uma das histórias que deixou as pessoas indignadas foi quando um dos interlocutores contou de forma dramática:

Uma vez a empresa Vale selecionou algumas pessoas reassentadas de Cateme, dos quais funcionários da empresa, para um evento solene de apresentação, diante de altas individualidades do governo provincial e distrital de Moatize, para discorrer sobre o papel da empresa no desenvolvimento e bem estar em Tete. Nós ficamos sabendo do encontro através de alguém que nos ligou e nos informou sobre o evento, daí eu e mais alguém nos arrumamos logo e saímos correndo para o encontro à revelia da empresa, com objetivo de ouvir na primeira pessoa o que a empresa Vale ia dizer sobre nós, reassentados de Cateme. Chegamos no local e era a vez de uma outra empresa fazer sua apresentação. Quando terminou a apresentação da primeira empresa teve um intervalo para o lanche, durante o lanche me deparei com um funcionário conhecido da empresa Vale que percebeu a nossa “intrusão”. Quando ele viu eu e meu colega ficou surpreso e perguntou se estávamos participando do evento e como tínhamos chegado ao local, e nós respondemos que estávamos no evento sim e nos deslocamos a pé. Momentos depois o referido funcionário desapareceu das nossas vistas. Logo que terminou o lanche, quando seguíamos para a sala onde iria decorrer a apresentação da empresa Vale, o edifício ficou sem corrente elétrica, pacientemente aguardamos pelo restabelecimento da corrente, tempos depois a corrente foi restabelecida e os funcionários da empresa Vale já tinham abandonado as instalações do evento, aí a apresentação da empresa não ocorreu mais. (DIÁRIO DE CAMPO, 17 de abril de 2015).

A história foi ouvida atentamente no meio de intensas emoções, fúria e raiva. Algumas vezes, as falas eram interrompidas por alguns integrantes para se certificar da narração e se de

fato tinham compreendido o que o contador queria dizer. Momentos depois chegaram os organizadores do *workshop* que se tornaram novo centro de atenção dos presentes. Logo que chegaram foram distribuídas folhas do jornal aos presentes.



Figura 17: Integrantes do *workshop* organizado pela AAAJC momentos depois da distribuição da edição impressa do jornal “Penhani”.

Fonte: Acervo da AAAJC (2015).

A seguir à distribuição do jornal fomos convidados para entrar na sala. A seção do trabalho foi rápida e foi dividida em duas partes. Na primeira parte, após a distribuição do jornal, procedeu-se à leitura do jornal – em português – procedida de tradução em língua Nhúngue no sentido de facilitar o conhecimento do conteúdo do jornal para outros integrantes não falantes de Português. Na última seção foram ouvidos, com recurso de aparelhos de som, depoimentos gravados no dia anterior.

O encontro foi uma oportunidade para conhecer e interagir pessoalmente com os afetados com os quais eu ainda não tinha sido autorizado a interagir. No final do encontro interagi com distintos segmentos sociais, trocamos conversas e contatos na esperança de futuros encontros.

A pesquisa de campo tinha sido desenhada para dois grupos populacionais criados com o reassentamento da Vale, respetivamente, populações rurais, reassentadas em Cateme, mas durante o *workshop*, três aspetos chamaram a minha atenção: i) A pluralidade de atores afetados pela empresa Vale fora os reassentados; ii) o denominador comum entre essa rede de

atores e a multiplicidade de suas pautas contestatórias; iii) os relatos em torno do posicionamento do governo e a empresa face às demandas de populações afetadas.

Minha participação no encontro foi uma oportunidade de aumentar meu horizonte de compreensão sobre meu objeto empírico, o mapeamento dos atores e o estado de arte do conflito e com isso redesenhar parte dos objetivos da pesquisa.

Contatos posteriores e seus rumos

Fiquei feliz porque a participação do workshop me permitiu conhecer e trocar contatos com gente que eu considero que seriam interlocutores-chave para minha pesquisa. Suas falas, histórias e depoimentos partilhados durante o encontro foram instigantes para mim, pois ouvi parte do que me instigava a ouvir e interagir com diretamente os “atingidos”.

No fim da jornada do último dia do encontro workshop, me aproximei de alguns participantes e falei da minha pesquisa e manifestei meu interesse em conversar e conhece-los. Eles não se fizeram de rogados e se dispuseram a colaborar para minha pesquisa e me disponibilizaram seus contatos para agendarmos um encontro para conversarmos com mais vagar. Para mim, este gesto seria um avanço significativo para minha pesquisa de campo, pois os contatos com o governo pareciam me distanciar cada vez mais deles, achei que eles próprios me ajudariam a trilhar o caminho desejado.

Dias depois liguei para alguns integrantes que desejei que fossem meus interlocutores, me apresentei e procurei saber da disponibilidade deles para trocarmos conversa. Nos primeiros contatos houve alguma simpatia, alguns me adiantaram o dia e a hora do encontro, outros ficaram de me informar posteriormente, o que não chegou a acontecer.

Dos contatos mantidos, três deles deram certo, mas cada um com desfechos interessantes:

O primeiro foi com um dos reassentados na comunidade de Cateme, a cerca de 40 km da Vila de Moatize e a cerca de 60 km de onde eu morava. No dia marcado me dirige a Cateme e cheguei uma hora antes do tempo marcado, liguei ao meu interlocutor para lhe dizer que já estava no bairro e aguardava que ele me informasse dos procedimentos necessários para encontra-lo. Ele disse-me que não se encontrava em casa, que tinha saído para machamba e não adiantou qualquer sugestão, por insistência minha concordamos que ia aguardar até o seu regresso em hora não marcada.

Uma vez que tinha interesse em conhecer e me familiarizar com o bairro, fui caminhando pelas ruas, fazendo algumas observações importantes. Passado 5 horas voltei a ligar para saber se ainda estava na machamba, mas o telefone não chamava. Horas depois voltei a casa, onde cheguei cerca das 21h procurei ligar, quando me atendeu, durante desculpou-se e sugeriu que retornasse no dia seguinte.

No dia seguinte, antes de sair de casa liguei para confirmar sua disponibilidade e fui a Cateme, a resposta foi afirmativa. Quando cheguei a Cateme ao meio da tarde liguei para informar da minha chegada, mas o telefone não atendeu, até as 19h quando sai de Cateme. Depois de muita insistência de chamadas efetuadas nunca mais cheguei a falar com o interlocutor.

No segundo episódio, o interlocutor era alguém que tinha sido reassentado em 25 de setembro. No dia marcado liguei para informar que me dirigia ao local combinado, registrei toda as indicações dadas, quando cheguei no local havia gente tomando pombe (bebida tradicional) e dançando, de repente vi ele vindo na minha direção, levou-me para um lugar calmo e disse para lhe esclarecer melhor o que eu precisava. Depois da minha explicação, ele perguntou:

- Este trabalho é para a Vale, não é?

Respondi que não e que o trabalho era para minha dissertação.

- Sei que é política, todos que vem aqui fazer trabalho para a Vale dizem que são estudantes para nos aproveitar. Nós somos espertos, todos que vem aqui entram com papo de fazer trabalho da escola, sei lá quê...quê para defender trabalho final porque se disserem que é da Vale a população vai mandar vir para eles.

A conversa já começava a me desconfortar, pacientei que o senhor ficasse mais calmo e me despedi. A conversa me deixou para baixo.

Para o terceiro encontro parti desmotivado, atendendo o rumo dos anteriores encontros. Ao contrário dos anteriores interlocutores, este, explicou-me no dia anterior como poderia chegar em sua casa. Quando cheguei o encontrei deitado sobre a esteira enquanto escutava noticiário, antes de começar a conversa me apresentei com mais vagar e ele foi dirigindo a conversa, falou-me da sua trajetória juvenil, do seu trabalho nas minas subterrâneas da extinta Carbomoc, da sua convivência com “os brancos dos tempos da Carbomoc”, da diferença e no respeito às pessoas que os brancos da Carbomoc tinham e os da empresa Vale não tem, como exemplo falou da trajetória da sua retirada de Chipanga para 25 de setembro, durante a fala ia apontando para sua casa cheia de rachas.

Da conversa, o que mais me comoveu foi quando me falou da sua família em Catete. Disse que um dos filhos foi preso pela segurança da empresa Vale quando procurava lenha na mata no interior do espaço vedado pela empresa. Falou-me ainda das pessoas do povoado que não podiam ficar fora de casa nos dias em que a empresa fazia explosão da mina.

A conversa foi bastante interessante que no final da semana seguinte fomos juntos à Catete.

Trecho do diário de campo, abril de 2015.

3.2.3 Burocratização para coleta de dados

O terceiro momento foi o da solicitação formal, com cartas dirigidas ao governo distrital, ao conselho municipal de Moatize e insistências à empresa Vale, para fins de coleta de dados.

A pesquisa exploratória e as conversas formais já tinham avançado bastante com integrantes de organizações da sociedade civil, assim como com funcionários do governo distrital, faltando criar os primeiros contatos com as populações reassentadas e outros segmentos populacionais ao redor do município da vila de Moatize afetados pela Vale, assim como a resposta da empresa em relação à minha solicitação para a coleta de dados secundários e entrevistas.

A entrada no terreno dos afetados pela via de contatos diretos com gente que conheci durante o *workshop* organizado pela AAAJC mostrava-se inconsistente até ao momento. A única alternativa era ter o aval do governo, pois as histórias que me foram contadas, como relato mais adiante, me desencorajavam a (des)aventurar-me.

Durante as conversas trocadas nos primeiros encontros com representantes do governo local, manifestei verbalmente o interesse em me aproximar e interagir com as populações

afetadas pela empresa Vale, em particular os reassentados. Depois da persistência fui advertido que, se chegasse o momento de necessitar de interagir e ouvir os reassentados devia informar ao governo, na pessoa do meu principal interlocutor. Ele me indicaria a quem contatar nos bairros de reassentamento e eles por sua vez me indicariam com quem interagir e entrevistar.

As conversas e projeções de interagir com os reassentados iam fluindo sem algo de concreto. Notei que algo não me estava sendo dito diretamente, então para não tirar conclusões de premissas não dadas decidi fazer algo mais formal. Mesmo sendo do conhecimento formal do governo distrital que a pesquisa de campo pressupunha contatos com as populações afetadas pela Vale, redigi requerimentos solicitando “autorização” para entrar nos bairros e coletar dados junto das populações visadas pelo meu empírico.

No dia 10 de abril submeti o requerimento à secretaria do governo distrital de Moatize solicitando autorização para a coleta de dados em Cateme. Dez dias depois, foi emitida autorização pelo governo distrital e fui informado para chegar às populações através dos líderes locais.

No dia 16 de abril, em plena semana de páscoa, submeti uma carta ao conselho municipal da vila de Moatize a solicitar autorização para a coleta de dados em bairros do município com populações afetadas pela Vale. Na data apontada para buscar a resposta do pedido, não havia qualquer resposta nem informação do documento submetido. Durante as jornadas, quando fosse no período da manhã diziam para voltar de tarde, quando chegasse de tarde diziam para aguardar para falar com um dos chefes, e este me sugeria que voltasse no dia seguinte, isso por duas vezes.

Às 9h da manhã do dia 24 de abril me dirigi para as instalações do conselho municipal da vila de Moatize, quando me dirigi ao balcão de atendimento procurei saber da resposta do meu pedido, e a mesma resposta de sempre foi dada: “venha de tarde”. Acatei a sugestão e disse que ia aguardar sentado nos bancos da instituição ao longo do corredor. O trabalho dos funcionários do município ia seguindo seu curso normal, até ao meio-dia, a hora de início dos horários intercalados para o almoço dos funcionários do município. Todos se agitavam, entrando e saindo de alguns compartimentos do município, as conversas e os ânimos se exaltavam, e o tempero das refeições invadiam os corredores. Enquanto isso, eu permanecia sentado sobre um dos bancos.

Por volta das 15 horas da tarde notei que alguém me fixou o olhar. Pelo silêncio que se instalou e pela cortesia dos funcionários percebi que era o chefe dali. Dirigiu-se aos

funcionários do balcão e perguntou algo a meu respeito. Ninguém se dispôs a dizer algo concreto sobre mim, depois dirigiu-se a mim nos seguintes moldes:

- Desde manhã o senhor está aí sentado, o que se passa?

Eu tirei a cópia da carta submetida, mostrei e disse que há mais de uma semana estava à espera pela resposta do meu pedido. Ele olhou para os funcionários e disse que o documento já tinha recebido seu parecer faz tempo, tirou a caneta do bolso, pegou na minha cópia e leu com atenção, sob um olhar voltado para mim e perguntou:

- Você vai escrever bem ou mal de nós?

A pergunta me faz pensar e indagar sobre o porquê de ela ter sido feita e que relação teria ela com as dificuldades que outros interlocutores mostravam no acesso às pessoas afetadas. O que existe que justificaria ou me levaria a escrever bem ou mal a respeito? Haveria alguma relação entre a pergunta e a resposta que eu deveria dar? Ademais, até que ponto a resposta à pergunta seria determinante à decisão que “sua excelência” podia tomar? A princípio achei a pergunta muito simples e sem nenhuma razão de ser, mas quando dei conta do meu percurso até aquele momento, percebi que a pergunta era complexa e tinha muito a ver, ao que me parece, com as minhas (des)marchas no campo. Para me livrar da complexidade e de outros contornos que a pergunta pode pressupor, respondi:

- Vou escrever o que está a acontecer.

Logo a seguir à nota assinada por “sua excelência”, foi emitida a transação do despacho do presidente do conselho municipal, autorizando a minha solicitação.

A transação ou credencial não constitui um documento formativo para o conhecimento do governo e do município apenas. Esses documentos são uma “guia de marcha” de interação no campo com a população.

3.2.4 No reassentamento de 25 de setembro

O trabalho de campo realizado no reassentamento foi bastante produtivo, a contar com a facilidade de extensão física, o que permitia percorrer todo o bairro a pé, a proximidade da vila e das vias de acesso, a facilidade na comunicação em português com os interlocutores, a simpatia estabelecida com as lideranças nos primeiros contatos, a concordância entre as falas das lideranças e do resto da população.

As primeiras informações que tive, antes de escalar o reassentamento, foram “assustadoras” e de algum modo desencorajadoras, em particular a partir do relato de Elmer

Matos, estudante do doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia, que fez uma pesquisa de campo em Moatize. O meu colega Elmer contou-me que durante a pesquisa de campo, um dia decidiu ir até o reassentamento de 25 de setembro para fazer uma observação apurada do lugar. Depois de uma caminhada e observações, ele deparou-se com um episódio interessante e decidiu tirar algumas fotografias para poder auxiliar a sua análise, quando o fizera, instantes depois foi cercado por integrantes da população, por sinal reassentados, e começaram a proferir palavrões contra si, logo alguém se dirigiu para ele dizendo “você é da Vale e vem aqui para enganar as pessoas”, os ânimos das pessoas iam aumentando e por pouco não lhe batiam.

Concordei com o colega Elmer sobre o clima de tensão, fúria e medo que impera sobre as populações reassentadas, pois seus “casos mal parados” com a Vale são acionados ao mesmo tempo em que suas contestações estão marcadas por desconfianças causadas pelo histórico de repressão e alguns relatos de perseguição, o que gera uma espécie de aversão a qualquer intruso conotado ao governo e a empresa Vale.

A unidade seis do bairro de 25 de setembro surge no âmbito de reassentamento da população tipificada como urbana durante a fase de instalação (2006-2010) da empresa Vale em Moatize. Um número de 289 famílias, provenientes de diferentes locais que faziam parte da zona de concessão, foi reassentado entre o ano de 2009 a 2010.

No âmbito do levantamento para a instalação da Vale o critério usado para definir o perfil urbano das famílias foi a afirmação de que as famílias dependiam fundamentalmente de empregos assalariados, em vez de agricultura e outras atividades de subsistência. Essas famílias tiveram como promessa de compensação para a mudança, ainda na fase negocial, o atendimento habitacional em uma área de 800m² com garantias do seu uso (novas casas e os títulos de uso para os respectivos titulares), acesso à água potável e rede elétrica por cada compartimento habitacional familiar, abertura de estradas primárias e secundárias na zona de reassentamento, reabilitação e ampliação de escolas próximas ao longo da vila de Moatize, para albergar integrantes da população reassentada, construção de uma maternidade, iluminação pública e kits para a construção de capoeiras, celeiros, curral, pocilga, pombal e para a vedação do quintal. (DIAGONAL, 2012; MOSCA; SELEMANE, 2012).



Figura 18: Casa de tipologia “A”, casa do tipo 1 no reassentamento de 25 de setembro.
Fonte: Fotografia do autor.



Figura 19: Centro comunitário da Vale no bairro 25 de setembro.
Fonte: Fotografia do autor.

No reassentamento de 25 de setembro, antes de qualquer interação com a população, procurei saber da residência da secretária do bairro. Sabia que era uma secretária, porque já ouvira falar da sua fama em *workshops*, e nos corredores da sede do governo distrital me indicaram a casa. Fui para lá me apresentar. Enquanto falava apresentei a credencial emitida pelo conselho municipal. Foi num dia de sol, ela estava sentada sobre a esteira na sombra ao lado da sua casa, na companhia de outras mulheres. Durante a conversa de apresentação, outras mulheres à volta foram tomando posições na conversa e falavam de forma espontânea sobre as “desavenças”, “contendas” e recalques que tinham com a empresa Vale, usavam para reforçar suas falas as fissuras da porta degradada de casa onde nos encontrávamos e das rachaduras visíveis na casa e nas casas próximas. Contavam histórias comoventes de antes e depois da chegada da empresa. Depois da conversa, fiquei de retornar no dia seguinte de tarde para participar da reunião com os chefes de quarteirão, para que eles fossem informados da minha pesquisa e a acautelassem os ânimos da população.

No dia seguinte me dirigi ao bairro para participar do encontro. Estavam presentes oito chefes do quarteirão. A liderança me apresentou e deu oportunidade de me apresentar e falar pessoalmente do meu interesse em contatar a população. Cada um dos líderes ali presentes teve direito à palavra, durante as falas alguns aspectos abordados me interessavam bastante, sobretudo em contexto de conversa coletiva onde todos tinham algo a dizer, a se recordar e a retificar uns aos outros, além de ser uma conversa unidirecional (eles e eu). Perante a minha “ingenuidade” a conversa acabou sendo um “manual de instrução” e ao mesmo tempo uma “cartografia das demandas dos reassentados”. Havia alguém me sugerindo que fosse ver uma casa lá em seu quarteirão, que fosse falar com alguém alíngues, chamando atenção para outros aspectos que desconhecia. O ponto fulcral desses direcionamentos era que “eles próprios” me chamavam atenção para alguns aspectos que julgavam pertinentes e sobre os quais deveria incidir a minha interação com a comunidade.

No decorrer do encontro, se aproximaram dois funcionários trajados de camisa verde, uniforme usado por funcionários da Vale e um crachá. Quando chegaram tentaram se fixar na extremidade do círculo de conversa, a liderança os chamou para o meio e os apresentou como ativistas comunitários do bairro que trabalhavam para a empresa Vale. Durante a apresentação disse, em tom mordaz, “esses são trabalhadores da Vale que deveriam nos apoiar, eles deviam ser a ponte de ligação entre a empresa e a comunidade, levando os problemas da comunidade à empresa e trazer soluções para nossos problemas, mas ao contrário, a população é que estava a servir de ponte entre eles e a Vale, eles têm salário da Vale por causa de nós, mas nós não vimos o que eles estão a fazer. Nós sempre reclamamos, mas nada acontece, não sabemos

se o problema são eles que não fazem chegar nossas reclamações ou é a empresa que não quer resolver”. Durante a fala, os funcionários não disseram nenhuma palavra sequer e ficaram cabisbaixos. Outros integrantes aproveitaram a apresentação instigante da liderança para recapitular episódios passados e presentes que haviam sido apresentados aos funcionários da Vale, falavam olhando para os funcionários “de verde”, e estes permaneciam na mesma posição, e assim ficaram até o final do encontro.

Nos dias que se seguiram intensifiquei a pesquisa de campo, e durante a jornada de campo, algo interessante chamou minha atenção. Observei que algumas casas estavam bem gradeadas, com parabólicas e ar condicionado sobre as casas; noutras os quintais tinham duas casas, uma era a casa construída para o reassentamento, e uma outra casa, a estilo de dependência, geralmente a casa lá de trás, era menos caprichada que a casa da frente; nas primeiras horas do dia, via algumas mulheres e crianças se deslocavam com botijas para buscar água potável e algumas pessoas carregando um fardo de roupa, partindo em direção ao rio Moatize. Nas horas de pico entravam carros de empresas e homens trajados de roupas com timbre de algumas empresas que prestavam serviço às mineradoras.

Ao longo da jornada fiquei sabendo que o aluguel de casas é uma das estratégias adotadas pelas famílias para obtenção da renda. Uma das coisas que os inquilinos exigem é que as casas tenham grandes, para garantir que a casa é segura. Algumas pessoas preferem arrendar as casas por saírem a um preço relativamente barato em relação a outros lugares da Vila. A maioria dos inquilinos são pessoas que trabalham nas empresas mineradoras ou nas subcontratadas.

O acesso à água era um problema crônico. Apesar de haver uma torneira por casa, nem sempre jorrava água da torneira, razão pela qual nas manhãs as pessoas atravessavam ruas com botijas para ir buscar água em outra rua, casa, quarteirão que estivesse saindo água.

A jornada interessante era no final de semana quando passava por algumas ruas e moradias ao longo do bairro e ouvia ao alto músicas cantadas nas línguas do sul e as pessoas em volta conversando nas línguas do sul também. Na verdade, alguns dos inquilinos das casas dos reassentados eram pessoas oriundas do sul do país que partiram para Tete em busca de oportunidades de trabalho em empresas mineradoras. Alguns deles estavam a trabalhar diretamente nas mineradoras, outros em empresas subcontratadas.

O reassentamento de 25 de setembro faz limite com o condomínio dos funcionários da empresa Vale. No limite, são visíveis as diferenças entre estas e as casas construídas para o reassentamento da população.



Figura 20: Vista parcial do condomínio dos funcionários da Vale, a rede de vedação visível na foto separa o condomínio do reassentamento do bairro 25 de setembro.

Fonte: Acervo de E.M.



Figura 21: Vista frontal de casa no reassentamento no bairro 25 de setembro.

Fonte: Fotografia do autor.

3.2.5 No reassentamento de Cateme

Cateme é o maior bairro de reassentamento construído pela Vale e por coincidência é o maior reassentamento de Moatize. O número total de famílias reassentadas em Cateme, 716, supera o número total de famílias afetadas pela Rio Tinto, que é de 679 famílias. Com isso, arisco-me a dizer que Cateme é o maior reassentamento de Moçambique, do ponto de vista do número de famílias reassentadas.

Cateme tornou-se o lugar incontornável quando se trata de discutir o fenômeno de reassentamento da empresa Vale em Moçambique. Apesar de existirem dois reassentamentos feitos pela Vale, Cateme é um lugar bastante mencionando, e em algum momento figura como antítese ao reassentamento de 25 de setembro,

A empresa pretendia distribuir as pessoas com base no seu estatuto social, separando as “rurais” das “semiurbanas”. Assim, a distribuição, considerada “separatista”, foi feita da seguinte maneira: primeiro, 717 famílias, consideradas rurais, foram reassentadas na localidade de Cateme, localizada a 40 Km da Vila de Moatize; segundo, 288 famílias consideradas semiurbanas foram para o Bairro 25 de Setembro [...] a Vale usou a estratégia de dividir para reinar. Referem o facto de Cateme ficar longe da cidade, a cerca de 40 Km; as casas lá são precárias, sem fundações nem vigas – condições que seriam facilmente rejeitadas se as famílias “semiurbanas” fossem enviadas para lá. (MOSCA; SELEMANE 2010, p. 21-22).

Cateme é uma zona de reassentamento desenhado para a população considerada como tendo o perfil rural durante o cadastramento da Vale nos anos de 2006 e 2007. No momento de cadastro, 84% da população foi identificada com perfil rural. Tendo em conta seu perfil, o reassentamento deveria acontecer no lugar onde o acesso à terra seria garantido para que a população mantivesse sua principal atividade de subsistência. (EIA, 2006).

Antes de iniciar o campo em Cateme, acompanhei relatos de alguns pesquisadores que foram impedidos de fazer pesquisa, por se deslocaram à Cateme para fazer pesquisa sem a credencial do governo distrital. Por essa razão, iniciei meu campo um pouco mais precavido.

Na manhã do dia 21 de abril, me desloquei a Cateme, depois de percorrer cerca de 50 km. O objetivo desta primeira aproximação era estabelecer o contato inicial com a população reassentada e me definir do ponto de vista da dinâmica do trabalho de campo. Quando cheguei comecei contatando as lideranças da comunidade, como mandam as regras, e em função disso me socializar mais com o pulsar do reassentamento a partir do discurso das lideranças.

A comunidade de Cateme está dividida em cinco bairros cujos nomes e as famílias são os mesmo que os lugares de proveniência das famílias. As famílias provenientes de Chipanga foram reassentadas no bairro Chipanga (são provenientes do bairro com mesmo nome, no lugar de proveniência). A mesma dinâmica foi mantida em relação aos bairros de Bagamoyo e nos povoados de Malabwe, Mithethe e Nhancolo. Além de se conservar o nome do bairro de proveniência, houve a tendência de se considerar as anteriores relações de vizinhança e as lideranças.

Cateme é considerado um reassentamento completo, em relação ao reassentamento de 25 de setembro, pois além da construção de casas para o reassentamento, existem ao longo da comunidade outras infraestruturas sociais como escolas, hospital, mercado, posto policial, rádio comunitária, entre outros.



Figura 22: Vista parcial do Centro de Saúde de Cateme.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 23: Vista parcial do mercado construído pela Vale na comunidade de Cateme.

Fonte: Fotografia do autor.

Durante a pesquisa de campo em Cateme empenhei esforços de captar e observar alguma mobilização social e algo novo, do ponto de vista de discurso e falas em relação às problemáticas comuns, e notórias, igualmente relatadas no reassentamento de 25 de setembro, como casas com rachaduras e sem alicerces.

Em Cateme, diferentemente de 25 de setembro, onde as pessoas estão em movimento e em constante interação umas com as outras, aqui reina uma ligeira calma. Além da prática de atividades de subsistência, entre outros deslocamentos, as pessoas se encontravam confinadas nas suas residências. Foi difícil captar alguma força vital do embate. Portanto, decidi seguir aleatoriamente caminhando pelas ruas, ir ao encontro das pessoas nos seus afazeres cotidianos e de algum modo ir às suas residências trocar uma conversa. Ao longo da jornada vários aspectos atraíram minha atenção: algumas casas estavam abandonadas – o cenário mais marcante do abandono de casas registrava-se no bairro de Malabwe, quando observei que na última rua, a maior parte das casas encontravam-se abandonadas, outras com indícios de vandalização e destruição de portas e janelas.



Figura 24: Rua do bairro Malabwe, na comunidade de Cateme, com muitas casas abandonadas.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 25: Casa abandonada na comunidade de Cateme.

Fonte: Fotografia do autor.

Durante as conversas fiquei sabendo que a grande maioria das pessoas que abandonava as casas, em particular as de Malabwe, estava a regressar para seus lugares de proveniência, seus antigos territórios, pois a seca que se registrou durante a época agrícola e outros problemas conjunturais ligado ao que “estavam habituados a fazer e, uma vez reassentados já não o fazem” pesou para o seu regresso. Fora os que abandonam a moradia completamente, alguns “tentam estar lá e aqui”, mas “mais lá no antigo território”, ou seja, durante o meio de semana permanecem no seu “antigo território”, no sábado de tarde voltavam ao reassentamento com algum dinheiro e produtos alimentares e na segunda estão de volta.

A tendência de regresso ao “antigo território” registra-se também entre os provenientes de Chipanga, mas estes não chegavam a abandonar completamente suas casas, tal como ocorria com os provenientes de Malabwe. Cronologicamente, o processo de retorno à zona de origem iniciou com a população proveniente de Malabwe.

Para poder observar diretamente o processo de retorno e as motivações por trás dele desloquei-me posteriormente à Malabwe e Chipanga, onde conversei com integrantes da população.



Figura 26: Reconstrução de moradia de reassentados que regressaram ao local de proveniência, Malabwe.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 27: Um dos integrantes da população que regressou à “zona de proveniência” praticando agricultura ao longo do rio Rovúbwe, Malabwe.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 28: Integrantes do grupo que regressou à Chipanga (lugar de proveniência) durante a produção de tijolos.

Fonte: Fotografia do autor.

“Cuidado com as andanças. Não banque o herói”

Depois de acompanhar relatos comoventes da vizinhança e familiares de algumas pessoas que regressavam à sua “zona de proveniência”, para continuar a produzir e de algum modo reatar o curso normal da sua vida. Fiquei bastante motivado e decidi “seguir os meus atores” de perto, para tal optei por reservar o sábado, dia 16 de maio para seguir rumo à Malabwe, lugar até então desconhecido.

Sai de casa nas primeiras horas da manhã em direção a Moatize, não conhecia Malabwe e estava sem nenhum guia, servi-me de algumas indicações e direções dadas, aliás, todas as minhas incursões no campo sempre foi assim. Quando cheguei a Moatize, segui com as indicações dadas, cada vez mais que caminhava as pessoas e a zona residencial iam escasseando e a mata ia se intensificando. Fui seguindo a marcha na direção indicada, enquanto ia observando no chão por trilhos recentes, mas a intensidade da mata já me desconfortava. Depois de mais de uma hora caminhando sem me deparar com alguém pensei em abortar minha incursão, já estava com os nervos na flor da pele, mas teimosamente prossegui, aquilo era mata intensa e indiciava desuso total. Teimosamente segui em frente e observei que havia uma trilha de carros noutra direção, depois de algum tempo a mata ia reduzindo e ouviam-se de longe vozes e de quando em vez me deparava com algumas pessoas que perguntei por Malabwe na língua local, disseram-me que já estava em Malabwe e se caminhasse um pouco mais encontraria a pessoa que me tinha sido recomendada.

Continuei a caminhada e passava mais de 2 horas que o fazia, no meio de um calor intenso e a mata, senti uma sensação de frescura sem igual, quando observei a minha esquerda, ao fundo vi um rio correndo e ao longo do rio plantas de milho de diferentes tamanhos cresciam ao longo da margem e um barco atravessava o rio, as imagens me pareciam as que me chegaram das explicações dadas. Mais à direita, havia uma plantação enorme de mapira, cereal usado para a confecção de polenta e na preparação de pombe, bebida alcoólica tradicional, numa posição superior viam-se algumas casas, me aproximei para pedir água e perguntar pelas pessoas que me tinha sido indicada. Quando cheguei fiquei sabendo que é a eles que procurava, mas a comunicação entre nós não fluía, pois eu só falava português e um pouco de Nhúngue, língua local e dos que encontrei ninguém falava português.

Durante a minha estadia observei que havia por perto menos de uma dezena de casas, e que mais adiante haviam outras, notei que as pessoas que lá estavam já tinha se estabelecido fazia tempo e gente de todas as idades, desde crianças em idade escolar, jovens, adultos e idosos também estavam. Algumas pessoas iam chegando carregados de botijas de água, verdura, peixe, mbewa (uma espécie de rato comestível), entre outros. E ao redor do quintal havia peças de esteira ainda em fabrico e cesto, alguns em estado inicial, outros em estado final. Quando estava de regresso à vila de Moatize, segui caminho com algumas pessoas que se dirigiam a vila para vender parte da sua produção agrícola, peixe, esteiras, peneiras e cestos entre outros produtos. Afinal havia vida em Malabwe!

Logo que cheguei a casa, rabisquei no diário campo incidentes da jornada do dia e redigi um e-mail ao meu orientador, informando da minha ida a Malabwe, partilhei parte das minhas atrocidades, desesperos e perdições no meio da mata, das mbewas que a população me serviu, do rio adentro que mergulhei para refrescar e seguir viagem. Em resposta, a correspondência do orientador não demorou a chegar, em uma das partes do e-mail estava escrita a seguinte advertência “cuidado com as andanças. Não banque o herói. Mais vale um pesquisador cauteloso vivo que um pesquisador herói morto”.

É um fato, arrisquei-me demais desta vez, de algum modo o envolvimento com o campo nos coloca diante de tantas atrocidades.

Diário de campo, Tete, 16 de maio de 2015.

O regresso das pessoas ao seu lugar de proveniência é uma atitude bastante ovacionada por outros reassentados e alguns já esboçavam plano de regressar também. Outros ainda ficam angustiados por não poderem ter a mesma oportunidade, pois “seus antigos territórios” já tinham sido ocupados totalmente.

3.2.6 No bairro de Bagamoyo

O bairro de Bagamoyo localiza-se na vila de Moatize a escassos metros da sede do governo distrital e do conselho municipal de Moatize. Durante a fase de cadastro para a implantação da empresa Vale, um número menor da população do bairro foi deslocado para as zonas de reassentamento da empresa Vale. Enquanto isso, o grosso da população permaneceu no seu território se reproduzindo nos seus moldes habituais, sejam eles a coleta de lenha e capim, a prática da agricultura, fabricação de tijolos de argila, entre outras atividades desenvolvidas pela mata adentro, atualmente pertencente à a zona de concessão da Vale.



Figura 29: Diferentes atividades de subsistência praticadas pela população do bairro de Bagamoyo.

Fonte: Fotografias do autor.

Além de deslocar pessoas, a empresa Vale cadastrou integrantes da população que produziam tijolos (oleiros) e agricultores que praticavam suas atividades no interior da zona de concessão, com o propósito de conceder-lhes uma indenização pela paralização de suas atividades de subsistência. Posteriormente, a empresa Vale colocou alguns marcos distintivos que delimitavam a zona pertencente à população e a zona da empresa, mas sem vedar o acesso às populações, isso mesmo após o início das atividades produtivas da empresa. Há relatos de algumas tentativas de vedação e condicionamento da circulação da população em determinadas áreas da concessão próxima ao bairro, mas estas sempre foram barradas pela forte contestação social. Essas tentativas levaram à movimentação de máquinas que derrubaram e vandalizaram parte das áreas produção agrícola e olarias pertencentes à população, o que levou ao pagamento ou promessa de pagamento de indenizações pelos danos causados aos afetados.

Atualmente, existe uma rede de vedação que delimita a zona de concessão e condiciona a circulação de pessoas e a prática de suas principais atividades de subsistência. A única via de acesso existente, que permite que a população tenha acesso à zona de concessão, seu território, foi instalada na unidade 2. Para tal, todos residentes das seis unidades que constituem o bairro, em caso da necessidade da pastagem do gado, busca de lenha, capim, água, produzir tijolos, entre outras atividades, devem fazê-lo de uma forma diferente da que habitualmente faziam, percorrendo longas distâncias.



Figura 30: Rede de vedação que separa o bairro de Bagamoyo à zona de concessão da Vale.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 31: Abertura existente ao longo da vedação que separa a zona de concessão da empresa Vale e o bairro de Bagamoyo.

Fonte: Fotografia do autor.

Quando iniciei a pesquisa de campo a rede de vedação já existia, mas havia sempre aberturas que permitiam que a população de cada bairro tivesse acesso ao interior da zona de concessão, mas ficamos surpresos quando na manhã do domingo, vimos máquinas funcionando. Apesar de alguma contestação o trabalho prosseguiu desde o bairro seis até ao bairro três. Os operadores não conseguiram terminar no mesmo dia. No dia seguinte, quando os oleiros retomavam as suas atividades no local habitual (interior da zona de concessão), depararam-se com máquinas funcionando. Instantes depois o local encheu-se de pessoas e houve uma forte contestação que levou à paralisação da máquina. Instantes depois chegou a polícia para dispersar os manifestantes. Os manifestantes mantiveram-se firmes, enfrentaram a polícia, os ânimos se amainaram quando um deles disse para um dos policias: “prefiro morrer a bala do que morrer com fome, se estivéssemos a roubar tinham razão, mas nós estamos a trabalhar”. Depois de alguma insistência os contestatários não arredaram um pé sequer. A polícia e os trabalhadores em missão falaram demoradamente ao celular, logo depois os trabalhadores pegaram as suas máquinas e foram embora.

Durante o campo percebi que a contestação ao funcionamento da empresa Vale no bairro de Bagamoyo é um aspecto presente no bairro. Essa mobilização envolve pelo menos três frentes de contestação distintas: uma primeira de integrantes que perderam parte ou a totalidade de suas *machambas* ou olarias e em troca tiveram uma indenização – a luta dos

integrantes desse grupo é por uma indenização “justa”. Outro grupo contestatário é composto por pessoas que praticavam e/ou praticam parte da sua atividade de subsistência no interior da zona de concessão e que reclamam o direito à indenização, pois diferentemente dos primeiros eles nem indenização tiveram. Outro grupo de contestatário, ainda, é um grupo de população que cata lenha, capim e pasta gado, cuja reivindicação não passa necessariamente pelo pagamento de indenizações, mas no acesso à mata adentro, na manutenção do seu modo de vida e a prática de habituais atividades de subsistência.

3.2.7 Notas de encerramento e prolongamento do campo

Em princípios do mês de junho, quando achava que a pesquisa de campo tinha saturado e não me proporcionava qualquer novidade, agreguei uma nova agenda: a de andar pelos diversos lugares por onde passei para atualizar a conversas e observações e ver se algo tinha me escapado. Nesse âmbito dividi parte da minha jornada do dia 12 de junho para escalar o bairro de Bagamoyo, no período de manhã e, de tarde, iria para o reassentamento de 25 de setembro. Era um percurso fácil de fazer, pois caminhando a pé, única alternativa que havia, fazia o trajeto em até 40 minutos. No período da manhã a jornada correu tal como tinha previsto. No princípio da tarde me dirigi ao reassentamento de 25 de setembro, onde cheguei e troquei conversa com interlocutores habituais. A dada altura perguntei por alguém com quem tinha ficado de conversar. Em resposta fiquei sabendo que esse alguém fazia parte da equipe de pessoas envolvidas no cadastramento de famílias em outra unidade próxima do mesmo bairro. O lugar onde estava ocorrendo o cadastro da população era onde a empresa Vale pretendia expandir a extração de carvão.

Esse fato me interessou ocasionalmente, pois estava curioso em ver de perto como ocorre o processo, e saber que perguntas são feitas aos inquiridos, que informações são difundidas; outrossim, me importava entender a expectativa dos afetados, razão pela qual, depois de terminar a jornada, me deslocuei ao local para observar e trocar uma conversa superficial com quem quer que fosse. Quando cheguei à zona baixa da unidade três do bairro 25 de setembro, deparei-me com uma brigada de agentes que fazem parte da equipe de cadastro e ao redor das casas. Junto à porta ou à parte mais visível da casa observei um sinal de cadastramento.

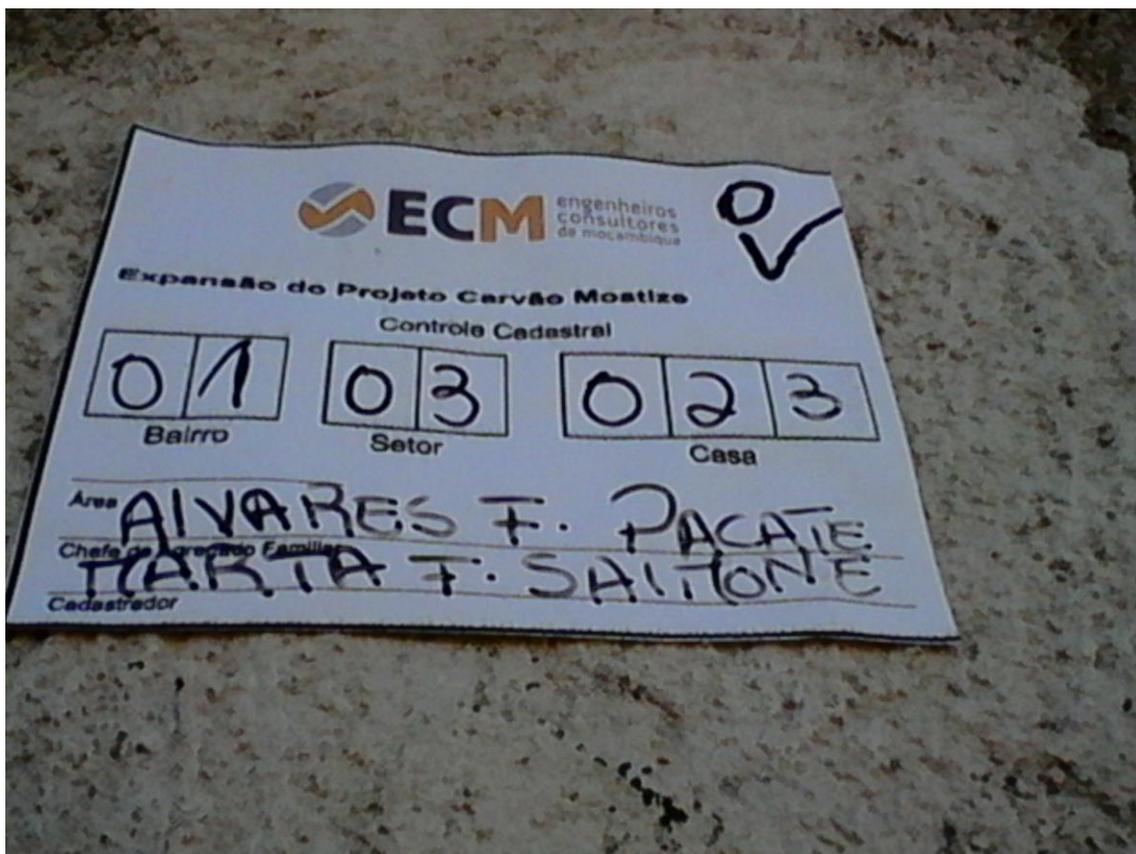


Figura 32: Marco de cadastro colocado sobre as portas ou partes visíveis das residências ou empreendimentos que seriam afetadas pela expansão da mina da Vale.

Fonte: Fotografia do autor.

Tratando-se de uma zona onde eu era desconhecido ainda, em seguida tratei de contatar as lideranças locais para lhes fornecer conhecimento sobre minha presença e meus interesses em relação à pesquisa feita, assim como colher mais pormenores sobre o que de fato estava acontecendo.

No dia seguinte, desloquei-me à zona onde estava ocorrendo o cadastramento para interagir com as famílias que seriam afetadas pela fase de expansão produtiva da Vale. Trata-se de famílias residentes do bairro da Liberdade e das unidades três e quatro do bairro 25 de setembro. As famílias localizam-se a uma distância máxima de 5 km da vila de Moatize e ao longo das margens do rio Moatize. Um diagnóstico rápido permite entender as práticas da agricultura, da criação de gado, do fabrico de tijolos de argila, assim como da coleta de lenha e capim pela mata adentro. Todas essas atividades, incluindo a comercialização desses produtos, constituem suas atividades de subsistência. Ademais, a pouca distância do local onde havia o cadastro da população, ao longo do rio Moatize, uma das atividades bastante difundidas é a extração artesanal de carvão mineral, usado para a queima de tijolos de argila durante o processo de fabricação.

Com o processo de cadastramento em curso, instalaram-se algumas mobilizações no sentido de saber qual a empresa que tinha encomendado o cadastro e sob que condições iriam o deslocamento e as indenizações da população. As pessoas estavam apreensivas, pois ouviam de longe que a empresa que encomendara o cadastro era a Vale, e com isso reclamavam por uma sorte diferente dos primeiros reassentado, verbalizado com dizeres como “não vamos aceitar ser como os de Chipanga”. Diante da atenção da população, a equipe de cadastro limitava-se às perguntas do inquérito e a responder que em momento posterior haveria uma reunião para conversas entre a população e a empresa na presença dos representantes do governo.

No momento de cadastro os proprietários das casas em construção foram aconselhados a não prosseguir com a construção de suas moradias, pois em caso de haver indenização ou compensação, esta iria incidir sobre a parte cadastrada.



Figura 33: Vista parcial do rio Moatize ao longo do bairro da Liberdade.

Fonte: Fotografia do autor.

Depois de um breve contato com a população da zona onde houve cadastramento para a expansão produtiva da empresa Vale, no dia 24 de agosto voltei a Maputo, pois havia dois

eventos em que a minha participação se tornava imperiosa. O primeiro era minha participação em uma conferência organizada pelo Centro de Integridade Pública (CIP), sob o lema “*Por uma governação participativa, transparente e responsável dos recursos minerais em Moçambique*”, temática ligada ao meu objeto de pesquisa, e outra era a minha participação nas jornadas científicas organizadas pela Universidade Pedagógica, nos dias 3 e 4 de julho, e apresentação de uma comunicação.

3.7.8 O silêncio da Vale e constrangimentos metodológicos

A pesquisa foi desenhada no sentido de interagir com os diferentes atores envolvidos no conflito e de forma (in)direta agregam algo mais na dinâmica do conflito. A princípio, os atores chave da pesquisa seriam as populações afetadas durante a fase de implantação e funcionamento e abrangidas pelo cadastramento na zona onde a empresa Vale pretende expandir ou abrir outra mina.

O histórico das tentativas de contato com a empresa Vale iniciaram na manhã do dia 25 de março, quando me dirigi às instalações da empresa, pois a empresa é parte integrante do conflito. Dirigi-me à empresa com o intuito de me informar dos procedimentos e possibilidade de colher alguns depoimentos, conversa ou entrevista com representantes da empresa. Por recomendação dos funcionários da empresa, foi-me sugerido solicitar uma credencial à Direção Provincial de Recursos Minerais e Energia (DPRME), na qual o órgão atestava ter ciência da minha pesquisa e solicitava a colaboração da empresa para a sua efetivação. Contudo, fui advertido que mesmo assim não estava garantida a receptividade da empresa em relação à minha pretensão.

No dia seguinte me dirigi à DPRME para submeter o requerimento de emissão de credencial para a coleta de dados junto da empresa Vale. Na tarde do dia 30 de março, retornei às instalações para saber do parecer em relação à emissão da credencial. O funcionário que me atendeu concedeu-me a credencial desejando-me boa sorte. No prolongamento de uma simples conversa percebi que, provavelmente as coisas não seriam fáceis. No dia seguinte me dirigi à Vale para submeter a credencial emitida pela DPRME. Recomendaram a deixar o contato e oportunamente iriam me contatar oportunamente, por um período máximo de quinze dias. Passados dezessete dias sem receber qualquer contato ou correspondência da empresa, desloquei-me à empresa para me inteirar sobre a minha solicitação. No mesmo dia voltei a submeter outra documentação, pois fui informado que não

sabiam o paradeiro nem o desfecho da primeira documentação, e com isto deveria aguardar novamente pelo contato.

Depois de aguardar mais de 20 dias voltei a me deslocar à empresa para saber se havia alguma resposta acerca da minha solicitação, mas até lá não havia qualquer resposta. Instantes depois saiu um funcionário de uma das salas, a moça que me atendeu perguntou se sabia do desfecho do meu pedido, daí o funcionário olhou-me atentamente e registrou meu nome em um papel e entrou pela sala adentro. Instantes depois ele saiu da sala me sugerindo que mandasse um e-mail com os tópicos do que me interessava colher como dado, e a partir do contato por e-mail, mesmo assim não houve qualquer sinal ou posição da empresa Vale. Posteriormente me dirigi à empresa por mais duas vezes, onde terminei a pesquisa de campo sem ter recebido alguma correspondência da empresa, o que de algum modo constituiu um embaraço para aquilo que eram os objetivos da pesquisa.

A presente dissertação está articulada à temática dos conflitos ambientais e ao aporte teórico da sociologia pragmática da crítica. A temática dos conflitos ambientais visava conotar, no sentido restrito da palavra, circunstâncias específicas que fazem do “ambiente” e suas controvérsias elemento mobilizador do conflito. O quadro teórico, que orienta a problemática de pesquisa, orientava-se a colher as operações críticas e as operações de justificação feitas pelos atores em conflito, o que obrigava a ter o discurso e ações da população afetada de um lado e, do outro, a justificação do sujeito para quem se dirige a crítica. Perante o silêncio da Vale, mesmo depois de contatos e insistências, adotei outras estratégias no sentido de ter a posição da contraparte, uma vez que os levantamentos sociais de populações reassentadas pela Vale em 2012 tiveram uma larga difusão internacional, nomeadamente a *Human Right Watch* e a *Southern Africa Resource Watch*. Esses organismos, pela reputação e prestígio mundial que gozam, mereceram uma colaboração da parte da empresa em responder algumas perguntas fundamentais, sobretudo as principais que orientam a pesquisa, mas devido à multiplicidade de fontes, o deslocamento ao campo e conversa informais com interlocutores do governo, sociedade civil, população, trabalhadores da Vale, algumas respostas enviadas às instituições pela empresa Vale me proporcionaram oportunidades de confrontá-las.

4 MINERAÇÃO DA EMPRESA VALE E SUAS DINÂMICAS EM MOATIZE: ATORES E IMPERATIVOS DE JUSTIFICAÇÃO

Em muitas situações, os benefícios [da globalização] têm sido menores do que os seus defensores apregoaram, e o preço pago tem sido maior, já que o meio ambiente foi destruído e os processos políticos corrompidos, além de o ritmo acelerado das mudanças não ter dado aos países tempo suficiente para uma adaptação cultural.

Joseph Stiglitz, 2003.

No capítulo anterior descrevi o percurso metodológico da pesquisa de campo, ao mesmo tempo em que procurei mapear os atores e entidades envolvidos no conflito em torno da empresa Vale. No conflito em análise estão em causa as repercussões sociais e ambientais derivadas da instalação da empresa Vale e o deslocamento compulsório da população abrangida pela concessão do projeto de carvão. A empresa para sua fixação teve o aval do governo, o implementador de políticas “de desenvolvimento” para exercer a atividade de exploração mineira, ao mesmo tempo em que tomou a dianteira no processo de negociação e de deslocamento compulsório da população afetada. Devido aos problemas reportados nos lugares de reassentamento, as organizações da sociedade civil tornaram-se parte integrante do conflito, agindo e participando no conflito através de aconselhamento e capacitação de âmbito jurídico.

A ação das ONGs, apesar da sua pretensão conciliatória e de mediação, orienta-se para as comunidades, suas ações variam de acordo com a sua pauta ou agenda específica, seja no reforço na divulgação, conhecimento e exigência do cumprimento da lei de terras e nas condições de indenização em terra fértil para a prática da agricultura e em outras atividades de subsistência da população afetada pela Vale, no caso da UPC-Tete; seja na denúncia da violação dos direitos humanos nos órgãos de justiça locais e na exigência do respeito à condição humana dos afetados, no caso da LDH-Tete; e as denúncias de violação de leis fundamentais do cidadão, a exigência de transparência, divulgação e revisão dos acordos e memorando de entendimento entre a empresa Vale e a população afetada, exigência que recai também sobre o governo, problemática essa apontada pela AAAJC.

Neste capítulo pretendo: i) apresentar o quadro teórico que sustenta a pesquisa; ii) discutir as repercussões sociais e ambientais da mineração da Vale; iii) descrever e analisar as

operações críticas (denúncias e ações) em torno do reassentamento da Vale; e iv) descrever e analisar as operações de justificação.

4.1 QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL

A proposta teórica de análise que orienta a pesquisa é a perspectiva dos regimes da ação desenvolvida nos meandros da sociologia pragmática da crítica por Luc Boltanski e colaboradores. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999; BOLTANSKI; CHAPELLO, 2009; BOLTANSKI, 2000; 2013). A sociologia pragmática da crítica marca uma virada paradigmática, em relação ao modo como foi concebido a capacidade crítica dos atores sociais comuns pelas teorias precedentes. Se para a teoria precedente – sociologia crítica bourdieusiana – a crítica é um privilégio do sociólogo, para a sociologia pragmática da crítica, ao contrário, os atores são dotados de reflexividade e são capazes de justificar e criticar e desencadear ações com vista a alcançar a “normalidade” reclamada.

De acordo com Bolatanski (2000),

O sociólogo da crítica põe em marcha o processo de recolha e registro dos informes dos atores, e seu informe de investigação é antes de tudo uma ata desses registros, um relatório dos relatos. Com efeito, o sociólogo se obriga a seguir muito de perto os atores em seu trabalho interpretativo, trilhando o seu caminho através dos informes que fizeram. Tomar a sério seus argumentos e as provas que proporcionam, sem tratar de reduzi-los ou desqualifica-los opondo uma interpretação mais forte. (BOLTANSKI 2000, p. 55. Tradução livre).

Com a sociologia pragmática da crítica, a capacidade crítica dos autores não se reduz à ordem epistemológica (elitista), ela é ontológica, está imanente à existência humana e nas suas práticas cotidianas dos atores. Nesta ordem de ideias, o contexto e a maneira como são produzidos os informes, as denúncias, suas críticas e justificações devem ser elas próprias objeto de pesquisa.

4.1.1 Contexto da emergência da sociologia pragmática da crítica

A emergência da sociologia pragmática da crítica está vinculada à sociologia crítica do “*corpus* bourdiniano”, que se desenvolve à margem de alguns dos seus pressupostos fundamentais. De acordo com Boltanski (2000), a sociologia crítica de Bourdieu colocava

ênfase à noção de estrutura, na qual os indivíduos tendiam a reproduzir diferentes graus de domínio e poder nas esferas sociais, havendo deste modo, diferenciados mecanismos de aceder à realidade entre os atores sociais. Esta concepção distinguia a capacidade de crítica dos atores comuns e do sociólogo no modo como eles acedem à realidade, estando os últimos em relativa vantagem, pois graças à sua ciência e a seus métodos é que eram capazes de desvendar o social e ilustrá-las aos demais membros.

Portanto, a sociologia crítica orienta a crítica sociológica para a minimização das capacidades críticas dos atores. Empiricamente, significa que o sociólogo, após a observação e coleta de dados dos fatos sociais, para analisá-los, deveria recorrer à sua interioridade a fim de compreender a realidade produzida por outros atores sociais, pois cabe a ele, com suas teorias e seus métodos – o sociólogo como detentor das “chaves da porta do social” – uma interpretação abrangente da realidade. Diga-se de passagem, esta maneira de conceber a sociologia funda-se na ideia de existência de um *déficit epistemológico e/ou gnosiológico* entre os atores ou sujeitos comuns, o que se repercute nas suas atitudes e escolhas, pois diferentemente dos atores comuns, “o sociólogo estaria num patamar diferenciado de reflexividade posto que seria o único capaz de ‘descobrir’ as verdadeiras estruturas por detrás das condutas dos agentes, enquanto estes seriam acrílicos”. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999). De acordo com os autores, esta perspectiva abre uma lacuna, pois seu principal problema está na:

sua inabilidade em entender as operações críticas empreendidas pelos atores. Uma sociologia que deseja estudar tais operações - uma sociologia que se debruça sobre a crítica como seu objeto de estudo específico - deve, portanto, abandonar (se não, temporariamente apenas) a postura crítica, a fim de reconhecer os princípios normativos que sustentam a atividade crítica das pessoas comuns. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 09).

Nesta ordem de ideias, Boltanski (2000) assevera que

todos os atores têm capacidades críticas e todos tem acesso à crítica, embora com graus desiguais, a recursos críticos, e os utilizam de um modo quase permanente no curso da vida cotidiana; e isso apesar de suas capacidades críticas, eles contam com oportunidades muito desiguais de mudar o estado vigente e o controle sobre seu ambiente social. (BOLTANSKI, 2000, p. 53. Tradução livre).

De algum modo, esse constitui o marco paradigmático que diferencia a sociologia pragmática da crítica em relação às teorias precedentes. Referindo-se à problemática das teorias dominantes até então, os autores referem:

Os cientistas sociais contemporâneos, muitas vezes procuram minimizar a diversidade de suas construções, reduzindo-as a simples oposições básicas (...), este princípio enforma-se em diferentes abordagens que tomam por

empréstimo o modelo de escolha racional da economia. Em nossa perspectiva procuramos abraçar as várias construções dentro de um modelo mais geral, para mostrar como cada integrante, à sua própria maneira, de acordo com o contexto, em cada momento desenvolvem-se momentos de acordo e momentos críticos. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 364 Tradução livre).

A partir desse enunciado está explícita a diferença essencial entre sociologia da crítica e sociologia pragmática da crítica. Se a primeira, refiro-me à sociologia crítica, era alheia à capacidade crítica dos atores sociais, cabendo ao sociólogo reunir o mundo dos atores para criticá-los, ao contrário, a sociologia pragmática da crítica está virada para a compreensão das competências das quais os atores dão prova quando se colocam no exercício da crítica. Pelo seu enfoque pragmático, ela “recusa opor a reflexão à ação”; outrossim, por assumir o agenciamento dos atores ela preocupa-se mais “sobre o que o ser humano faz, do que sobre o que é feito dele”. (VANDENBERGUE, 2006, p. 329-330).

De acordo com Jacquemain (2001) a distinção entre sociologia crítica e a *nova sociologia* – esta última faz menção à sociologia pragmática da crítica – é que, enquanto a primeira com uma concepção determinista procurava reduzir os atores a “autômatos sociais”, ao contrário desta, a última pretende descrever principalmente a maneira como as pessoas em situação de litígio e em desacordo se expressam sobre a justiça ou injustiça, reconhecendo deste modo o agenciamento e a capacidade crítica das pessoas comuns.

Corcuff (2001) refere que os teóricos dos regimes da ação trouxeram à pesquisa sociológica não só o caráter descritivo, mas também o exercício hermenêutico, no sentido de buscar analisar como são construídas, contestadas e negociadas situações de disputa. No entanto, a contribuição destes autores permite compreender como questões de normalidade ou justiça brotam nas relações sociais e como os atores buscam dar sentido a seu senso de justiça.

Para Dodier (2005), os teóricos da sociologia da crítica, em oposição à sociologia crítica de Pierre Bourdieu com quem trabalharam antes, interessando-se por ações e práticas críticas, trouxeram abordagens e metodologias inéditas nas ciências sociais, como distintos modos de ação e suas combinações, permitindo assim, uma abordagem sem igual em aspetos correntes na vida cotidiana das pessoas envolvidas em litígios.

Portanto, a sociologia pragmática da crítica, a partir de pontos de desacordo com a sociologia crítica, desenvolveu um novo *corpus* teórico capaz de dar conta da multiplicidade dos fenômenos sociais e da diversidade de disputas por normalidade. No entanto, “a questão de normalidade e o sentido de normalidade tem um vínculo direto com a questão de justiça e o sentido de justiça” (BOLTANSKI, 2000, p. 22. Tradução nossa). Portanto, o pano de fundo

sob o qual gravita a sociologia pragmática da crítica é a questão de normalidade vinculada à noção de justiça.

4.1.2 Uma sociologia da capacidade crítica

Veementemente contextualizando o apanágio da sociologia da crítica, Boltanski e Thévenot (1999, p. 10) argumentam:

se quisermos levar a sério as reivindicações dos atores quando estes denunciam a injustiça social, criticam as relações de poder ou desvelam as razões ocultas de seus adversários devemos concebê-los como dotados de uma habilidade para diferenciar maneiras legítimas e ilegítimas de apresentar críticas e justificações. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 10).

Como se observa, os autores propõem que a abordagem da sociologia pragmática da crítica deve buscar compreender as gramáticas sobre as quais repousam as demandas ou pretensões dos atores e seus princípios axiológicos legitimadores que dão sentido à crítica e suas justificações.

Boltanski e Thévenot (1999, p. 4) referem que os atores são dotados de reflexividade e de capacidade de justificar e criticar suas ações e de se mobilizar em prol do senso de justiça com vista ao estabelecimento do desejável. Esse processo ocorre sobretudo em momentos de discórdia quando as pessoas “dão-se conta”. Para uma teoria de cunho pragmático, o fato de os atores sociais darem-se conta possui um duplo significado: primeiro é o que aponta para um “movimento reflexivo interior”, e segundo para “uma *performance* no mundo exterior”.

Em momentos críticos, quando os atores se percebem do desvio ao curso normal da realidade, esses momentos constituem, geralmente, momentos de discussões, de críticas, troca de argumentações e encontram-se sujeitos ao imperativo de justificação, seja do lado de quem exerce a crítica (este precisa produzir justificações a fim de sustentar a sua crítica), seja do lado de quem sofre a crítica (este, para defender a sua causa precisa justificar suas ações). Nesse embate, os atores põem em jogo seu sentido de normalidade e de justiça, os quais se encarregam eles próprios de outorgar fazendo denúncias ou protestos em prol do ideal de justiça que eles pretendem reclamar. (BOLTANSKI, 2000). Mas, para que as provas e argumentos enunciados sejam válidos, as pessoas precisam estabelecer uma “convenção de equivalência que lhes seja externa”, digo, os atores em disputa devem “convergir na direção

de uma definição comum dos objetos pertinentes à situação” que lhes opõe. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 6).

Para Vandenbergue (2006) um dos grandes contributos dos teóricos consiste em reconhecer a agência dos atores sociais em situações de conflitos e disputas sociais observando que em situações de litígios os atores sociais expressam a sua flexibilidade quando buscam explicar e justificar em torno dos seus atos. Segundo o autor,

A sociologia pragmática propõe um modelo que permite compreender como os atores se fixam para definir a situação, invocando os registros e os repertórios convencionais e transituacionais da justificação, orientados para o bem comum, que apresentam os instrumentos de equivalência necessários para se colocarem de acordo sobre a grandeza relativa assim que se engajem em suas provas e se apoiem sobre os objetos e coisas integradas nos dispositivos. Esses dispositivos heterogêneos - resultado de provas passadas e que estabelecem a situação – podem igualmente introduzir novas provas e engendrar transformações sociais em dimensões que ultrapassem a situação e subvertem, duradouramente, o mundo - para melhorá-lo ou piorá-lo. (VANDEBERGUE, 1996, p. 339).

Em seu livro *Economies of Worth* Boltanski e Thévenot (2006) descreveram os diferentes tipos de ação com referência à justiça, desenvolvem um modelo de análise das operações apoiada em grandezas que os atores levam a cabo quando sujeitos ao exercício da crítica e de justificação em que procuram apoiar-se para fundamentar suas pretensões de justiça na vida cotidiana e o ideal de justiça. Entretanto, esse pressuposto é válido nas condições em que o uso da força e da violência se encontra neutralizado e a crítica e acusações são trocadas e as pessoas se encontram sujeitas a um imperativo de justificação, pois quem critica precisa produzir justificações para suportar suas críticas, assim como quem é criticado precisa justificar suas ações e defender a sua causa. Como assevera Boltanski (2000, p. 65. Tradução livre) “a exigência de justificação está indissociavelmente ligada à possibilidade de crítica”.

A sociologia da crítica, longe de constituir simples mudanças teóricas, tem contornos epistemológicos, metodológicos e analíticos de vulto que desafiam o pesquisador a traçar um repertório moral específico de distintas axiologias adjacentes às vivências particulares de cada situação vivenciada pelos indivíduos. Um dos pressupostos norteadores da teoria são as operações adjacentes à denúncia dos atores, pois “pertencemos a uma sociedade onde as operações de críticas e as operações de justificação, que se fazem presentes para responder à crítica ou para preveni-la, se produzem constantemente” (BOLTANSKI, 2000, p. 53. Tradução livre). Portanto, tendo em conta o enfoque ambiental da pesquisa, cabe debruçar-se

sobre as operações críticas em contextos onde as gramáticas em torno do ambiente e as justificativas ecológicas tomam a dianteira.

4.1.3 Gramáticas ambientais e justificativa ecológica

No sentido de compreender as operações críticas feitas pelos autores em momentos de disputa, os teóricos da sociologia pragmática da crítica esboçaram um modelo analítico que permite entender os valores que regem as manifestações e desacordos dos atores e os dispositivos de justificação sobre os quais se apoiam. Diante da pretensão de qualificar discursos, ações e práticas que os atores mobilizam em situações de disputa, Boltanski e Thévenot (2006) colocam as *cités* como “mediações simbólicas e axiológicas que permitem constituir a situação como um conjunto bem ordenado de interações vividas entre as pessoas e os objetos que os atores encontram em seu ambiente imediato” (VANDENBERGUE, 2006, 331).

Os autores elencam seis cidades, ordenadas de acordo com o senso de justiça compartilhado. Essas múltiplas cidades orientam a pluralidade de regimes de justificações. Como observa Freire (2012),

A multiplicação de regimes de ação permite abranger analiticamente parte da pluralidade de registros de justificação e os princípios do que é justo variam de uma cidade para outra. A diferenciação operada entre e pelos seres depende intrinsecamente da cidade onde eles se encontram. Cada cidade é ordenada segundo um bem comum que adquire relevância em relação aos outros bens comuns das outras cidades, considerados de menor importância. Assim, em momento de disputa, a crítica se estabelece em função do bem comum visado em outras cidades e que define a relação de equivalência entre seres. (FREIRE, 2012, p. 274).

Na verdade, as cidades propostas pelos autores atuam como:

vocabulários convencionais e repertório transituacionais de justificação que os atores utilizam e introduzem em concordância nas situações de disputa para definir os termos de acordo ou do desacordo e coordenar suas ações em justiça. Para configurar a ação e agir em comum, os atores devem fazer uma volta pela cultura e beber no fundo comum das representações coletivas. (VANDENBERGUE, 2006, p. 333).

As cidades atuam como arquétipos ou signos compartilhados que regem as argumentações dos atores num “mundo” compartilhado. Portanto, fora as gramáticas que orientam a argumentação e justificativa das cidades propostas por Boltanski e Thévenot, estudiosos procuraram explorar o desdobramento da lógica (argumentações e justificativas) das *cités* para a temática ambiental ou ecológica. Este fato está ligado à afirmação dos

movimentos ecológicos a partir da década 70 do século passado, quando a questão ecológica/ambiental se tornou um problema sociológico com repertórios específicos. Isso justificou a existência de uma *cit * específica, a ecológica. (LAFAYE; THÉVENOT, 1993; LATOUR, 1995; BODT, 2015).

Para Lafaye e Thévenot (1993), os crescentes embates e mobiliza es em prol do ambiente colocam esta entidade – ambiente – no lugar chave das demandas e embates sociais. Atualmente, a questão ambiental não pode ser ignorada. Ela constitui tema central em congressos, reivindica es e mobiliza es sociais, nos discursos políticos e científicos, em muitos contextos envolvendo causas privadas ou coletivas. O ambiente tornou-se uma pedra basilar nos embates e controvérsias sociais.

Latour (1995, p. 12 tradu o livre) refere que a justificativa ecológica está ligada aos movimentos ecológicos, e com eles, a mobiliza o e forma o de horizontes políticos específicos: a defesa e prote o do meio ambiente e a sua integra o nos costumes, nos regulamentos, na administra o e na política. Para o autor, as demandas ecológicas e/ou ambientais surgem das preocupa es para com a natureza, “o debate sobre os cursos de água, as paisagens, o ruído, o lixo, a camada de ozônio”. Portanto, *entes* não humanos passaram a mobilizar o embate. Os argumentos ecológicos podem se encontrar dentro de objetos não humanos inerentes ao “bem comum”, pois os argumentos de ordem ecológica podem igualmente constituir “um recurso ativo para questionar ou por em causa, de algum modo, a legitimidade dos outros modos de avalia o e de justifica o referentes ao bem comum”.

De acordo com Bodt (2015), quando a temática ambiental toma a dianteira, os *entes* da controvérsia deixam de ser “necessariamente, as pessoas, os coletivos ou institui es, mas os elementos naturais como água, atmosfera, ar, a polui o que altera o clima, ou genericamente elementos como a fauna ou a flora” e “as substâncias que poluem a atmosfera, os gases provenientes dos escapes dos carros e o plástico não reciclável”. Este modo de avalia o deve se apoiar em uma dimensão mensurável por equivalência. (BODT, 2015).

A ordem de grandeza   qualificada pelos laços existentes entre os humanos e o seu ambiente; a preserva o do habitat [...território],   uma das no es centrais [...] a no o de habitat inclui na cidade ecológica o biótipo que gera a possibilidade da vida nas suas diversas formas. Portanto,   mais justo falar de “coabita o” na cidade ecológica, portanto, os argumentos ecológicos estabelecem ou criam rela es entre os seres humanos, outros seres vivos e o biótipo. (BODT, 2015, p. 93. Tradu o livre).

Lafaye e Thévenot (1993), em sua análise, partem dos conflitos reportando-se na maior parte das vezes   implanta o de projetos de desenvolvimento, infraestruturas ou

mesmo planejamento. Para os autores a implantação ou realização de projetos de “desenvolvimento” colocam em embate três diferentes atores, sendo um deles o estado centralizado que administra o território e decide reforçar o seu poder investindo ou aprovando o desenvolvimento de infraestruturas; um número notável de gente da elite que tem interesses em áreas à jusante ou à montante dos empreendimentos econômicos.

Quadro 1: Síntese da estrutura analítica da pesquisa

Questões da pesquisa	Objetivos	Categoria analítica	Dados usuais	Sistematização e pré-análise
<p>Como ocorrem as operações críticas (discursos e ações) e suas justificações no conflito entre a empresa Vale e as populações afetadas?</p> <p>Que gramáticas são enunciadas pelos atores e/ou entidades para criticar e justificar suas posições na disputa?</p> <p>Como é que o ambiente catalisa o conflito em torno da Vale?</p>	<p>- Mapear os atores e entidades envolvidos no conflito identificando e suas motivações para a disputa;</p> <p>- Caracterizar a dinâmica do conflito descrevendo o conjunto de discursos e ações em ocorrência e as gramáticas enunciadas pelos atores para criticar e justificar-se das críticas na disputa no conflito e, por último busco;</p> <p>- Analisar a <i>ambientalidade</i> do conflito a partir das operações críticas e gramáticas feitas pelos atores, agentes e entidades envolvidas no conflito.</p>	<p>Numa primeira análise procuro unir as dinâmicas do conflito à perspectiva dos regimes de ação (sociologia pragmática da crítica);</p> <p>- Crítica;</p> <p>- Justificação;</p>	<p>-Pesquisa bibliográfica;</p> <p>-Dados secundários, diário de campo e fotografias;</p> <p>Dados secundários;</p> <p>- Entrevistas;</p> <p>- Fotografias;</p> <p>- Diário de campo.</p> <p>Dados secundários;</p> <p>- Entrevistas;</p> <p>- Fotografias;</p> <p>- Diário de campo.</p>	<p>O conflito apresenta distintas metamorfoses e uma miscelânea de atores e entidades, seja a empresa Vale, o governo local, ONGs locais, assim como uma vasta rede de afetados que, de acordo com o tempo, localização dos afetados, forma/modos de serem “atingidos” e as valorações que os autores enunciam estão enformados em suas disputas por “tramas territoriais” adjacentes à temporalidade e valorações em torno das quais orientam seus empreendimentos e manifestações sociais.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2 MINERAÇÃO DA VALE E SUAS DINÂMICAS NA ESFERA SOCIAL E AMBIENTAL

A implantação do megaprojeto de mineração da empresa Vale em Moatize tem sido o epicentro de controvérsias e embates entre distintos segmentos sociais, sejam eles populações afetadas, representantes da empresa, governo local e provincial e organizações da sociedade civil que dependendo do seu perfil vocacional intervêm de forma diferenciada no conflito. O embate é resultante da transnacionalização do capital das empresas, associado ao processo de globalização através do processo de instalação do megaprojeto da Vale em torno do qual distintos segmentos populacionais afetados colocam e dirigem críticas face ao exercício de justificativo feito pela empresa, constituindo um momento de embate. Esse embate é motivado por “diferentes ordens do mundo” e moralidades que os “atores ordinários” buscam acionar para criticar e/ou justificar de modo a lograr seus intentos no embate e continuar a materializar seu projeto existencial. De acordo com Boltanski (2000; 2013), nas “*sociedades críticas*” todos os atores dispõem de capacidades críticas e todos tem o manancial crítico e o praticam constantemente, ainda que com oportunidades desiguais de lograr êxitos desejados (poder da crítica).

No sentido de compreender com alguma abrangência a mobilização política das populações submetidas ao deslocamento compulsório em decorrência da ocupação e/ou privação do seu território pela empresa Vale, a análise centra-se no conflito e suas metamorfoses – incluindo os atores, entidades e suas gramáticas – contemplando uma diversidade de situações empíricas registradas durante a pesquisa de campo que privilegiou o entendimento das operações de críticas e operações de justificação face à instalação da empresa Vale.

Como referimos no primeiro capítulo, a instalação do megaprojeto Vale em Moçambique está ligado ao processo de globalização produtiva, aos objetivos de corresponder às demandas de carvão mineral em nível internacional, assim como às pretensões de alinhar os “objetivos do capital” aos interesses nacionais de fazer da mineração uma das áreas prioritárias para o “desenvolvimento” do país.

Por se tratar da mineração a céu aberto, alguns aspectos ecológicos, ambientais e sociais precisam ser levados em conta, pois

As minas a céu aberto matam tudo o que está a volta, alteram as coordenadas físicas e biológica de todo o meio ambiente, desestruturam a topografia e o solo inclusive pelo movimento do seu maquinário. A explosão da superfície causa destruição completa da área da jazida, das áreas usadas para depósito da terra removida (chamada ‘camada estéril’) para se atingir o

veio, bem como das bacias de rejeito. Primeiro impacto da mineração a céu aberto é a *perda da cobertura vegetal e do solo* que a sustenta, o chamado capeamento. Quantidades colossais de terra são removidas por escavadoras de arrasto (*draglines*) e pás mecânicas, e rejeitadas na paisagem circunstante. Explosivos potentíssimos fazem o trabalho de desmonta do solo e das rochas.

O carvão extraído é mergulhado em um líquido de densidade intermediária para separá-lo da terra e das rochas [...] e para triagem. Ele é seguidamente enxugado com água e substâncias tóxicas para a remoção desse líquido. O fluido resultante dessa lavagem (*coal slurry*), composto de água usada (*blackwater*), e os demais rejeitos desse processo não podem ser reciclados ou aproveitados e são expedidos para as bacias de rejeito, reservatórios não estanques que poluem o solo, a água e a atmosfera. (UCS, s.d., apud. MARQUES, 2015. Destaques acrescidos).

A análise das repercussões dessa atividade pode ser vista sob diversos prismas e dimensões sociais, mas vale fazer menção que as repercussões ecológicas e ambientais apontadas no trecho acima são uma fase *a posteriori* à desocupação social do território e formas de sociabilidade nele desenvolvido. A prática da mineração associa repercussões sociais, ambientais e ecológicas em simultâneo, assim como força o deslocamento compulsório e mudanças nas atividades de subsistência de populações locais afetadas e fagocitadas por interesses econômico-financeiros.



Figura 34: Extração de carvão mineral em larva a céu aberto da empresa Vale em Moatize.

Fonte: Acervo de D.S.J. (2014).

No caso da empresa Vale, ela desenvolve sua atividade de extração em lavra a céu aberto (mina a céu aberto) numa área de cerca de 24.000 hectares em Moatize. A mineração a céu aberto, inaugurada pela Vale, veio substituir a anterior forma de mineração – lavra subterrânea – praticada por empresas pioneiras na exploração de carvão em Moatize a partir do século XIX-XX. Do ponto de vista de produtividade a mina a céu aberto é atividade mais produtiva e acarreta “menor risco” de acidente de trabalho em relação à mina subterrânea. (WORLD COAL ASSOCIATION, 2014).

Na fase da instalação da mina (2007-2010) foram definidas comunidades de influência direta do empreendimento – abrangidas pela área da lavra e infraestruturas de suporte ao empreendimento – que precisavam ser deslocadas compulsoriamente para outro lugar. Trata-se de populações de Chipanga, Malabwe, Mithethe e parte da população de Bagamoyo que se localizavam nas proximidades e no interior da zona de concessão.

Atualmente a empresa Vale encontra-se em fase de exploração e expansão da mina. Esse processo como um todo afeta diferentes grupos sociais sobre os quais os efeitos indesejáveis da mineração recaíram, alguns das quais foram deslocados compulsoriamente pelo fato de residirem e/ou desenvolverem suas atividades na zona de concessão ou dentro do raio de riscos do empreendimento.

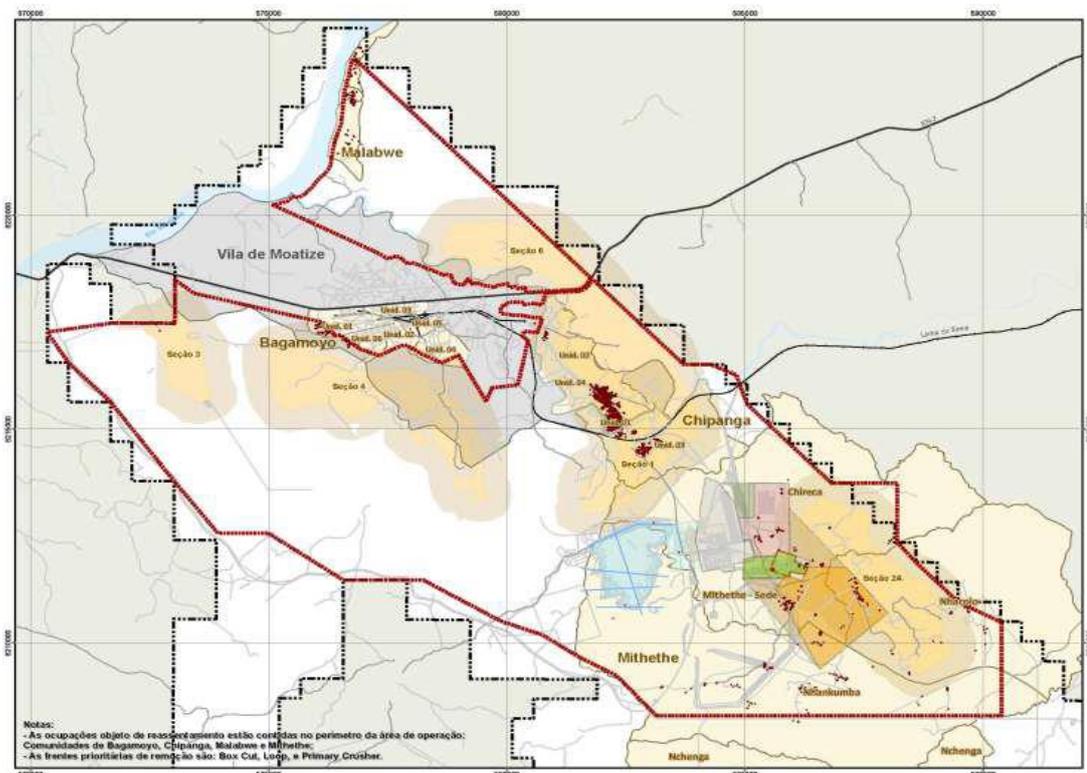


Figura 35: Área de concessão da vale e território das populações reassentadas.

Fonte: Vale (2014).

Como se observa no mapa, a vila de Moatize está no meio da zona de concessão da Vale; outrossim, as populações de Nchenga e Matambanhama e parte da população de Bagamoyo, apesar de se localizarem nas fronteiras da zona de concessão, não foram reassentadas, estando vulneráveis a todos tipo de “riscos” derivados da mineração da referida empresa.

Dados referentes à fase de cadastramento da população abrangida pela concessão da Vale revelam que em 2006 foram registradas 1.079 famílias (equivalente a um total de 5.182 pessoas) e 1.226 imóveis cadastrados. Em Chipanga todas as famílias foram abrangidas pelo reassentamento, totalizando 754 famílias; em Mithethe foram 344 famílias; 68 em Malabwe e, por fim, 29 famílias em Bagamoyo. Além de famílias, foram registrados 22 imóveis comerciais e um total de 11 instituições, das quais: oito igrejas, um posto de saúde e duas escolas sendo uma em Chipanga e outra em Mithethe; sete imóveis com outros usos e oito cemitérios. (EIA, 2006, p. IX.15-2).

Informações divulgadas posteriormente referem que em registros posteriores o número de famílias aumentou de 1.079 para 1.365 famílias, na medida em que novos domicílios foram registrados. O aumento verificou-se em 2006 e em 2007 como se pode ver na tabela a seguir:

Tabela 2: Domicílios registrados no reassentamento da Vale em 2006 e 2007.

Bairro/ Localidade	Nº de domicílios 2006	Nº de domicílios 2007	Total
Chipanga	842	30	872
Mithethe	350	16	366
Malabwe	68	11	79
Bagamoyo	32	16	48
Total	1292	73	1365

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados do EIA (2006) e Consultec (2014).

Dados do perfil demográfico revelam que a faixa etária da população era de 70% de jovens com menos de 30 anos de idade. Do ponto de vista socioeconômico, dados referem que 92% da população tinha *machamba*, 47% dos chefes de família auferiam renda inferior a um salário mínimo, 22% tinham emprego formal, isso agregado às arvores locais e locais sagrados que tinham importância e constituíam patrimônio sociocultural das populações locais. (EIA, 2006, p. IX.15-3).

O reassentamento de famílias abrangidas pela concessão da mina da empresa Vale foi diferenciado. As famílias foram tipificadas como *famílias rurais* e *famílias urbanas*. Essa divisão comportava indenizações e locais de reassentamento diferentes de acordo com cada grupo, sendo um reassentamento rural para as famílias tipificadas como *rurais* e o reassentamento urbano para as *famílias urbanas*.

Foram elegíveis para o reassentamento urbano 289 famílias, e as indenizações prescritas para essas famílias foram casas melhoradas de diferentes tipologias²⁸, uma torneira com água potável por cada residência e promessas de um hospital, uma escola, áreas desportivas, posto policial e mercado.

Para o reassentamento rural foram abrangidas 716 famílias, as quais deveriam ter como compensação casas melhoradas em zona rural, fontanárias de água de uso coletivo em cada 250 metros, uma escola primária, uma escola secundária, um posto de saúde, um posto policial e dois hectares de terra para dar continuidade à sua atividade de subsistência.

Desses distintos conjuntos – *urbanos e rurais* –, a diferenciação baseou-se na principal atividade de subsistência declarada pelo chefe da família. Por exemplo, as famílias cujo chefe do agregado tivesse um emprego formal foram tipificadas como rural, e os que não dispunham de um emprego formal, ou não o declarassem durante o cadastramento ou assumissem outras atividades fora o emprego eram tipificadas como rurais.

Como é notório, o grosso da população afetada pela Vale eram famílias que tinham na agricultura e na comercialização de produtos agrícolas, pesca e o fabrico de tijolos de argila sua principal atividade de subsistência, sendo a maior parte da população afetada proveniente do bairro de Chipanga (em torno de 64% das famílias). Além dessas tipologias houve um grupo de 107 famílias que voluntariamente preferiram uma indenização assistida para compra ou construção de nova moradia e 254 que preferiram o pagamento em dinheiro apenas. Ademais, houve também exumação e translação de corpos de ente queridos em cemitérios locais e/ou tradicionais para o novo cemitério construído pela empresa nas proximidades do reassentamento de 25 de setembro.

O reassentamento e a concessão de indenizações às famílias afetadas pelo empreendimento visavam permitir às famílias as melhores condições materiais – casas

²⁸As tipologias variam de tipologia “A” para a tipologia “E”. As casas de tipologia “A” são referentes a casas com um quarto e uma sala, tipologia “B”, para casas com dois quartos e uma sala, tipologia “C”, três quartos e uma sala, tipologia “D”, para quatro quartos e uma sala e, por último as casas de tipologia “E”, com cinco quartos e uma sala. O critério para a concessão das casas teve em conta a medida das casas no local de proveniência, sendo a casa de tipologia “A” a mínima compensação concedida a quem tivesse uma simples cabana de material convencional.

melhoradas, acesso fácil e melhor a serviços básicos – e melhoria da qualidade de vida. Para tal, o PAR tinha por objetivo:

- garantir a desocupação das áreas necessárias à implementação dos empreendimentos através do processo justo e negociado;
- criar mecanismos de participação que envolvam os atores diretamente relacionados;
- criar condições para que as pessoas e comunidades atinjam um grau de autonomia em relação à nova situação estabelecida a fim de evitar situações de dependência;
- formular propostas com vistas a garantir o provimento de condições de sobrevivência à população cujas atividades econômicas estejam vinculadas ao ambiente local (PAR, 2006, p. IX.15-2).

No momento da implementação do projeto, Moçambique não dispunha de uma regulamentação específica para reassentamento²⁹. O caso do reassentamento da empresa Vale baseou-se no regulamento do Banco Mundial que prevê que em casos de reassentamento as famílias atingidas devem ter condições superiores ou iguais às do lugar de origem. (HUMAN RIGHT WATCH, 2013).

O reassentamento constitui um dos aspectos bastante conturbados e sobre o qual soam diferentes críticas entre as populações reassentadas. Como resultado da contestação ao reassentamento, em janeiro de 2012 e abril de 2013 as populações reassentadas em forma de protesto bloquearam as vias de acesso da empresa e de escoamento de carvão mineral da empresa para visibilizar algumas das suas reivindicações.

Portanto, as denúncias e embates em torno das repercussões da mineração da empresa Vale é um processo corrente que trouxe à tona alguns aspectos inerentes à mineração, seus efeitos sociais e ambientais. No embate, além dos atores em conflitos (população reassentada e a empresa), intervêm outras entidades como as organizações da sociedade civil e o governo local. Estas entidades coparticipam no conflito trazendo justificações outras do seu envolvimento no conflito.

A pesquisa de campo permitiu constatar que do lado do governo existe o interesse em manter favoráveis os objetivos da empresa Vale de modo que ela continue produzindo para gerar renda econômica. Ao mesmo tempo em que o governo apoia a produtividade da empresa, ele coloca “mão dura” sobre a população reassentada, manifestantes e críticos do processo de reassentamento a que foram relegados e a perda de agenciamento em suas vidas.

²⁹ Vale referir que só em agosto de 2012 é que o país cria o Regulamento sobre o processo de Reassentamento resultante das atividades econômicas.

Não obstante, as reclamações e denúncias da população reassentada, a participação das organizações da sociedade civil, sua postura de advocacia às comunidades, essas organizações levantam questões ligadas à subjugação e/ou negação da cidadania de segmentos sociais afetados pela empresa e o desrespeito aos direitos humanos, que a seu ver o desconhecimento de leis e direitos, da parte da população afetada, contribui para a sua violação. Portanto, no sentido de mitigar “o sofrimento da população”, os representantes das organizações entendem que tais problemas podem ser resolvidos com a divulgação e o conhecimento de leis gerais e específicas da parte da população afetada.

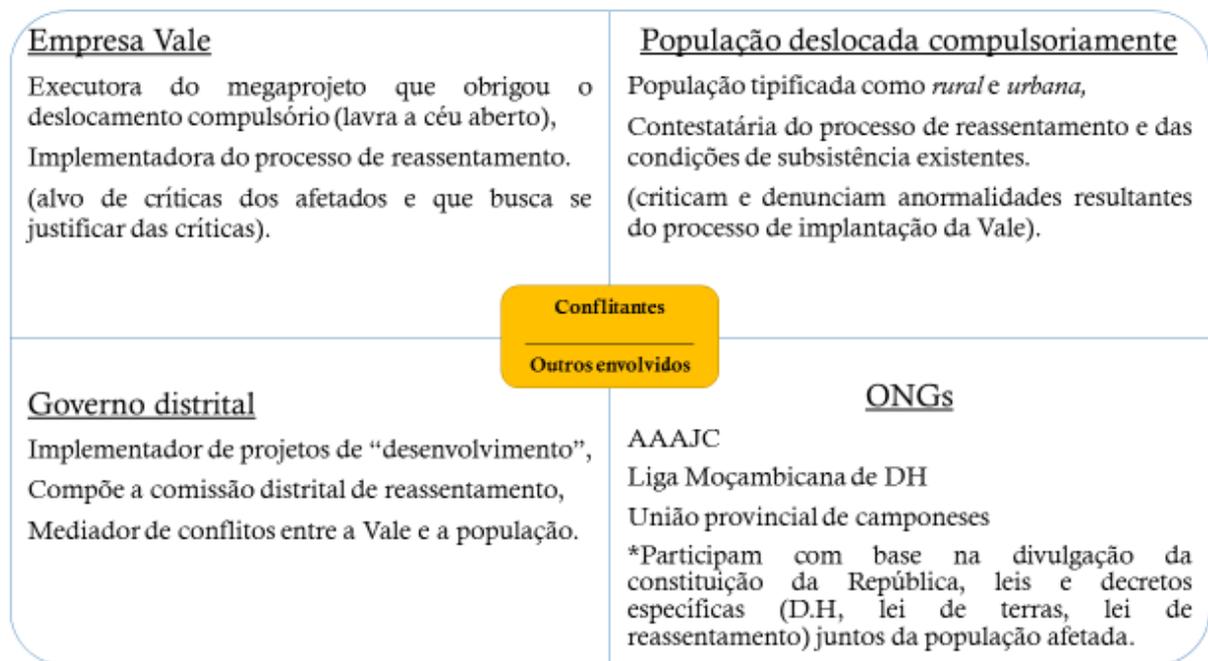


Figura 36: Síntese esquemática dos atores e entidades envolvidas no conflito em torno do megaprojeto da Vale em Moatize.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sob o ponto de vista teórico, vale a pena entender as justificações dos atores e entidades quando se envolvem nessa empreitada crítica, pois os atores, ao questionarem, proporem, denunciarem ou protestarem o rompimento da “normalidade”, têm um ideal de justiça que elas pretendem reclamar. Com efeito o tipo de argumentos e provas elencados para a disputa tem pressupostos valorativos sobre os quais se rege uma determinada coletividade política, social, cultura e situacional. (BOLTANSKI, 2000). Portanto, cabe discorrer sobre as justificações inerentes às críticas e justificações da crítica, analisar suas interconexões e fluxos, assim como compreender como elas funcionam e se comunicam como demonstrarei nos pontos seguintes.

4.3 “A VIDA QUE LEVÁVAMOS LÁ ERA MELHOR; AQUI EM VEZ DE MELHORAR A VIDA PIOROU!”: OPERAÇÕES CRÍTICAS EM PAUTA

A instalação e a presença da empresa Vale em Moatize têm sido o epicentro de controvérsias e embates entre populações reassentadas e a referida empresa. As gramáticas enunciadas pelos atores orientam-se por *operações justificações* entre os atores envolvidos.

As denúncias, queixas e manifestações da população afetada constituem as operações críticas em torno da instalação da empresa Vale. Aqui, a crítica é assumida como “o que vai interrogar, senão desestabilizar a ordem [...], os tamanhos dos seres que eram convencionados, com horizonte constante de uma ameaça de redefinição de hierarquia”. (FREIRE, 2013, p. 724). Nesta ordem de ideias, a crítica envolve situações de denúncias públicas pela injustiça que passa pela adoção de um conjunto de recursos gramaticais, os quais buscam colocar em marcha a questão de (in)justiça.

Neste ponto pretendo apresentar e analisar argumentos que orientam a crítica dos atores expostos nas denúncias em torno das consultas comunitárias feitas pela empresa Vale durante a fase de cadastramento, assim como as denúncias em torno das condições de vida existentes no seu lugar de reassentamento e as ações postas em marcha como uma ação crítica empreendida pelos autores.

4.3.1 Denúncias às consultas comunitárias

Durante a fase de instalação a empresa Vale levou ao cabo as audiências públicas³⁰ de modo a envolver integrantes da população afetada no processo de mudança e colher seu consentimento na escolha do lugar “ideal” para o seu reassentamento, construção de moradias e outras infraestruturas sociais. Dados referem que durante o ano de 2005 e 2006 a empresa levou a cabo as consultas comunitárias junto das populações localizadas na zona de concessão. Essa auscultação tinha por objetivo “envolver as comunidades de forma a manter uma relação de confiança e transparência” entre a comunidade e a empresa através da participação comunitária nas principais decisões tomadas. (EIA, 2007, p. XI. 5-7). Os trabalhos de campo para esta pesquisa, os relatórios e atas dos encontros mostram que as “audiências públicas” eram conduzidas pela empresa e contavam com a participação dos representantes do governo local que constituíam elo entre a empresa e a comunidade.

³⁰ Esse processo é também designado de consulta comunitária.

Geralmente os encontros eram anunciados aos líderes locais (secretários dos bairros, chefes dos quarteirões, células e de dez casas) pelos representantes do governo local, e estes por sua vez organizavam/informavam a população para que se fizesse presente na hora e no local marcado para o encontro.

Esses encontros, segundo dados levantados no campo, constituíam momentos de informação à comunidade afetada pelo empreendimento e não necessariamente uma “consulta” ou “audiência pública”, tal como documentam as enunciações seguintes:

Interlocutor D: *Nós fomos informados que devíamos sair porque naquelas áreas precisavam de explorar carvão. Eles chegavam, falavam e davam papel as pessoas para assinar, nós não sabíamos que aquilo era consulta, não havia uma explicação clara para a população [...], só o pessoal da empresa que vinha do Brasil, é que entendia bem essa coisa de reassentamento [...].*

Anselmo: Por que considera que não houve consulta?

Interlocutor D: *Não houve consulta Anselmo, eles só chegavam e diziam que nossas casas iam ser reassentadas, vinham só divulgar como ia funcionar o projeto, mas isso não é consulta. Consulta é chegar e dialogar, discutir e ouvir os próprios nativos para ouvir o que eles têm a dizer e ver se aceitam ou não, ou se podem mudar alguma coisa no programa, mas isso não aconteceu, eles só vinham ali para divulgar como a empresa ia funcionar e diziam os benefícios que íamos ter quando sairmos [...] Falaram tanto de emprego, como muitas pessoas estavam a anos sem emprego, com emoção de que íamos trabalhar aplaudíamos quando ouvíamos o branco [funcionários da empresa Vale] a falar e acreditávamos que aquilo ia acontecer (Trecho de entrevista com reassentado em Cateme, Junho/2015).*

Interlocutor V: *Quando a Vale chegou não houve consulta comunitária, eles só começaram a escrever as pessoas, porque é que estavam a escrever, não sabíamos, e nós como não estávamos preparados só pensávamos que fosse algo normal porque vinham lá com pessoas do governo, mas só depois é que nos apercebemos que aquilo foi anormal.*

Anselmo: Por que acha que aquilo não foi normal?

Interlocutor V: *você que estudou e não nós, você não sabe que para a pessoa ser tirado para outro lugar tem leis e a população tem seus direitos? Ser consultado não é uma pessoa chegar e falar coisas dele, a pessoa quando é consultada ela vai dizer o que quer, ou se aceita ou não, não é assim? Mas esses da Vale não fizeram assim, se formos em parte de lei eles não tem razão (Trecho de entrevista com reassentado, junho de 2015).*

O que está patente nos trechos de entrevista acima apresentados, além da denúncia de injustiça e irrupção ao curso normal de uma consulta pública, os atores, ao mesmo tempo que distinguem uma consulta pública de uma simples interação pública elencam um conjunto de traços normativos que regem uma consulta. Como se depreende das falas acima, os encontros não constituíam na verdade uma audiência comunitária, mas uma *audiência empresarial*, no sentido em que eram um espaço de interação entre representantes da empresa, atrelados ao governo local, e os integrantes da população que se pretendia deslocar. Nessa interação soavam mais o discurso e a linguagem empresarial em torno das oportunidades sociais que o

empreendimento iria proporcionar à população local, sobretudo de emprego e de casas novas que a empresa iria proporcionar. Essa situação assemelha-se à que Lopes (2012) analisa em sua tese. O autor constata uma situação semelhante e o sentimento misto vivido pela população em processos de consulta: por um lado, o de “insegurança relativo à possibilidade de perda” e do outro, “a grande euforia favorável à implementação do projeto, condição gerada pelo discurso desenvolvimentista e da ‘*oportunidade para todos*’ cultivado pela empresa e seus aliados”. (LOPES, 2012, p. 124. Destaque acrescido). Essa situação não difere da que foi seguida na “consulta” da empresa Vale, pois as promessas, a criação de expectativas, o jogo de emoções e provavelmente a difusão de informações inoportunas (em relação ao contexto e ao grupo alvo) ao serem praticados, desviavam as audiências públicas do essencial – ouvir e não se fazer ouvir os afetados.

Nesses encontros os representantes da empresa tomavam a palavra para empresa “passar a sua classe”, empregando termos e linguagem técnica e de pouca compreensão e decodificação para um público não familiarizado. Neste caso, vale fazer menção que o uso de discurso tecnicista, línguas de pouco domínio a nível local (português) e discursos desenvolvimentistas constituiu uma estratégia para desviar as atenções em relação ao objetivo real da uma consulta pública, tal como foi referido nas falas anteriormente expostas.

Embora o deslocamento da população tenha ocorrido entre novembro de 2009 a maio de 2010, os desencontros entre a empresa e a população iniciaram-se nos primeiros contatos, no momento da auscultação das comunidades locais e de outras partes interessadas e afetadas pela atividade da empresa. Neste caso, depoimentos dos afetados, ao referirem que as consultas públicas constituíam um momento de informação à população acerca dos prováveis ganhos que passaria a ter com o funcionamento do projeto, ignoravam a essência do encontro. Portanto, o domínio do discurso empresarial faz referência à pretensa “supremacia” do econômico-financeiro sobre o social, tal como referem Valencio et al. (2014, p. 173):

a garantia da funcionalidade presente ou futura dos projetos de acumulação corresponde a obstruir a legalidade e/ou a legitimidade de outros projetos sociais, orientados para a produção de um lugar; isto é, corresponde a barrar/dissipar/inviabilizar aspirações coletivas não sintonizadas com a lógica econômica de contínua desorganização e reorganização de territórios.

A participação da população na escolha do lugar onde seria reassentada constitui um dos momentos da consulta e do “estabelecimento da (des)confiança” entre as partes envolvidas. Em princípio, a escolha da zona para o reassentamento é feita pela empresa para o órgão específico da comissão de reassentamento que vela pela área de planejamento e

infraestrutura. No caso de Moatize foram os Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI). De acordo com o depoimento técnico,

O SDPI participa na gestão e supervisão no uso do espaço de um lado, e do outro, a quando da deslocação das comunidades atingidas pela mineração. Neste último caso, nós participamos na escolha de novos lugares para o reassentamento [...] técnicos e consultores contratados pela empresa mineradora nos apresentam as áreas, geralmente são três áreas apresentadas, cabendo a nós e a comunidade a escolha do lugar desejável, uma das coisas que pesa na escolha da nova área é a fertilidade dos solos, facilidade no acesso a água e a possibilidade de se manter o modo de vida igual ou superior ao do lugar de origem (Trecho de entrevista: Técnico do governo distrital, abril/2015).

O relatório técnico do estudo das áreas alternativas para o reassentamento da empresa Vale (2006) apresentou oito áreas prováveis para o reassentamento rural que foram: Inhangoma 1, 2 e 3, localizadas a 25 km a leste da vila de Moatize; Mphanzue e Matsatsa, a 30 km da área de concessão; Tsungu, localizado a sudeste, ao longo da margem esquerda do rio Zambeze; Malabwe, localizada junto à comunidade de Malabwe a 6 km da Vila de Moatize; e Calambo, situada a cerca de 30 km a sudeste da vila de Moatize. Das oito áreas apontadas, a área de Inhangoma 2 foi indicada para o reassentamento por possuir “uma grande extensão de terras propícias à instalação da atividade agropecuária”, entre outras atividades de subsistência praticadas pela população afetada.

Quanto ao reassentamento urbano, o governo provincial apresentou três áreas alternativas para o reassentamento dessas famílias que eram Chithatha, localizada dentro da vila de Moatize; área próxima ao povoado de Guluare, localizada no interior da localidade sede de Moatize; e Capanga, localizada na localidade de Benga e *próximo às margens do rio Rovubwé*. Dessas, a área escolhida para o reassentamento foi Capanga por se tornar acessível ao reassentamento e por ser a área capaz de manter a população “*o mais próximo possível dos centros consolidados na província e das redes de serviço público*” (RELATÓRIO TÉCNICO DO ESTUDO DAS ÁREAS ALTERNATIVAS PARA DEFINIÇÃO DA ÁREA ANFITRIÃ, 2006, p. 51. Destaque acrescido).

Uma vez que o parecer técnico favoreceu que parte do reassentamento ocorresse em Inhangoma 2, o passo a seguir seria a apresentação da área à população, de modo que ela se familiarizasse e fosse auscultada em relação ao lugar escolhido. Depoimentos recolhidos durante o trabalho de campo referem que houve enorme simpatia da parte da população em ser reassentada em Inhangoma 2, razão pela qual tinham começado a assumir a ideia e esboçado alguns projetos de vida no novo território, buscando assim características comuns em relação ao seu território. Contudo, outro lugar acabou sendo indicado para o reassentamento

da população. Apesar da resistência/rejeição da população em assumir o novo lugar, tal fato não surtiu efeito desejado. A situação está implícita nas falas captadas durante a pesquisa de campo:

Primeiro nos levaram e foram nos mostrar uma zona lá perto de Inhangoma, chamam de Inhangoma 2, levaram-nos e disseram que queriam construir nossas casas ali, nós gostamos do lugar, tinha rio e uma baixa para fazer machamba, lá nós não havíamos de sofrer por causa de água, nossos animais estariam bem e íamos viver a nossa maneira porque *a vida de lá não era diferente de Chipanga, onde saímos, lá a estrada e a vila estavam perto do que aqui [...]*, mas *depois de algum tempo nos falaram de outro lugar, muitos reclamaram porque já sabíamos que essa zona de Cateme não presta* (Trecho da conversa com reassentado X, Cateme, maio/2015).

Não queríamos sair porque *vimos que não tinha vantagem [...]*, *exigimos que a Vale viesse para conversar lá em Chipanga*, a Vale correu para falar com governador [...], ele quando chegou começou logo a insultar a população e disse “você quer como não devem sair, estão a cagar em cima de dinheiro, aqui onde estão está cheio de dinheiro, deixa esses levar esse dinheiro e vocês vão fazer nova vida, vão mudar a vida, eles vão fazer produção”. *Nós saímos, o que íamos fazer, até o nosso governo não estava do nosso lado* (Trecho da conversa de campo, Interlocutor M, 25 de setembro, junho/2015).

As pessoas tentaram se organizar, mas quando trouxeram aquela informação as pessoas ficaram assim, *mesmo se a gente reagir eles disseram que iam trazer máquinas para destruir as nossas casas, quem quisesse ou não quisesse devia sair*. Nós não queríamos sair *porque algumas pessoas já conheciam a situação desta zona, aqui em Cateme não há produção* (Trecho de entrevista, Interlocutor D, Cateme, junho de 2015).

A princípio, a localidade de Inhangoma 2 correspondia às expectativas da população, pois as condições agroecológicas favoreciam a continuidade dos modos de (re)produção praticados no lugar, como o acesso ao rio Moatize, a prática da agricultura e pesca, o artesanato, a queima de carvão e a coleta de capim. Essas atividades além de serem práticas rotineiras da população, sua proximidade das vias de acesso à Vila de Moatize e o fato de Inhangoma 2 estar mais próximo à Vila de Moatize, permitiriam a comercialização da produção da população.

Contra as expectativas e projeções da população o reassentamento ocorreu em lugares diferentes dos inicialmente indicados. Os lugares definidos e onde ocorreu o reassentamento foram Cateme, reservado para o reassentamento de famílias consideradas de perfil rural, a 37 km da vila de Moatize, e a unidade 6 do bairro 25 de setembro para as famílias consideradas urbanas, arredor da vila de Moatize.

A escolha e aprovação de um lugar pela população, quando mais tarde com pouco envolvimento comunitário, constitui um pressuposto que esvazia o sentido dos sujeitos, seu

envolvimento e consentimento comunitário ao longo das ditas consultas comunitárias. Essa situação indicia que houve *objetivação* da população – os afetados, sujeitos sociais, foram “reduzidos a meros objetos”, ou seja, sujeitos “sem voz e nem vez” na tomada de decisões fundamentais de suas vidas.



Figura 37: Mapa da localização das mineradoras, zonas de proveniência e os locais de reassentamento de populações.

Fonte: Human Right Watch (2013).

As denúncias e críticas da população afetada revelam que desde o processo de consulta ao processo da escolha do lugar para o reassentamento, a vontade empresarial, da aliança entre empresa e o governo dominaram as aspirações e expectativas sociais (fracassadas) dos afetados. Neste caso, houve o esvaziamento da condição de sujeitos do processo como um todo dos que deveriam ser sujeitos. Esse fato não ocorreu sem lutas e resistências, tal como as falas anteriores permitem enxergar.

A resistência da população em aceitar de ânimo leve a proposta de novos lugares para serem reassentados não se deve apenas ao conhecimento anterior da zona, mas também ao questionamento sobre a lógica que presidiu a escolha de Cateme ou 25 de setembro para o seu reassentamento, pois já havia um conhecimento sobre a área onde seriam deslocados. Nessas incursões, os atores buscam fatos históricos e eventos passados, mas de um passado mais

recente que o passado para confrontar o momento atual, ao mesmo tempo em que põem em jogo o senso de justiça que eles próprios buscam colocar em marcha denunciando os mecanismos de persuasão feitos pela empresa, tal como atestam os seguintes depoimentos:

A Vale nos prometeu tanta coisa, diziam que iam nos dar bois, pombais, machambas diziam que iam nos dar assistência em alimentação durante 5 anos e, essas casas em caso de uma irregularidade eles iriam assumir, prometeram transporte público para ir e voltar a Moatize eles iriam se responsabilizar e prometeram emprego [...], mesmo eu envelhecer, meus filhos e netos iam ter emprego na empresa enquanto a empresa estiver a funcionar [...], prometeram que cada casa teria torneira, [...] a Vale prometeu que tinha possibilidades de contratar uma empresa de fora para canalizar água do Rio Rovúbwe para aqui [...], naquela altura, o branco [funcionários da Vale] falavam com toda a firmeza, diziam que isso vai acontecer, [...] como o nosso governo estava do lado, confiávamos que se houvesse algum problema o governo ia servir como árbitro, não sabíamos que isso ia ficar assim (Trecho da entrevista, interlocutor D, Cateme, junho/2015).

A empresa usou papo [...] sabe o que é mentir para um adulto como se estivesse a mentir para uma criança, prometeram tanta coisa só para nós aceitarmos, mas nós como éramos crianças pusemos aquilo na cabeça, hoje quando queremos reclamar ou exigir dizem que estamos a mentir porque aquilo não foi escrito, eles só falaram, por isso chorando como não nossa vida continua na mesma (Trecho de entrevista, interlocutor R, Cateme, junho/2015).

É interessante notar que os dispositivos que os atores acionam para sustentar a crítica (neste caso, as promessas feitas e o uso de discursos técnicos durante os encontros com a população) indicam que houve aproveitamento da “incapacidade” da população em compreender e interpretar o sentido e o conteúdo das enunciações, mesmo que fosse de forma não intencional. Portanto, outro aspecto constatado durante a pesquisa é que havia um fluxo contínuo de promessas, quase que todas feitas de forma verbal, o que dificulta atualmente uma reivindicação sólida sobre os termos dos acordos. O memorando de entendimento, que deveria constituir um documento sólido sobre os acordos alcançado, não é do conhecimento, nem está na posse das comunidades. Ademais, a presença e a postura do governo ao longo do processo, desde o seu início até atualmente, faz com que este seja alvo de críticas dos afetados, pois esse é o pressuposto presente em todos os momentos da crítica dos atores, e, de algum modo, deslocam ou direcionam a crítica para a empresa e/ou para o governo local.

4.3.2 Reassentamento crítico como crítica ao reassentamento

O reassentamento da Vale constitui um dos problemas bastante contestados não só pelo processo antecedente, tal como foi analisado anteriormente, mas por várias outras questões localmente vivenciadas pela população incompatíveis com o curso “normal” de vida, ao menos nos moldes habituais antes de serem deslocados.

O deslocamento compulsório das famílias afetadas para as zonas de reassentamento ocorreu entre novembro de 2009 a maio de 2010. A ideia era que o processo de reassentamento só poderia ocorrer assim que as compensações pelo deslocamento estivessem concluídas. Os pacotes de compensação para os agregados reassentados incluíam uma casa de alvenaria com telhado de zinco e estruturas separadas para a cozinha, casa de banho e celeiro para o armazenamento das colheitas. Em alguns casos, a compensação incluía currais para gado.

Além de compensações familiares, haveria infraestruturas sociais a ter em conta, como hospital, escola, posto policial, assim como ter criadas/garantidas as condições de subsistência como o acesso a água potável, terras para o cultivo, etc. (HUMAN RIHGT WATCH, 2013; JUSTIÇA AMBIENTAL, 2012). Contudo, devido à sede pela mineração e ao início do negócio de carvão, o reassentamento acabou ocorrendo sem que algumas das condições fossem criadas e sem que algumas promessas fossem cumpridas na íntegra. Aliás, algumas condições foram criadas só depois de a população ser reassentada. A esse respeito, a entrevista com integrante da sociedade civil refere que:

O reassentamento foi incompleto porque se subentende que o reassentamento é a criação de condições e restauração das famílias com condições iguais ou superiores às do lugar de origem, o que acontece é que não houve essa preocupação de tornar uma vida igual e garantir a subsistência das famílias que eram retiradas porque as famílias foram reassentadas sem que tivesse lá condições básicas como hospital e escola, este caso se aplica ao reassentamento de 25 de Setembro, mas 3 ou 4 anos depois é que tiveram hospital, mas falta escola, posto policial, campo de futebol, posto policial, iluminação nas ruas e outras atividades de lazer. Em Cateme as pessoas foram reassentadas sem garantia de água [com acesso deficitário de água potável], algumas fontanárias foram colocadas, mas estas não suportavam todas as necessidades das famílias, havia problemas sérios e esses continuam, as terras não são férteis, as pessoas estão distantes dos rios, onde as famílias viviam era a berma do rio e podiam desenvolver agricultura e outras atividades sem nenhum problema (Trecho de entrevista, integrante da sociedade civil 1, Maio/2015).

Esses problemas foram reportados pela população logo após o reassentamento em 2010, mas a partir novembro de 2011 as reclamações e queixas começaram a seguir trâmites burocráticos, quando os reassentados, por iniciativa própria, submeteram uma carta-queixa ao governo de Moatize e à empresa Vale solicitando uma intervenção rápida nos problemas enfrentados pela população reassentada. Devido à falta de respostas, em janeiro de 2012 e abril de 2013 as contestações tomaram outro rumo, tal como atesta o seguinte trecho:

o conflito degenerou na paralisação, por parte das populações manifestantes, do comboio [trem] que transportava o carvão da Vale pelo Corredor da Beira. Cerca de quinhentas pessoas barricaram e obstruíram as vias de acesso ferroviária e rodoviária na zona de Cateme, exigindo do Governo e da empresa Vale o cumprimento de uma série de promessas do pacote de reassentamento, relacionadas com o acesso à água, terra fértil, saúde, energia e habitação melhor. (CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA, 2014, p. 02).

A qualidade das casas, o acesso aos serviços básicos, às *machambas* produtivas e sem pedras foram apontados como problemas que geraram a revolta social dos reassentados, pois as residências estavam num modelo “diferente” da proposta inicial apresentada às populações pela empresa e a maneira como a população local construía suas residências. Geralmente as residências de Moatize apresentam uma fundação na estrutura de base das moradias, pois se entende que esta é que garante a durabilidade, a qualidade e segurança da moradia. Esses pressupostos foram tomados pela população e parte dos técnicos entendidos na matéria para justificar a qualidade das moradias construídas pela Vale na medida em que algumas moradias encontram-se em nível de degradação elevado e apresentavam rachas e fissuras, o que criava um espectro de insegurança e comodidade para as famílias que nelas passaram a morar. A situação referida pode ser notada nas falas seguintes:

Está a ver essa casa aqui, quando chove entra água de todos os lados, é de cima, de baixo e das paredes, não tem lugar seguro dentro de casa. Essa racha aqui [apontando para a rachadura sobre a parede de sua casa], a pessoa quando está dentro consegue ver o que está aqui fora, temos medo de mudar de roupa mesmo dentro de casa, senão aquele que está a passar da rua pode nos ver [as pessoas que estavam a volta riram], é casa isso? Veja aquela casa [apontando para a casa vizinha], quanto tempo vai durar a casa? Não vai desabar sobre nós? Um dia posso sair e voltar enquanto meus filhos já estão mortos porque a casa desabou [...], a pessoa não pode ficar feliz e dançar na sua própria casa, senão a casa vai dançar também [estremecer], são esses os problemas que a Vale nos criou com o apadrinhamento do governo (Trecho da conversa com reassentado M, 25 de setembro, maio /2015).

As casas que nos deram, elas foram mal construídas, as casas não têm alicerce, o governo junto com a empresa tentou encontrar uma solução sobre

o problema, eles decidiram mandar um empreiteiro para colocar uma base de modo a deixar a casa mais segura. Além de alicerces, as casas têm rachas e uma cobertura que não serve muito, quando chove há filtração de água das paredes, é esse problema que nos coloca em luta com a Vale. Quanto aos kits que nos deram, ao dar aquilo ali a empresa brincou com a população, porque [gesticula mostrando para um celeiro feito de chapas de zinco caído e desfeito no chão] aquele celeiro ali quanto tempo levou? Nós discutimos com os representantes da empresa, mas como a empresa é renitente as coisas ficaram assim o que cria barulho com a população até hoje (Trecho de entrevista com liderança R, Cateme, maio/ 2015).

Como se pode notar, a problemática das casas ainda é um problema corrente e já houve tentativas de reabilitação das casas. Para tal, foi contratada uma empresa para *reabilitar casas novas*. Durante o processo de reabilitação/reparação de casas novas integrantes da família se abrigavam em tendas improvisadas e recebiam um valor monetário por ter permitido a reabilitação da sua casa. Não obstante ao incentivo financeiro, o processo não teve aderência de toda a população, pois para a grande maioria dos reassentados o que estava em causa era a estrutura das casas em si, o que indiciava problemas estruturais e técnicos de construção. Estes problemas técnicos alimentavam uma nova onda de contestação exigindo a construção de novas casas, construídas com fundação subterrânea.

Além das condições das casas, as disponibilidades de *machambas* férteis contribuíram para alimentar as ações do conflito no passado e atualmente continuam sendo os mesmos problemas reportados em todos os reassentamentos. No caso das famílias reassentadas em Cateme, pelo seu “perfil rural”, a compensação pela *machamba* deveria incluir dois hectares de terra para o cultivo, que seriam usados de forma alternada, em contexto da agricultura de sequeiro. Com efeito, até princípios de 2013 as famílias tinham recebido apenas um hectare, depois de sucessivas contestações dos reassentados em exigir o segundo hectare de terra prometido à população e as queixas da falta produtividade do primeiro hectare de terra, as famílias reassentadas receberam o valor monetário de 119 mil meticais de compensação para a “compra³¹” de uma *machamba*. Apesar do pagamento de 119 mil meticais para a “compra” do segundo hectare, há um número de 43 famílias que não receberam ainda o primeiro hectare de terra desde o reassentamento. Outras ainda reclamam da morte do gado e de animais de criação, devido às dificuldades que enfrentaram no início para se adaptar ao novo território. Na verdade a grande perda sofrida pela população foi a perda material e simbólica do território e seus “recursos” e, com isso a perda de agenciamento e capacidades de assumir,

³¹Esse constitui um ponto bastante contraditório, pois de acordo com a Lei Moçambicana a terra é propriedade do estado, sendo ilícita a compra e venda da terra, ao menos do ponto de vista legal; contudo, o pagamento do valor às famílias tinha esse objetivo.

como sujeitos ativos, as rédeas de suas vidas e destinos. Isso é comprovado pelos seguintes depoimentos:

Nas *machambas* nós como população fomos lesionados, é claro houve alguns que calharam num bom lugar para o cultivo, mas *a grande maioria de nós teve terras impróprias que quando cultivamos não produz, mas também temos outro barulho sobre machambas, tem 43 famílias que estão sem machamba aqui, algumas até não tiveram o primeiro hectare ou alguns suas machambas foram arrancadas pelos nativos*, este problema é do conhecimento da empresa e do governo, é um problema que ainda está a preocupar a população (Trecho de entrevista, interlocutor R, maio/2015).

Olha *aqui não tenho nada aqui, eu não tenho machamba*, quando cheguei aqui tinha machamba, mas *desde 2012* que estou sem machamba. Já *metemos tantos documentos que estão aqui arrumados, fizemos cartas para a administradora do distrito e para o governador lá em Tete, mas até hoje nada [...] se dizem que sou camponês, qual é o camponês que vive sem machamba?* Quando chegamos aqui perdemos muito gado, mas a empresa não se responsabilizou, o gado não conseguiu com esse capim daqui e morreu. Eu perdi 4 cabeças de boi [...].

Anselmo: O que aconteceu com a machamba que tinha?

Interlocutor D: *fui arrancado com os donos, eles disseram-me para não voltar mais naquela machamba e se eu insistisse eles agiriam pela via de magia, isto porque segundo eles, a pessoa que nos deu a machamba [subentende-se Vale/governo] prometeu-lhes alguma coisa e não cumpriu [...]* (Trecho de entrevista, interlocutor D, Cateme, junho/2015).

Como se entende, alguns problemas relatados atualmente são os mesmos reportados em vários estudos sobre a contestação que degenerou em 2012 e 2013. O agravante desse processo todo é o fato de haver ainda ações e mobilizações sociais contínuas da comunidade mandando cartas formais dirigidas ao governo e à empresa relatando problemas já reportados. Os documentos aos quais tive acesso durante a pesquisa de campo e os depoimentos de ambas as partes (lideranças, visados, governo) o comprovam; contudo essas estratégias têm sido demoradas ou fracassadas; percebendo o fracasso da estratégia “pacífica”, as ações que têm proporcionando êxitos às demandas dos reassentados são as que culminaram no bloqueio das vias de escoamento da empresa. Em função desta constatação, da qual integrantes da população estão cientes, cria-se o espectro de que só com bloqueio da via de escoamento de carvão da empresa Vale é que as exigências da comunidade poderão ser cumpridas.

Outro fato que vale a pena fazer menção tem a ver com o surgimento de novo tipo de conflitualidade: *o conflito de terras* entre os nativos de Cateme e os reassentados, pois os primeiros procuram reaver parte de suas terras concedidas aos reassentados. Este fato tem a ver com o de que com a chegada dos reassentados parte de suas terras, principal atividade de subsistência, lhes foi retirada para a construção de moradias e outras infraestruturas sociais,

assim como para serem concedidos aos reassentados para fazerem machamba, na promessa – e não na condição – de que depois de algum tempo teriam mesmas oportunidades e tratamento com os reassentados. Na pesquisa de campo em conversas com parte dos nativos esse fato foi confirmado, pois uma das promessas feitas para que parte das suas terras fosse expropriada e entregue aos reassentados foi de que eles também teriam tratamento e oportunidades iguais aos reassentados, o que ainda não ocorreu, razão pela qual os nativos e reassentados disputavam pela posse da terra fértil existente em Cateme.

As críticas apresentadas anteriormente constituem o prenúncio de algo maior por detrás das justificações da qualidade das casas e do acesso às *machambas*, a questão do acesso à água potável, a morte do gado e outras questões reclamadas. Esses problemas estão ligados às dificuldades de (re)produção do modo de vida do antigo território e são colocados em pauta para anunciar as mudanças radicais em relação às formas precedentes de sobrevivência no lugar de origem, pois com o deslocamento compulsório, outras dimensões da vida social foram afetadas. Neste caso, “dimensões pouco visíveis do território foram acionadas” (SIGAUD, 1992 apud, DAOU, 2014, p. 111), não só do ponto de vista verbal, do ponto de vista pragmático, que é o caso das populações que abandonam o reassentamento e regressam para o lugar de proveniência para se (re)encontrarem, reatarem e ganharem a vida no lugar de antes da chegada da Vale, em outro tempo cronológico e existencial cujas motivações só na primeira pessoa se pode narrar:

Interlocutor V: Nós saímos daqui de Chipanga para Cateme, mas *quando chegamos em Cateme vimos que aquilo que nós combinamos eles [a empresa Vale] não estavam a cumprir, nós tínhamos machamba de mapira, milho e muitas coisas que cultivávamos, quando chegamos aqui recebemos 1 hectare para fazer machamba e com as reclamações nos deram 119 mil pelo segundo hectare que deviam nos dar. A minha machamba produz bem, até aqui tenho muito milho guardado no celeiro, e esse milho vem de lá em Cateme, mas nem todos tiveram uma boa machamba, meu irmão e outros meus vizinhos não tiveram boa terra [...] a coisa dada não é como algo que alguém escolhe sozinho, a pessoas escolhe o que está a gostar, agora ser dado, não se escolhe, só se recebe o que é dado [...] aqui é nossa zona de origem, nossos espíritos estão aqui em Chipanga.*

Anselmo: Por que decidiram voltar para Chipanga?

Interlocutor V: Em Chipanga *ainda não voltamos completamente, só começamos a fazer tijolos, os que estão a voltar são aqueles de Malabwe, lá em Cateme eles já abandonaram casas para irem a Malabwe. Nós estamos a voltar para fazer tijolos* porque a Vale prometeu nos dar uma indenização para tentarmos fazer a vida de outra maneira, agora, com esse atraso de não nos pagar, uma vez que já não podemos esperar por muito tempo sem fazer nada nós estamos a voltar para fazer tijolos. Os funcionários da Vale passam sempre daqui e perguntam o que estamos a fazer aqui. Nós mandamos eles irem dizer aos chefes deles que nós já estamos a voltamos para nossas terras (Trecho de entrevista, Interlocutor V, Chipanga, junho/2015).

Interlocutor C: A Vale quando veio para aqui no Malabwe prometeu muita coisa, mas quando cheguei lá não encontrei nada do que eles prometeram [...], depois eu fui lá na CARBOMOC [escritório da Vale em Moatize] para lhes perguntar por aquilo que eles me prometeram, eles não me deram resposta, então eu lhes informei que estava a voltar para minha terra [...] *em Cateme não há vida*, então decidi voltar para aqui. Desde muito tempo que não sei ir para o mercado *comprar comida, é peixe, feijão, tomate, lenha e tudo aqui tenho, aqui uso dinheiro para comprar sabão, açúcar e sal, mas lá [em Cateme] comprava tudo isso.*

Anselmo: E tua casa lá em Cateme como ficou?

Interlocutor C: Tinha deixado com minha mulher, mas ela me perseguiu, está aqui também [...], até muitos meus vizinhos já estão a voltar para aqui (Trecho de conversa de campo, Interlocutor C, Malabwe, junho/2015).

As falas acima revelam uma transição do discurso/reflexão para a ação dos atores (RICOUR, 1987), trazem para a discussão a diferença essencial entre lugar e território. Se o primeiro constitui um espaço físico, neste caso onde a população foi reassentada, o segundo pressupõe não apenas o lugar ou espaço habitado, mas também lugar de pertença, seu sentido simbólico, sua ontologia e axiologia. O regresso dos reassentados para Chipanga ou Malabwe enuncia que a dimensão territorial foi acionada para a crítica dos atores, as falas como “*ainda não voltamos*” ou “*em Cateme não há vida*” são reveladoras de que por detrás do sentimento de pertença e não pertença a significação de território e lugar não se condizem necessariamente:

Aqui não tem nada, aqui é zero, primeiro é a *atividade de fabrico de tijolos que lá [Chipanga] se praticava e aqui não pode se praticar, as mães e os filhos mais velhos iam para lá tirar lenha e fazer carvão, iam na vila para vender carvão e lenha, ou vassouras feitas de capim, agora aqui já não tem, nem trabalho não temos* (Trecho de entrevista com reassentado X, Cateme, junho/2015).

Apesar da crítica envolver grandezas, o fulcro da questão é a mobilização em torno de questões pouco comuns como a mobilização social causada por entes naturais não humanos. Nos trechos de entrevistas acima apresentados, adjacente ao território, os *entes* naturais são acionados para referir seus efeitos sobre a vida social, tal como a *machamba* em alusão à terra de cultivo, peixes e ao rio, estando em jogo a *ambientalidade* do conflito, pois os *entes* da controvérsia deixam de ser “necessariamente, as pessoas, os coletivos ou instituições, mas os elementos naturais”. (BODT, 2015, p. 93. Tradução livre). Esses *entes* têm agência sobre o social na medida em que sua perda e/ou privação teve efeitos nefastos sobre a vida da população afetada e deslocada compulsoriamente pela empresa Vale, pois:

O deslocamento ou remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes uma nova localização, como condições físicas diferentes, não permite a

retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar com o desmoronamento da memória e da identidade centradas nos lugares. Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a sua desestruturação [...] pois, se vislumbra nesses casos, no máximo, uma nova territorialização forçada, que impõe uma mudança social profunda, envolvendo também transformação das relações dos grupos com o seu novo “meio ambiente”. (ZHOURI; LASCHEFISKI, 2010, p. 25).

Este fato confronta com a tipificação (rural ou urbana) que a população foi atribuída durante a fase de cadastramento da população. Nestes moldes a territorialização forçada é posta em causa através da maneira como os autores se entendem a si próprios e não em categorias rígidas em que foram atribuídos, o que permite questionar o sentido e o alcance das tipificações feitas à população na fase de cadastramento. É interessante notar como os atores mobilizam suas críticas à tipificação feita a partir do seu território:

Em Chipanga eu tinha muita experiência de conseguir viver, ia capinar, fazia tijolo com meu marido, cortava lenha para vender e fazia pombe [...], eu sou curandeira, costumava ir no mato tirar raízes e tratava as pessoas, andei tanto, cheguei em Maputo e Nampula por causa desse meu serviço, até aqui tenho uma casa de espíritos onde ficam meus remédios lá lá, quando tenho tempo vou buscar no mato, algumas vezes as pessoas voltam porque não tenho remédio para tratar doente, quando estava lá, bastava alguém chegar eu dizia para esperar e saia a correr para o mato, logo voltava com raízes para curar a pessoa, agora lá esses da Vale nos tiraram e já não encontro raízes para tratar as pessoas (Excertos da conversa de campo com Reassentado M., 25 de setembro, maio/ 2015).

Eu fui o fundador da olaria em Chipanga, quando a Vale chegou me encontrou a fazer tijolos a mais de 15 anos pagava imposto anual pelo uso da terra para o fabrico de tijolos. Eu tinha cerca de 15 trabalhadores [sazonais], eu e meus trabalhadores vivíamos a maneira. Com olaria construí a minha casa e casas para os meus filhos, tinha mais de 10 bicicletas em casa e acabava de comprar motorizadas. A Vale veio me encontrar quando já tinha tudo isso, faltava pouco para comprar carro, desde que a Vale chegou parei com meu trabalho [...], normalmente eu fazia por ano 15 a 10 fornos por ano e cada forno levava 40 mil a 50 mil tijolos [...] desde 2010, quando fui reassentado até hoje não estou a fazer nada (Trecho da entrevista, reassentado C., Cateme, junho/ 2015).

Eu era catadora de lenha, quando a Vale chegou e começou a fazer levantamento no bairro, na minha casa foram mais de 3 vezes e não me encontraram, eu não parava em casa porque passava a vida lá no mato a trabalhar, cortava lenha e carregava para vender. Para esses da Vale me encontrar tiveram que me notificar com o chefe do quarteirão, nesse dia não fui cortar lenha, quando eles chegaram, fizeram perguntas e me disseram que iam nos tirar eu perguntei para eles se iam conseguir me sustentar com os meus filhos, porque eu era viúva [...] (Excertos da conversa de campo com uma reassentada R, Cateme, maio/2015).

Em Malabwe, minha zona de origem a vida era diferente daqui, lá estávamos perto do rio e era fácil aproveitar os recursos disponíveis para sobrevivermos a nossa maneira, pescávamos, cortávamos lenha para consumir e vender, as mulheres pescavam e deixavam o peixe a secar para depois vender. Lá cultivávamos sempre e tínhamos o que comer sempre. As verduras que produzíamos, as mulheres deslocavam e iam vendiam no mercado de Moatize, por isso mulher de Malabwe na altura não é como aqui [no reassentamento], mulher de Malabwe na altura não dependia do homem, a mulher estava sempre a trabalhar e produzir e tinha alguma autonomia [...] produzíamos milho, mapira, batata doce, feijão nhemba, abobora, tomate, pepino, couve, cenoura, alho, etc. produzíamos sempre porque estávamos a beira do rio, produzíamos para consumir e para vender, o dinheiro da venda servia para compra de vestuário e outros meios como sal, açúcar, petróleo de iluminação, mas nunca comprávamos comida. Criávamos animais e os jovens sobreviviam com base no artesanato, produziam esteiras, peneiras, cestos, gaiolas, os jovens além de caçar Mbewa que vendiam (Trecho de entrevista, reassentado C, Cateme, Junho/2015).

As falas acima evidenciam junto à mobilização da crítica feita que existe uma ligação entre o lugar de proveniência, a história pessoal e a atividade de sobrevivência de cada sujeito reassentado, pois além de serem meros reassentados iguais uns aos outros e redutíveis a simples categorização “rural ou urbano”, suas lendas pessoais não se encaixam dentro das categorias elaboradas com fins empresariais de divisão e tipificação monotípicas de atores híbridos e plurais em suas atividades de subsistência. Portanto, os depoimentos e autorretratos dos atores trazem à luz outras dimensões da vida social e conjugal que foram afetados com o deslocamento compulsório que os autores pretendem reclamar, como é o caso de em função do território e as atividades praticadas mudarem a pessoa passar a ser de uma outra forma, tal é o caso da fala do último interlocutor, ao tecer juízos sobre uma mulher diferencia a “mulher de Malabwe da mulher daqui [Cateme]”.

Nessa amálgama de críticas e justificações dos reassentados contestatários a empresa Vale em Moatize subscreve à essência os enunciados juízos das operações críticas, nos moldes da sociologia pragmática da crítica, pois as contestações se apoiam em evidências do vivido, na apreensão e compreensão da realidade a partir dos “sentidos corriqueiros”, dos sentidos construídos e mobilizados pelos atores *em situação* de disputa, assim como da observação realizada por pessoas no seu cotidiano no sentido de se ajustarem de maneira situada no mundo. (FREIRE, 2013. Destaque do autor).

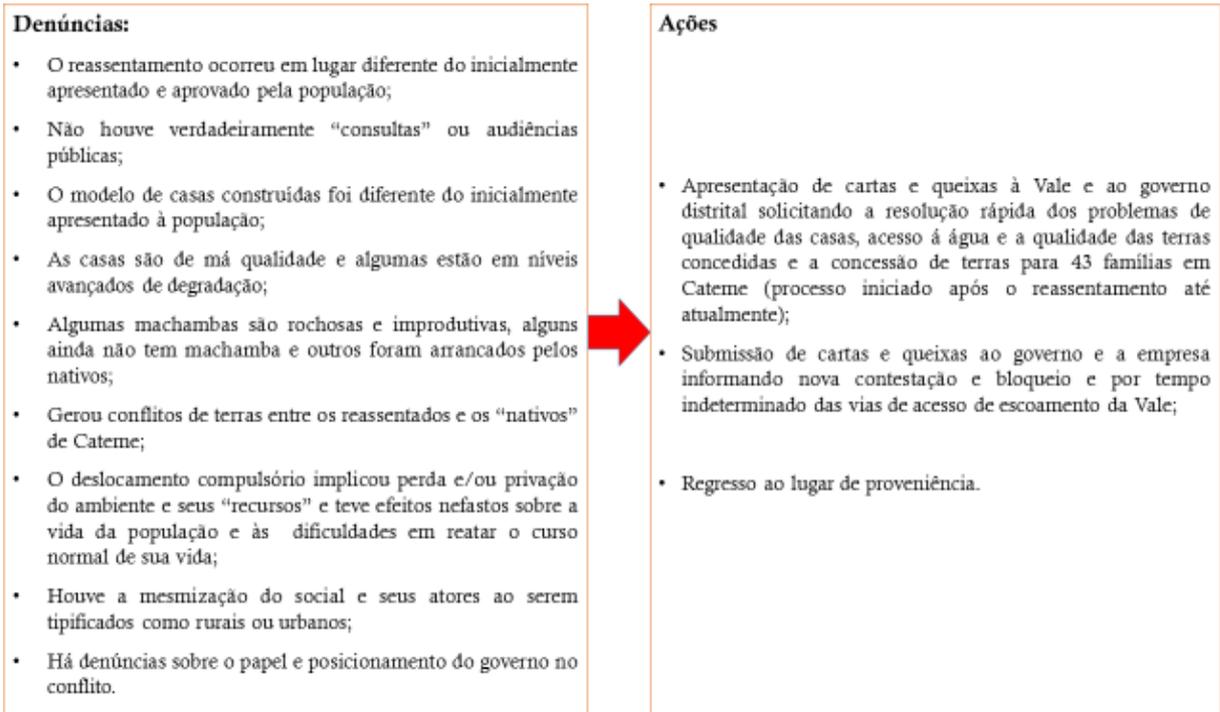


Figura 38: Esquema analítico sobre as operações críticas em torno da empresa Vale.

Fonte: Elaborado pelo autor.



Figura 39: Terra oferecida aos reassentados em Cateme para fazer machamba.

Fonte: Mosca e Selemane (2011).



Figura 40: Casa construída para reassentados da Vale no bairro de 25 de setembro.

Fonte: Fotografia do autor.

4.4 “É MUITO DIFÍCIL ENCONTRAR TERRA EM TETE [MOATIZE]. TUDO AGORA É CONCESSÃO”: OPERAÇÕES DE JUSTIFICAÇÃO DA CRÍTICA EM PAUTA

No ponto anterior discorri sobre as denúncias dos reassentados em relação ao reassentamento da Vale em Moatize. As denúncias dos atores foram organizadas em dois subpontos: o primeiro refere-se ao envolvimento da população em diferentes fases da consulta comunitárias, o que permite questionar o seu envolvimento ativo e objetivo no processo como um todo, e ligado ao primeiro estão as denúncias dos reassentados em relação às condições e “possibilidades” de vida no local de reassentamento e o processo de retorno ao território que tem caracterizado o atual momento da crítica à Vale. Neste ponto, me proponho contrapor a posição crítica ou justificação da crítica da empresa Vale em relação às críticas feitas pelos reassentados; contudo, devido às dificuldades verificadas para a colheita de dados com integrantes da Vale, a justificação da crítica é construída com base em dados secundários e entrevistas dos funcionários prestadas à terceiros.

Por questões teóricas, a justificação da crítica torna-se indispensável, pois a exigência de justificação está indissociavelmente ligada à possibilidade de crítica. A justificação é necessária para responder ou sustentar a crítica. (BOLTANSKI, 2000). Portanto, tal como a justificação torna-se vaga sem a crítica, a crítica sem a justificação perde a sua consistência analítica para a compreensão do conflito em estudo.

4.4.1 A consulta comunitária foi o fato: processo de justificação da crítica

O estudo de viabilidade levado a cabo pela empresa Vale para a implementação do projeto de carvão tinha dois pressupostos: o primeiro era o econômico financeiro, ligado à identificação e ao dimensionamento da área, da qualidade e quantidade das reservas de carvão e a recuperação das vias de acesso; fazia parte também a identificação das famílias abrangidas pela atividade industrial dentro da área de concessão. (EIA, 2006).

A identificação das famílias da área de concessão significou o início do processo de aproximação e diálogo entre a empresa e a população afetada pelo empreendimento. Para garantir segurança e confiança das partes envolvidas, de acordo com depoimentos da empresa, os encontros eram coparticipados pela comissão de reassentamento, que envolvia instituições do governo apoiadas por uma consultoria especializada e outras entidades e individualidades do governo provincial e local. Essa coparticipação nos encontros tinha em vista dar uma maior transparência ao processo; promover o envolvimento e a participação da população que seria afetada pelo empreendimento para a preparação do plano de reassentamento. De acordo com a Vale, houve uma afluência massiva da população nos encontros visando a produção do plano que passaria a orientar o reassentamento. Para tal foram usadas diferentes estratégias de modo que o processo fosse mais participativo ainda, tal como atesta o trecho seguinte,

O processo de produção do Plano de Ação de Reassentamento [...] envolveu um envolvimento e participação pública extenso, constituído por *três audiências públicas, 20 peças de teatro no idioma local predominante (Nhúngue), 110 reuniões com a comunidade e seus líderes* usando ferramentas informativas, tais como *cartazes, 4.927 visitas domiciliares para fins de mobilização social e de bem-estar* (envolvendo as famílias e líderes), e *639 sessões de serviços sociais antes do reassentamento começar*. (Trecho da resposta escrita da Vale à Southern Africa Resource Watch, Rio de Janeiro, junho/2012. Destaque acrescido).

Como se observa no trecho acima a justificativa é mobilizada através de uma identificação minuciosa no *número* de atividades levadas a cabo, desde audiências, peças de

teatro apresentadas, reuniões e visitas comunitárias, o que indica, de acordo com a empresa, o envolvimento e, provavelmente, o consentimento da população no desenho do plano de ação e reassentamento. Esta fase marcou o início do processo interativo entre a comunidade e a empresa:

Foram realizadas reuniões com as lideranças locais formais e tradicionais para explicar o objetivo das reuniões a serem realizadas com suas comunidades, os instrumentos a serem utilizados nesta fase de mobilização e inseri-los como interlocutores e coparticipantes deste processo. Esta estratégia foi orientada em todas as ações que envolveram as comunidades de forma a manter uma relação de confiança e transparência com estes interlocutores.

Todas as comunidades foram visitadas com o objetivo de convidar os moradores para as reuniões, momento em que foram transmitidas informações sobre o empreendimento. (EIA, 2007, p XI.5-5. Destaque acrescido).

De acordo com o trecho anterior, houve envolvimento das lideranças primeiro e depois da comunidade para participar de reuniões coletivas. O objetivo das reuniões era de *transmitir informações sobre o empreendimento* e o desenho de um plano de ação e reassentamento no sentido de garantir a desocupação da zona de concessão pelas populações locais traçando as diretrizes e passos para a sua execução. Na essência o plano de ação e reassentamento é um documento elaborado depois do processo de consultas comunitárias, pois ele como plano traça as diretrizes acordadas entre as partes envolvidas e trata sobre as compensações das perdas *materiais* sofridas pelas famílias e as respectivas formas de indenização. De acordo com a empresa, esse processo passou pelo respeito aos direitos humanos e padrões internacionais:

Para a implantação da Mina Carvão Moatize, cuja operação teve início em 2011, foi necessário realizar um programa detalhado de reassentamento das famílias que viviam nas áreas industriais e de lavra. Seguindo procedimentos e diretrizes estabelecidos pela empresa com base no respeito aos direitos humanos e adequados aos padrões internacionais, este programa começou em 2006 e contou com o diálogo social com o governo e comunidades (Trecho da resposta escrita da Vale à Human Right Watch, Maio/2013 - Destaque acrescido).

Esse processo contou com o envolvimento da população que permitiu a realização de pesquisas com dados primários e secundários, pesquisa qualitativa e quantitativa, e por meio de um diagnóstico socioeconômico foi possível identificar e traçar um perfil social em rural e urbano da população abrangida pela mina.

A definição das áreas de reassentamento e os critérios de eleição eram feitos pela comissão de reassentamento. No caso da escolha dos locais de reassentamento os critérios foram:

a localização na área administrativa de Moatize; *falta de concessão mineira na área; a capacidade de acessar a área; falta de ocupação humana significativa; proximidade com centros urbanos; a disponibilidade da água; e o solo favorável para as culturas arvenses e pastagem*. Onze áreas potenciais foram avaliadas, e duas delas foram selecionadas: Cateme e 25 de setembro (Resposta escrita da Vale ao inquérito da Human Right Watch, 2013. Destaque acrescido).

O trecho anterior traz alguns dados interessantes a ter em conta na definição posterior dos locais onde ocorreu o reassentamento, pois de todos eles parece ter pesado mais o seguinte: a falta de concessão mineira na área onde iria ocorrer a mineração. Este dado é interessante para perceber que logo que as licenças de concessão ou projeto em curso foram definidos sobre os lugares onde haviam sido definidos para o reassentamento, Inhangoma 2 e Capanga passaram a fazer parte da concessão mineira de outras empresas, razão pela qual, em forma de arranjo, foram definidos outros lugares: Cateme e 25 de setembro.

Capanga, local onde tinha sido definido para o reassentamento de parte dos reassentados, passou a fazer parte da área de concessão ou zona de ação do megaprojeto de mineração da empresa anglo-australiana Rio Tinto. Ao mesmo tempo em que a empresa Vale se articulava para proceder ao reassentamento da população tipificada como urbana na zona de concessão da empresa Rio Tinto, esta última fazia o mesmo em relação a criação de condições para o reassentamento da população de Capanga na zona de concessão da empresa Vale na área do Thibù, lugar próximo ao Rio Thibù. Este fato levou a empresa a solicitar ao governo local a informação sobre outras áreas disponíveis para o reassentamento da população. É neste âmbito onde ocorreu a indicação de lugares que não faziam parte de concessões mineiras de empresas, o caso de Cateme e 25 de setembro.

O argumento anterior é reforçado por um dos depoimentos que um funcionário da empresa Vale prestou à Human Right Watch (2013) no âmbito de protestos sociais ocorridos em 2012. Em seu esclarecimento, o funcionário argumentou que uma das dificuldades com que se deparam e que alimentava parte dos protestos dos reassentados tem a ver com a falta de terras disponíveis e lugares adequados para o reassentamento humano dentro dos critérios desejáveis e nas condições de vida da comunidade reassentada; isto tem a ver com o fato de que muitas áreas de Moatize já estarem concessionadas às outras empresas, segundo suas palavras ‘é muito difícil encontrar terra em Tete. Tudo agora é concessão’ (Entrevista de Carolina Coutinho à Human Right Watch, outubro/2012).

Da justificativa apresentada, da qual compartilham os funcionários da empresa e parte dos funcionários do governo local com quem pude interagir, pode se depreender que parte do conflito tem a ver com o contexto particular da bacia de carbonífera de Moatize. As empresas

que detinham licenças de exploração de carvão ao longo da bacia de Moatize manifestam interesse em ocupar suas concessões ou começaram a ocupar suas concessões para iniciar a mineração. Essa corrida para a ocupação das concessões foi influenciada pelas demandas crescentes de carvão no mundo, influenciado pelo capitalismo global, o que colocava pressão sobre os detentores de licenças de exploração de carvão mineral na bacia carbonífera de Moatize; esse aspecto dificultou à empresa Vale que conseguisse reassentar a população dentro dos padrões exigidos e nas condições desejáveis respeitando os critérios de: proximidade com centros urbanos, a disponibilidade da água, e o solo favorável para as culturas arvenses e pastagem.

Contrariamente aos critérios acima apresentados, a condição possível pesou sobre a condição desejável na definição do lugar de reassentamento, pois pesou mais a escolha de Cateme e 25 de setembro para o reassentamento da população o fato dos referidos lugares ainda não serem nem estarem próximos de uma concessão ou exploração mineira. Ademais, aliado ao perfil cartográfico da bacia de Moatize, da distribuição aleatória³² do carvão mineral pela superfície, a falta de terras livres próximo aos reassentamentos constitui um dos pressupostos apontados pela empresa como fator determinante para justificar o atraso na concessão do segundo hectare de *machambas*, outro argumento que constituiu a pauta contestatária da população.

No tocante às moradias, antes do início das obras de construção de casas e outras infraestruturas sociais (escolas, hospital, mercado, posto policial, etc.), parte da população foi levada para Cateme, lugar onde foi construída a casa modelo e lhes foi mostrado o protótipo das casas que seriam construídas para o reassentamento da população (a casa à esquerda na imagem abaixo é a casa modelo apresentada às famílias). Entretanto, o modelo e a estrutura de moradias que realmente foram construídas diferem das que foram apresentadas/propostas à população. Uma das razões que contou para a alteração em relação a estrutura das moradias inicialmente propostas tem a ver com o pedido feito pela população à empresa Vale, pois os reassentados solicitaram que as casas fossem um pouco maiores e as do “tipo A” em particular tivessem uma varanda ou alpendre na parte frontal para permitir que as famílias se acomodassem na parte exterior da casa. Este fato é enunciado pela empresa para significar que “a inclusão e atendimento comunitário sempre fez parte da política da empresa”, pois o

³² Refiro-me ao fato de que com a institucionalização da mineração de carvão em lavra a céu aberto, uma vez que os limites naturais dos “recursos” naturais não coaduna com os limites de interação e usos sociais do território, a existência de carvão mineral culminará no deslocamento compulsório da população para a sua exploração.

pedido da comunidade foi correspondido, contudo, ao corresponder esse pedido adulterou-se a qualidade e a estrutura das casas inicialmente propostas.



Figura 41: Da esquerda para a direita, casa modelo apresentada à população na fase de “consulta” e o modelo de casas que foi realmente construído, diferente, na sua estrutura, da casa modelo.

Fonte: Fotografias do autor.

No âmbito da contestação dos reassentados pela qualidade das casas, a justificativa adiantada pela empresa foi com base na contratação de uma empresa especializada para avaliar a qualidade das casas contestadas pela população, que culminou com a apresentação de um relatório que comprova que o problema não resultava de uma questão estrutural das casas, ou seja, que as casas tinham qualidade e eram seguras. Contudo, elas apresentavam uma diferença na base de acomodação, na sua fundação, entretanto, depoimentos da empresa assumem ter havido uma mudança na estrutura inicial das casas propostas e afirmam que tais mudanças tiveram como razão principal a pressão com o tempo surgida no decorrer da implantação do projeto, tal como atesta o seguinte depoimento:

Havia uma *pressão de tempo e surgiu uma ideia nova utilizada no Brasil*, [É uma fundação] utilizada em habitações públicas, que permitem *construir mais rápido*, não mais barato. É tão seguro. Mas mais rápido [...] *Nós apresentámos [esta mudança de fundação] ao governo, e eles aprovaram*. Esta foi a nossa falha. *Nós não comunicamos [a mudança] bem às famílias. Eles não acharam que era seguro. Rachaduras acontecem em todas as casas. Faz parte da acomodação da casa. Quando vê uma rachadura eles pensam que é dano estrutural [...]* Sobre o conserto das residências, até a presente data, 516 casas, de um total de 716 em Cateme, já foram reformadas e entregues a seus proprietários (Trecho de entrevista, feita pela Human Right Watch a Cássia Carvalho Pacheco, funcionária da Vale em 2012. Destaque acrescido).

Aqui a justificativa “pressão de tempo”, a sede pela mineração, é apontada como fator que está na origem da mudança no modelo e na estrutura das casas de “má qualidade” reclamadas pelos reassentados. Entretanto, nota-se uma contradição em relação a afirmação categórica de que as casas são seguras, pois não obstante o fato de assumir que “rachaduras acontecem em todas as casas”, a empresa assumiu o ônus para a sua reabilitação, não obstante o fato de referir que o problema não estava nas moradias em si, mas na população que achava que as rachas, fissuras e degradação que ocorre nas casas fossem um problema. Aliás, outro fato interessante é que as mudanças pontuais efetuadas na construção das casas foram informadas ao governo e, infelizmente as “famílias não foram comunicadas”, num ato que na verdade as famílias deviam ser consultadas.

O fato assumido pelas partes envolvidas (população, governo, empresa, ONGs) como estando na origem de toda a disputa e controvérsia, tal como a pesquisa de campo permitiu registrar, tem a ver com as mudanças ocorridas em relação às atividades de subsistência da grande maioria da população que tinha no antigo território e nos “recursos” principal atividade de subsistência e grande parte das atividades e práticas rotineiras de subsistência ficaram afetadas com o deslocamento compulsório.

O relatório da responsabilidade social da Vale (2014) refere que no sentido de responder às demandas da população, a empresa enveredou pela incorporação de projetos de geração de renda para as famílias além das “tradicionais” que a população praticava antes de ser reassentada. Esses projetos têm em vista “melhorar” o “bem-estar” das famílias e provavelmente colocá-las num patamar superior ao anterior, pelo acesso ao emprego e aos projetos de geração de rendimento que poderão melhorar o nível de vida da população, tal como atesta o seguinte depoimento:

Atualmente, no reassentamento, além de edificação de casas, têm aviários e alguns ainda estão em construção, esses aviários estão virados para a criação de frangos. Até aqui temos cerca de 145 criadores de frango em Cateme e é uma atividade que muita gente está a aderir e está a dar certo. Neste momento está em revisão o projeto de montagem de um matadouro de frangos para garantir a absorção do frango produzido em Cateme e esse matadouro tem capacidade de processar 1000 frangos por hora, só em 8h de trabalho o matadouro pode processar 8000 frangos por turno normal, e uma vez que a fábrica irá funcionar 24h, terá 3 turnos de trabalho e se multiplicarmos esse valor por 30 dias quanto será? E os criadores são de pequena escala.

Quanto a agricultura, dizer que existe uma diferença entre a agricultura praticada ao longo do rio em outro lugar, isso não é verdade porque mesmo fora do rio se pratica a agricultura. Temos agricultura de sequeiro, *temos lá* [no reassentamento de Cateme] *a agricultura de rendimento no cultivo de gergelim e amendoim, também é agricultura, temos lá pessoas que usam a*

irrigação com o sistema gota-a-gota que foram beneficiadas para a produção de hortícolas. Agora já foi implantada a fábrica de processamento de vegetais e só ficou a melhorar a qualidade da corrente eléctrica para a maquinaria funcionar (Trecho de entrevista, Entrevistado VL, junho de 2015 - Destaque acrescido).

Os projetos apontados são apresentados como uma panaceia para os problemas reportados pelos reassentando e contrapõem-se à crítica da falta de oportunidades e melhoria do bem estar que o projeto prometeu proporcionar aos reassentados. Os argumentos acima apresentados estabelecem pontos de discordância que os autores em conflito, ao menos, estão “de acordo sobre não estar de acordo e acordar em situações sobre os critérios normativos de julgamento que permitem estabelecer a realidade”. (VANDENBERGUE, 2006, p. 332). Na verdade, o que está em jogo são lógicas distintas daquilo que os atores em conflito consideram “bem estar”, pois para a população reassentadas, “o bem estar” e a vida melhor só fazem parte da memória do passado no território antes do seu reassentamento, ao passo que para a empresa, é com base nos projetos de geração de renda que se poderá melhorar a vida da população, e esse é o desejo da empresa.

Como se pode compreender depois do reassentamento a melhoria da vida da população reassentada está entregue à moral corporativa da empresa, ao mesmo tempo em que a empresa deixa claro que não pode subordinar suas metas empresariais aos imperativos social e legalmente instituídos. Para lograr esse desiderato, com o poder e o *capital* que lhe é reconhecido, a empresa, articulada ao governo local, consegue fazer passar sua vontade a uma ordem a cumprir.



Figura 42: Algumas atividades de geração de renda (criação de frangos e agricultura) implementadas por reassentados em Cateme, Moatize.

Fonte: Fotografias do autor.

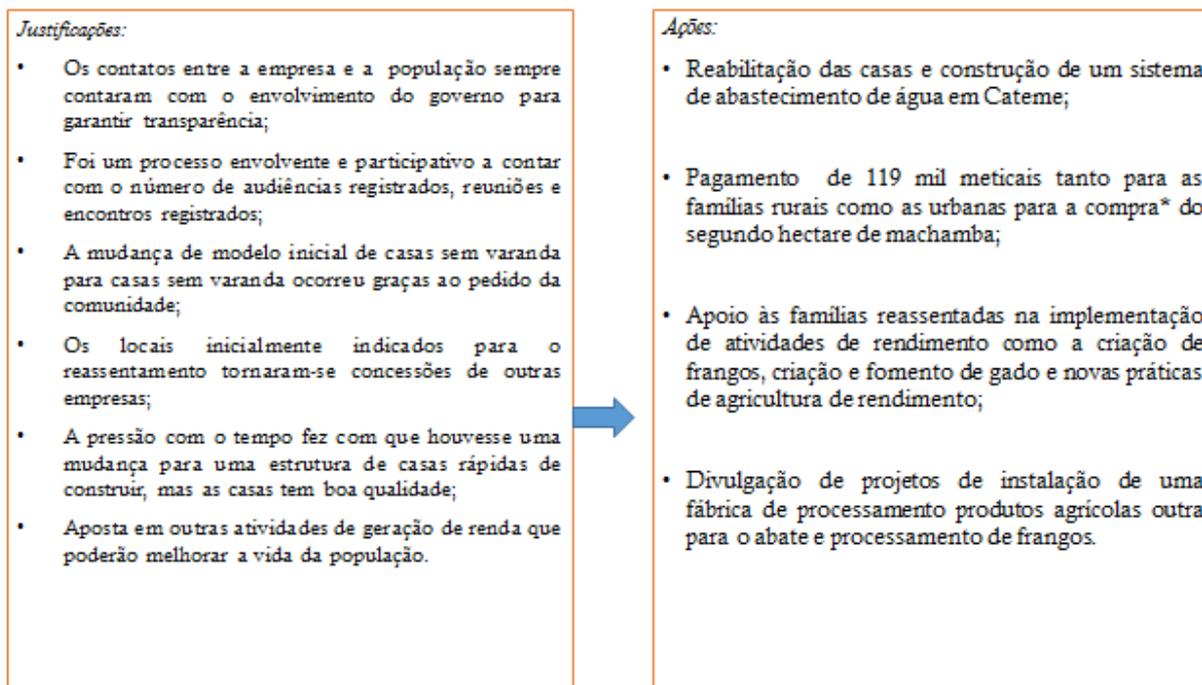


Figura 43: Quadro Sintético das operações de justificação da crítica da empresa Vale.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5 À GUIZA DE CONCLUSÃO: “CASA DE PEDRA NÃO MATA FOME!”

Tomo emprestado para compor o título desta conclusão a fala de um dos meus interlocutores de campo reassentado em Cateme, que decidiu, quatro anos depois, regressar a Malabwe, lugar onde morava antes de ser reassentado pela Vale. Depois de várias constatações e conversas com o interlocutor, uma pergunta não quis calar, depois de eu notar enormes diferenças materiais (sem casas “melhoradas”, eletricidade, água canalizada, e outras infraestruturas sociais à volta) entre Cateme, onde foi reassentado, e Malabwe, onde decidiu voltar para “continuar a vida”, perguntei por que tinha deixado ficar para trás a casa melhorada que recebeu em Cateme para regressar a Malabwe.

A resposta à pergunta feita me veio sem reservas: “*casa de pedra não mata fome*”! Esta é uma das justificações que norteiam o conflito em torno da Vale e constitui uma das minhas conclusões em torno das motivações para o conflito analisado, pois os significados e usos do território e seus “recursos” extrapolam a posse de uma casa melhorada ou outra infraestrutura. Para tal, começo por reconstruir os objetivos e as diretivas que orientaram a pesquisa.

A pesquisa buscou analisar a ocorrência de operações críticas e suas justificações no conflito que opõe populações locais de Moatize deslocados compulsoriamente para dar lugar à instalação da empresa Vale. Orientado pela teoria dos regimes de ação, optei por identificar os atores e entidades que de forma implícita ou explícita mobilizam o conflito.

O quadro teórico adotado para a análise da pesquisa traz à tona questões fundamentais e leva em conta na pesquisa situações de litígio, na medida em que reconhece as capacidades cognitivas e o agenciamento dos atores envolvidos em situações litigiosas, pois no seu desacordo há algo que os atores pretendem outorgar, exigir e reclamar. Para tal, o sociólogo precisa compreender e perseguir os atores, sem nunca se esforçar em julgar de modo a compreender a multiplicidade de sentidos e significados que os atores põem em jogo em situações de conflito.

Foi no sentido de perseguir os atores em conflito que procurei mapear os atores e entidades envolvidas no conflito em torno da Vale. Um dos atores preponderantes no conflito é a empresa Vale, a quem se dirigem as críticas dos reassentados. Os autores que denunciam e criticam a empresa são populações reassentadas pela Vale para dar lugar à exploração de carvão mineral em seu território. Outras partes envolvidas são o governo local de Moatize e as organizações da sociedade civil.

Na identificação das operações críticas e denúncias, *a priori* pode-se elencar uma multiplicidade de justificações apontadas pelos autores, das quais a qualidade das moradias, terra imprópria, distanciamento da vila e separação de laços sociais em relação à família. Contudo, o enfoque etnográfico adotado permitiu compreender que parte das denúncias e contestações está ligada à ruptura radical em relação às diversas atividades de subsistência das comunidades, em relação às áreas de ocupação tradicional.

Na verdade, o reassentamento das pessoas partiu do pressuposto de que as pessoas afetadas só dispõem de perfis fixos ou de padrões de sobrevivência monótonos, ao elencar a posse de terra como indicativo de ruralidade ou não dos afetados; outrossim, pressupôs-se que a coparticipação da população em atividades de rendimento financiadas pela empresa seria um mecanismo que geraria capacitações dos reassentados, substituindo assim, suas atividades e práticas tradicionais de subsistência por atividades de rendimento.

No caso do megaprojeto da empresa Vale em Moatize a sua instalação e presença gerou um conjunto de processos e dinâmicas heterogêneas em nível local. Entretanto, a compreensão das dinâmicas e processos é inseparável do momento histórico, do quadro legal e das expectativas econômicas e políticas de Moçambique.

Portanto, a análise das causas primeiras em torno do conflito ambiental causado pela instalação da empresa Vale em Moatize é inseparável da compreensão do momento histórico, das expectativas econômicas e das projeções políticas que o *boom* da mineração representou pela retomada da extração e exploração de carvão mineral em Moatize pela empresa Vale e dos horizontes futuros – aposta nos “recursos” – que em *commodities* veio abrir.

No contexto da globalização econômica a busca de “matéria prima” para satisfazer as necessidades produtivas do capitalismo dominante coloca protagonismo sobre grandes empresas que na forma de megaprojetos, movidos por interesses econômico-financeiros visando à maximização do lucro, geram em nível local dinâmicas e processos heterogêneos tendentes a coisificar, designando os processos sociais (conflitualidades e problemas daí resultantes) e suas relações com o meio envolvente de “externalidades” sanáveis dentro de uma lógica econômica. Deste processo emergem os conflitos ambientais ligadas ao acesso e/ou à continuidade de (co)existência de coletivos humanos e seus *modus vivendi* numa trama de relações em que as empresas estão em relativa vantagem devido ao seu capital persuasivo e dissuasivo sobre o estado e suas políticas públicas.

A instalação e a presença da empresa Vale em Moatize afetaram uma rede heterogênea de atores e suas práticas sociais e/ou atividades de subsistência. Seus valores, percepções,

significados e sentidos existenciais foram hipotecados e *sacrificados no altar do desenvolvimento*. (TOWA 1979 apud NGOENHA, 1993).

A instalação e funcionamento da empresa Vale em Moatize implicou o deslocamento compulsório da população local que por questões sociais e históricas se instalou no local atualmente sob concessão e ação da empresa. O deslocamento compulsório da população para outro lugar teve um encobrimento legal, pois nos termos da constituição da República de Moçambique, a Lei 14/2002 de junho, o artigo 4 refere que “os recursos minerais que se encontram no solo e no subsolo, nas águas interiores, no leito do mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental da República de Moçambique, são propriedade do Estado nos termos da constituição”. Essa lei é consubstanciada por expectativas econômicas do governo em fazer dos “recursos minerais” a chave para o “desenvolvimento”, acoplada à lei de minas, que concede primazia a “projetos de desenvolvimento” em detrimento dos usos sociais do território e seus “recursos”.

Com isso, deixa claro que o pró-desenvolvimentismo em vigor em Moçambique ao incentivar e atrair o IDE impulsiona e reforça o poder e dominação da empresa Vale em relação à população afetada, relegando a perda sofrida pela população como resolúvel pela indenização concedida dentro da lógica econômica apontada como panaceia dos problemas e contestações da população diretamente afetada.

Uma vez que a ocupação do território e o deslocamento e privação do território e seus recursos têm lugar, a população afetada teve diferentes compensações e indenizações pela perda, reassentamento em outro lugar com casas novas, concessão de *machambas*, fontes de água, pagamento monetário de 119 mil meticais para a compra do segundo hectare de terra; contudo, o processo de reassentamento é motivo de crítica e contestação desde o princípio na fase das consultas comunitárias, com a escolha do lugar de reassentamento, a qualidade das casas concedidas, a fertilidade das terras concedidas, a dificuldades de reatar a antiga forma de vida e de levar uma vida normal e acima de tudo o papel do governo em todo esse processo, constituindo gramáticas críticas com suas justificações, apresentados pela população afetada. Como observa Freire (2013), em situações de disputa, os afetados, alguns dos quais, ao serem reassentados, se constituíram como “vítimas” dos efeitos da empresa, evidenciam *o outro lado da mineração, o da desagregação do social e sua coexistência com o ambiente*.

O conflito em torno da Vale enquadra-se na tendência geral dos conflitos gerados pelas demandas energéticas no contexto do capitalismo global ao mesmo tempo em que os atores denunciam as compensações ou indenizações pela perda e deslocamento do seu território, denunciam o papel do governo ao longo do processo em relação à regulação entre

interesses da empresa e os da população afetada pela Vale. Esses depoimentos enunciam que o governo, ao mesmo tempo em que exerceu o papel de “lobo para uns”, foi “carneiro para outros”, sendo as populações o “elo mais fraco” em relação aos interesses da empresa.

Gavaria (2013), a respeito da preponderância e poder das empresas, que submetem determinados territórios aos investimentos face aos constrangimentos da “desproteção legal” de direitos das populações locais, aponta para o papel contraposto do estado, que é por um lado “manter as condições favoráveis aos negócios” dos investidores privados, com a pretensão de adequar a inserção do território a interesses econômicos financeiros, mantendo a “legitimidade política” para as comunidades locais (GAVARIA, 2013, p. 240-241). Postura semelhante ocorre em relação ao conflito em torno da Vale.

A particularidade do conflito em questão é que suas causas primeiras são orientadas pelo capitalismo global que em suas demandas energéticas e interesses econômicos financeiros faz passar a ideia de oportunidades de “desenvolvimento” regional, nacional e local ao governo de Moçambique que em suas demandas trucidou projetos sociais, formas de vida e sociabilidade existentes.

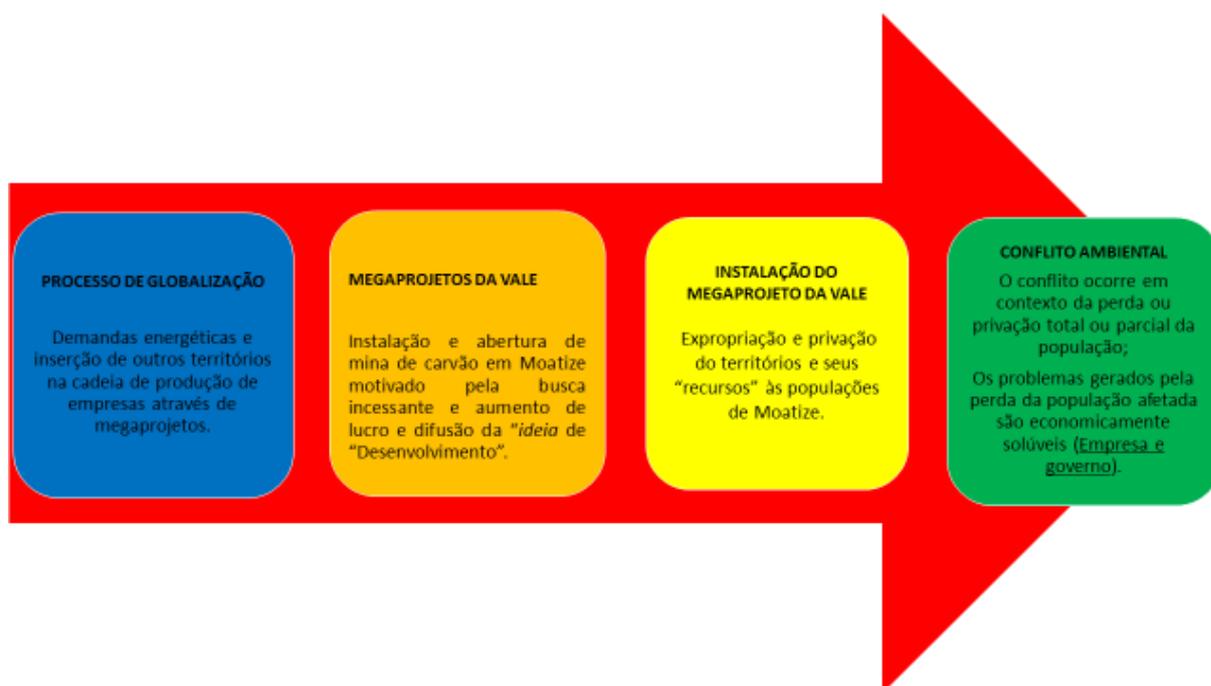


Figura 44: Síntese esquemática do (per)curso e dinâmicas geradoras do conflito ambiental em torno da empresa Vale em Moatize.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Não obstante a sua condição de “vitima” das demandas energéticas e econômico-financeiras globais, a heterogeneidade de atores afetada pela empresa Vale, mesmo em

situação de perda e/ou deslocamento do seu território através da sua contestação e crítica a empresa e a postura do governo, põe em marcha diferentes justificações para legitimar suas disputas ou pretensões na disputa. É nesse âmbito que as reclamações e demandas dos afetados passam por “questionar a grandeza dos ‘grandes’”, o que permite “ancorar um regime de justificação em uma realidade” (Freire 2013, p. 723).

No entanto, das três categorias de conflitos apontadas por Zhouri e Lachefiski (2010, p. 23) – distributivos, espaciais e territoriais – o conflito em causa corresponde aos *conflitos ambientais territoriais*, pois o que está em jogo no conflito em torno da Vale é a “sobreposição de reivindicações de segmentos sociais, portadores de identidade e lógicas (...) diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial”. O que a multiplicidade das manifestações, reclamações e críticas da população afetada pela instalação e presença da empresa Vale em Moatize permite enxergar é que:

a comunidade e o território, com suas características físicas representam uma unidade que garante a produção e reprodução de vida – entendidos em suas facetas econômicas, sociais e culturais – algo que resulta numa forte identidade com o espaço onde se vive. (ZHOURI; LACHEFISKI, 2010, p. 23).

O enunciado anteposto permite compreender com alguma abrangência as observações e constatações feitas durante a pesquisa de campo que orientou este trabalho: o regresso de parte da população para o lugar de origem ou mesmo o fato de que os que não podem regressar ao lugar de proveniência (re)lembram suas relações sociais, suas atividades produtivas, ligações, vínculos e o agenciamento do território e seus “recursos” em suas vidas. Tal como foi descrito antes, essas enunciações, mais do que reclamarem o pagamento do valor da indenização pelas perdas sofridas, trazem falas como: “*a argila de Chipanga era melhor do que está aqui*”, “*lá em Malabwe o rio, o caniço e machamba eram nossa empresa*”, “*agora estou a sofrer porque esses da Vale fecharam porta, se não fosse ia cortar capim e lenha para vender e cuidar dos meus filhos*”. Essas falas enunciam o agenciamento do ambiente e seus recursos sobre o social e anunciam a ruptura ontológica entre sociedade e natureza forçada pela lógica economicista que reduz o bem estar e as dinâmicas do lugar de proveniência às infraestruturas e indicadores econômicos.

Portanto, durante a pesquisa de campo e o processo de sistematização de dados, estou consciente que de muitos dados, ricos e valiosos para a análise, ficaram de fora, outros não mereceram uma análise desejada. Contudo, está em aberto que o tema e o mesmo objeto empírico venham a servir para o desenho do projeto de doutorado.

6 REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografia social, terra e Território*. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.
- ACSELRAD, Henri; BEZERRA, G.; GAVIRIA, Edwin. *Inserción económica internacional y "resolución negociada" de conflictos ambientales en América Latina*. Eure, Vol. 36, Número 107, abril-sinmes, 2010.
- ALMEIDA, M. Análise de dados: tecendo o diálogo entre escolhas epistemológicas, modelos de análise e pesquisa qualitativa. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 16. 2013, Salvador. Anais eletrônicos.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências Humanas*. Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. *Modernidade Líquida*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2000.
- BODT, Jean-Marie. *Lá "cité écologique" dans l'espace public médiatique: trajectoires de controverses environnementales dans pressé généraliste française*. Universidde de Toulouse le Mirail, Toulouse II, tese de doutorado, 2014.
- BOLENTIM DA REPÚBLICA, PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Iª Série, número 26, quarta-feira, 1 de julho de 2009.
- BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Amorrortu, Buenos Aires, 2000.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *The sociology of critical Capacity*, Sage Publications, London, 1999, p. 359–377.
- _____. *On Justification: economies of worth*. Princeton University Press, Princeton, 2006.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In: ZHOURI, Andréa et al. (org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- CARRILLO, Jorge. *La importancia de las multinacionales en la sociedad global. Viejos y nuevos retos para México*. El Colef y Juan Pablos Editor, México, 2012.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (org). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. 1ª edição, IESE, Maputo, 2010.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Desafios da Sustentabilidade do Crescimento Econômico — uma «Bolha Económica» em Moçambique? In: IESE. *Desafios para Moçambique, 2015*. Maputo, 2015, pp. 157-199.
- _____. *Grandes Projectos e Segurança alimentar em Moçambique*. s/ed, Maputo, 2013.
- _____. *Megaprojectos e Estratégia de Desenvolvimento: Notas para um Debate*. IESE, s/ed., outubro de 2002.
- _____. *Os Megaprojectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?* IESE, Maputo, 2008.

- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- CASTIANO, José. *Referencias da Filosofia Africana: Em busca de Intersubjetivação*. Ed. Ndjira, Maputo, 2010.
- CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. *Cateme: As razões do conflito entre famílias reassentadas e a Vale Moçambique*. s/ed., Maputo, 2014?, pp. 1-4.
- CELIKATES, Robin. *¿Sociología de la crítica o teoría crítica?: Una conversación con Luc Boltanski y Axel Honneth*. L'Espill, núm. 31, primavera 2009, p. 57-78.
- CORCUFF, Philippe. *Les lumières tamisées des constructivismes l'humanité, La raison et le progrès comme transcendances Relatives*. Revista MAUSS, n. 17, s/l 2001, p. 158-179.
- DAOU, Ana Maria. Um espaço social fora do mapa: as lutas que as águas ensejam e o território como dispositivo. In: ACSELRAD, Henri (org). *Cartografia social, terra e Território*. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013, p. 81-118.
- DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do objeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- DOERELL, P. E. *Coal Home page-Engineering*. Mining Journal, s.l, 2001.
- ESCOBAR, Arturo (2005) El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In Daniel Mato (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31.
- FIORI, C.; KOVAKA, M. *Defining megaprojects: Learning from construction at the edge of experience*. Construction Research Congress 2005, pp. 1-10.
- FREIRE, Jussara. *Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas*. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 36, 2013, pp. 720-736.
- FLEURY, L. et al. *O Ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectivas*. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, pp. 34-82.
- FLYVBJERG, B. et. al. *Megaprojects and Risk: An Anatomy*. Cambridge University Press. London, 2003.
- FRANSCISCO, António. Sociedade Civil em Moçambique: Expetativas e desafios. In: BRITO, Luis de, et al. (org). *Desafios para Moçambique, 2010*. IESE, 2010, pp. 51 -106.
- GELLERT, Paul K. e LYNCH, Barbara. *Mega-projects as displacements*. Blackwell Publishing Ltd. UNESCO, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Ed. Unesp, São Paulo, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *O mundo na era da globalização*. Ed. Presença, São Paulo, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *Teoria Social, modernidade, reflexividade*. Unesp. São Paulo, 1997.
- GILPIN, Robert. *O Desafio do Capitalismo Global*. Ed, Record, Rio de Janeiro, 2004.
- HENDERSON, Jeffrey, et al. *Redes de Produção Globais e a Análise do Desenvolvimento Econômico*. Revista Pós Ciências Sociais, Universidade Federal de Maranhão, vol.8, n° 15, 2011, pp. 143-170.
- HERMELE, Kenneth. *Moçambique numa encruzilhada: Economia e Política na Era de Ajustamento Estrutural*. Institute of Social Science and Development, Bergen, 1991.

- HUMAN RIGHT WATCH. *O que é uma Casa sem Comida? Boom da Mineração de Carvão e o Reassentamento*. S.ed., s.l, maio de 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico de 2011*. Maputo, 2015.
- JACQUEMAIN, Marc. *Les Cites et les mondes: La modele de la justification ches Boltanski et Thevenot*. Département de sciences sociales, Université de Liège, Liège, 2001.
- JORNAL PENHANI, II^a edição, Tete-Moatize, julho de 2015.
- KUSHCNIR, Karina. *Antropologia e Política*. Revista brasileira de ciências sociais, Dossiê: métodos e explicações da política. Vol. 22, número 64, s/1, 2007.
- LÄCHELT, S. *Geology and Mineral Resources of Mozambique*. Direção Nacional de Geologia, Maputo, 2004.
- LAFAYE, Claudette; THÉVENOT, Laurent. *Un Justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la nature*. In: Revue française de sociologie. XXXIV, 1993, pp. 495-524.
- LASCHEFSKI, Klemens. Agrocombustíveis: A caminho de um novo imperialismo ecológico. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010, pp. 63-91.
- LATOURE, Bruno. *Moderniser ou écologiser: à la recherche de la septième cité*. Ecologie & Politique, número 13, 1994, pp. 5-27.
- LEROY, Jean Pierre. Amazônia: Território do Capital e território dos povos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010, pp. 92-113.
- LOPES, Jose S. L. *Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun. 2006. p. 31-64.
- MAE. *Perfil do Distrito de Moatize, Província de Tete*. Série Perfis Distritais, Ministério da Administração Estatal, Maputo, 2005.
- MAE. *Perfil do Distrito de Moatize, Província de Tete. Ministério da Administração Estatal*. Série Perfis Distritais. Maputo, 2005.
- MALINOWSKI, B. Objeto, Método e alcance desta pesquisa. In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Malinowski, Coleção Os Pensadores. Abril Cultural, São Paulo, 1976.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e Colapso Ambiental*. Editora da Unicamp, Campinas, 2015.
- MARREWIJK. Van, A. *Organizing Mega-Projects: Understanding their Cultural Practices*. Texto apresentado na conferência sobre teoria e prática de megaprojetos, London, 2013.
- MARSHALL, Judith. *Guerra, Dívida e Ajustamento Estrutural e Moçambique: O Impacto Social*. Instituto Norte-Sul, Ottawa, s/d.
- _____. *A gigante mineradora brasileira Vale: por trás da imagem de solidariedade Sul-Sul*. Tensões mund. Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, 2014, p. 173-204.
- MATOS, Elmer A. C; MEDEIROS, Rosa M. V. *Exploração do Carvão Mineral de Benga em Moçambique e a Expropriação da Terra dos Nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação*. Revista Nera, Ano 18, n. 28, Edição Especial, Presidente Prudente, 2015, p. 106-131.
- MAZULA, Brazão. *A construção da Democracia em África: o caso moçambicano*. Ed. Ndjira, Maputo, 2000.

Ministério do Plano e Finanças. *Pobreza em Moçambique: perfil, determinantes e implicações para as políticas*. Maputo, 1998.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. *Indicadores sóciodemográficos*. Censos de 1997 e 2007. Maputo, 2010.

MOSCA, João & SELEMANE Tomás. “*El dorado*” Tete: os megaprojectos de mineração. CIP, Maputo, 2011.

MOSCA, João. *Economia de Moçambique, Século XX*. Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 2005.

MUÇOUÇAH, Paulo S. *Globalização, regionalização e fragmentação*. Revista Proposta, Rio de Janeiro, nº 64, 1995.

MUTZENBERG, Remo. *Protestos Sociais em Moçambique: Uma agenda de pesquisa*. Revista Civitas, v. 14, n. 1, Porto Alegre, 2014, p. 137-153.

NEWITT, MALYN. *História de Moçambique*. Publicações Europa-América, Lisboa, 1997.

OLIVEIRA, Sonia. A Releitura dos critérios de justiça na região dos lagos do Rio de Janeiro. In: ACSERLRAD, Henri (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Relume Dumara, Rio de Janeiro, 2004, pp. 95-130.

PEIRANO, Mariza. *A Favor da Etnografia*. Dumara Editora, Rio de Janeiro, 1995.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Editora Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1995.

PEIRANO, Mariza. *Etnografia não é Método*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

_____. *Etnografia não é Método*. Horizontes Antropológicos, ano 20, n. 42, Porto Alegre, 2014 p. 377-391.

PNUD. *Perspectivas económicas em África - Países Africanos da CPLP*. BAD, 2014.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: 2000.

PROJETO DE CARVÃO DE MOATIZE. *Estudos de Impacto Ambiental, Complexo Industrial de Moatize*. Vol. II – B, novembro de 2006.

_____. *Estudos de Impacto Ambiental, Complexo Industrial de Moatize*. Vol. III – B, novembro de 2006.

_____. *Estudos de Impacto Ambiental, Complexo Industrial de Moatize*. Vol. II, novembro de 2006.

_____. *Estudos de Impacto Ambiental, Complexo Industrial de Moatize*. Vol. IV, novembro de 2006.

_____. *Estudos de Impacto Ambiental, Complexo Industrial de Moatize*. Vol. III – A, novembro de 2006.

RAMALHO, José Ricardo. *Novas Conjunturas Industriais e Participação Local em Estratégias de Desenvolvimento*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 3, 2005, p. 491-524.

RAMALHO, José Ricardo. *Novas Conjunturas Industriais e Participação Local em Estratégias de Desenvolvimento*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 3, 2005, pp. 491 - 524.

- RAMOSE, Mogobe. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, M. *Epistemologias do Sul*. 2^a Edição, Coimbra, 2010, pp. 159-200.
- REAL, Fernando. *Geologia do Rio Zambeze (Moçambique): Características geológico-mineiro da bacia do Rio Zambeze em Território moçambicano*. Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1966.
- RIBEIRO, Gustavo. *Poder, Redes e ideologia no campo do desenvolvimento*. Novos estudos, 2008, pp. 109-125.
- RICOEUR, Paul. *O Discurso da Ação*. Edições 70, Lisboa, 1988.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. “Etnografia: saberes e práticas”. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. (Org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Editora da UFRGS, Porto Alegre 2008, p. 9 - 24.
- RODRIGUES, Yssysay. *A Vale em Moçambique: Uma etnografia das relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos megaprojetos*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Dissertação de Mestrado, Araraquara-SP, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Vol. 4, 3^a edição, Cortez Editora, São Paulo, 2010.
- SILVA, M. N. S. *Os recursos de uso comum e os Conflitos Ambientais nos Cerrados de Minas Gerais: Algumas Reflexões*. Geotemas, Pau dos Ferros, v 3, n. 1, 2013, p. 235-249.
- SOBOTTKA, Emil; SAAVEDRA, Giovanni. *Justificação, reconhecimento e justiça: Tecendo pontes entre Boltanski, Honneth e Walzer*. Civitas, Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan.-abr. 2012, pp. 126-144.
- SPINK, M.J.P.; GIMENES, M.G. *Práticas Discursivas e Produção de Sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença*. Revista Saúde e Sociedade, p. 149-171, 1994.
- STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais*. Ed. Futura, São Paulo, 2002.
- VACONCELOS, Lopo A. *Contribuição para o Conhecimento dos Carvões da Bacia de carvão de Moatize: Província de Tete, República de Moçambique*. Vol. 1. Tese de Doutorado, Universidade do Porto, Porto, 1995.
- VALE. *Mina Carvão Moatize: Gerencia da Área de Desenvolvimento Social e Comunitário*. Diretório Carvão Moatize, Diálogo Social. Documento não publicado, outubro, 2014.
- VANDENBERGUE, Frédéric. *Construção e crítica na nova sociologia francesa*. Revista Sociedade e estado. v. 21, n.2, Brasília, 2006, p. 315-366.
- www.ipaglobal.com/knowledge-ideas/research-highlights navegado em 10 de dezembro de 2015.
- ZHAI, Li; XIN, Yanfei; CHENG, Chooseng. *Undertanding the value of Project Management from stakeholder’s perspective. Case Study of Mega-projects Management*. Wiley interscience, Project Management Journal. Vol. 40, no. 1, p. 99-109, s.l, 2009.
- ZHOURI, Andréa. *Justiça ambiental, Diversidade cultural e Accountability: Desafios para a governança ambiental*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, VOL. 23, n^o 68, pp. 97-107.

ZHOURI, Andréa; LACHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B (org). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos ambientais*. Autentica, Belo Horizonte, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, K. (org.) *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Editora UFMG, Belo Horizonte 2010.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. *Desenvolvimento, conflitos sociais e Violência no Brasil Rural: O caso das usinas hidrelétricas*. Revista ambiente & sociedade. vol. X, nº 2, Campinas, 2007.

ANEXOS

Anexo 1: Credencial de identificação emitida pela Direcção provincial de Recursos minerais e energia de Tete.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE TETE

DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA

CREDECIAL

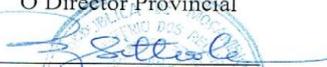
Está devidamente credenciado por esta Direcção Provincial, o senhor **ANSELMO PANSE CHIZENGA**, estudante de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Brazil, para efectuar a colecta de dados necessários para enriquecimento do trabalho de pós-graduação, na empresa **VALE MOÇAMBIQUE LIMITADA**, no Distrito de Moatize, por um período de 90 dias, contados apartir da data de emissão desta credencial.

Solicita-se a empresa a prestar todo o apoio possível a este cidadão durante a realização do seu trabalho.

Para que não haja qualquer impedimento no cumprimento do referido trabalho, passou-se a presente credencial que por mim vai ser assinada e autenticada com o carimbo a tinta de óleo em uso nesta Direcção

Tete, aos 30 de Março de 2015

O Director Provincial


Manuel José Sithole



Jsm/...

Avenida da Liberdade, Predio do Ex- GPZ, 6º Piso, Telefax +258 (252) 24020-Tete

Anexo 2: Credencial carimbada com as datas de entrada do escritório da empresa Vale.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
 GOVERNO DA PROVÍNCIA DE TETE
 DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA

CREDECIAL

Está devidamente credenciado por esta Direcção Provincial, o senhor **ANSELMO PANSE CHIZENGA**, estudante de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Brazil, para efectuar a colecta de dados necessários para enriquecimento do trabalho de pós-graduação, na empresa **VALE MOÇAMBIQUE LIMITADA**, no Distrito de Moatize, por um período de 90 dias, contados apartir da data de emissão desta credencial..

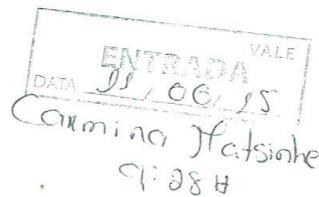
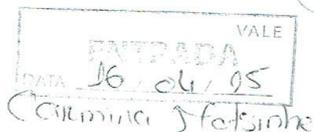
Solicita-se a empresa a prestar todo o apoio possível a este cidadão durante a realização do seu trabalho.

Para que não haja qualquer impedimento no cumprimento do referido trabalho, passou-se a presente credencial que por mim vai ser assinada e autenticada com o carimbo a tinta de óleo em uso nesta Direcção

Tete, aos 30 de Março de 2015

O Director Provincial

Manuel José Sithole
 Manuel José Sithole



Jsm/...

Anexo 3: Transcrição do despacho do presidente do conselho municipal de Moatize autorizando a deslocação para a coleta de dados



PROVINCIA DE TETE
CONCELHO MUNICIPAL VILA DE MAOTIZE
SECÇÃO DA SECRETARIA.

Data: 24/04/2015

Exmo Senhor/a Anselmo Pense Chizanga
Bairro: Jovina Rachel

Assunto :Transcrição de Despacho.

Para devidos efeitos e fins convenientes junto se transcreve o despacho da vossa carta nº 54 datada a 16/04/2015 e deu entrada nesta instituição no dia 16/04/2015 a qual solicitava a autorização de deslocação ao Bairro 25 de Setembro de Moatize e arredores para a coleta de dados com grupos atingidos pelas instalações presenciais, empresas da Empresa Rato Mocambique Lda.

Transcrevemos o despacho do Exmo senhor Presidente do Concelho Municipal da Vila de Moatize caído sobre a mesma, cujo teor seguinte:
1. Autorizar

Assinatura: Carlos Portimão

Presidente do Município.

A chefe da secretaria.

[Handwritten signature]

Isabel Sande Jocene.

Técnica.



Anexo 4: Credencial emitida pelo governo distrital de Moatize autorizando a deslocação para a coleta de dados na Comunidade de Cateme.



APÊNDICES

Fotos da pesquisa de campo



Figura 45: Fabrico artesanal de esteira de caniço em Malabwe.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 46: Fabrico de tijolos de argila ao longo do Rio Moatize, bairro da Liberdade.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 47: Pastor orientando o gado no bairro de Bagamoyo, Moatize.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 48: População do bairro de Bagamoyo no corte de árvore e coleta de lenha.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 49: Mulheres e crianças buscando água no rio Moatize.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 50: Terra coletada por populares para a comercialização no rio Moatize.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 51: Machamba de milho ao longo do rio Rovúbwe em Malabwe, Moatize.
Fonte: Fotografia do autor.



Figura 52: Vista parcial do Rio Rovúbwe em Malabwe, Moatize.
Fonte: Fotografia do autor.



Figura 53: Mina a céu aberto em operação em Moatize (mineração da empresa Vale).

Fonte: Acervo de D.J.



Figura 54: Mina a céu aberto ainda não explorada próximo ao bairro de Bagamoyo (mineração da empresa Vale).

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 55: Rede de vedação e monte de terra que separa a empresa Vale do lugar de produção de tijolos de argila (olaria) no bairro de Bagamoyo, Moatize.
Fonte: Fotografia do autor.



Figura 56: Rede de vedação que separa a empresa Vale do espaço habitacional no bairro de Bagamoyo, Moatize.
Fonte: Fotografia do autor.



Figura 57: marcas visíveis da degradação e rachas em um dos compartimentos da casa reassentamento da empresa Vale no bairro 25 de setembro.

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 58: Racha em uma das paredes do banheiro da casa no Reassentamento de Cateme, Moatize.

Fonte: fotografia do autor.